

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA**

LUANA MARIA ROTOLO

**A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA
CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE**

**RECIFE
2017**

Luana Maria Rotolo

A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas
públicas de saúde

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública
do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação
Oswaldo Cruz, para obtenção do grau de
mestre em Ciências.

Orientadora: Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel

Coorientador: Dr. José Nunes da Silva

Recife

2017

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

R846p Rotolo, Luana Maria.
A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas públicas de saúde/ Luana Maria Rotolo.— Recife: [s.n.], 2017.

196 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Idê Gomes Dantas Gurgel; coorientador: José Nunes da Silva.

1. Saúde da População Rural. 2. Participação Social. 3. Políticas Públicas de Saúde. I. Gurgel, Idê Gomes Dantas. II. Silva, José Nunes da. III. Título.

CDU 614.79

LUANA MARIA ROTOLO

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Acadêmico em Saúde Pública
do Instituto Aggeu Magalhães, Fundação
Oswaldo Cruz, para obtenção do grau de
mestre em Ciências.

Aprovado em: 24/04/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Idê Gomes Dantas Gurgel
Instituto Aggeu Magalhães – FIOCRUZ

Profa. Dra. Paulette Cavalcanti Albuquerque
Instituto Aggeu Magalhães – FIOCRUZ

Profa. Dra. Laurileide Barbosa
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

*A meu pai
e a todos aqueles – companheiros, militantes, movimentos, professores,
que me ensinaram a acreditar que só a luta coletiva muda a vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo em que acredito muito, pois nada na vida a gente conquista sozinho. Somos uma colagem de pedacinhos de todos aqueles que cruzaram o nosso caminho e pararam, nem que por um pequeno momento, para compartilhar algum momento de aprendizado, sempre de forma muito generosa.

Como não existe uma ordem certa - não sei nem se é possível hierarquizar o meu sentimento de gratidão - começo pela parte do caminho que me desvelou esse bonito campo de estudos da Saúde do Campo.

Às minhas companheiras de jornada, que me acompanham desde o projeto de extensão junto ao MST durante a residência e que a cada dia se transformam em pessoas ainda mais essenciais na minha vida: Evelyn, Carol, Dara, Marina, Renata, Luiza... sem vocês não teria Coletivo de Saúde do Campo, não teria as experiências que me alimentaram o desejo de construir essa pesquisa, não teria força e esperança pra construir esse e tantos outros projetos que a gente ainda vai criar juntas! Um abraço de gratidão e amor eterno em vocês!

Agradeço também todo o aprendizado compartilhado no nosso Coletivo “Grão” de Saúde do Campo, especialmente às mulheres já citadas e ainda a Sémares, Pedro e Paulo. A vocês, agradeço cada conversa, cada troca de ideias e partilha de pensamentos, os momentos que passamos juntos nesses últimos anos foram essenciais para eu entender um pouco mais desse ‘campo’ onde eu estava querendo caminhar. Dentro ou fora de sala de aula e das reuniões do coletivo, vocês me deram muitas luzes e ideias! Esse ‘produto final’ tem o dedo de todxs vocês também!

E assim chego aos meus orientadores, Idê Gurgel e José Nunes, que literalmente assinam a co-autoria desse trabalho. É quase desnecessário dizer o quanto a orientação num processo de pesquisa de uma ‘pesquisadora em formação’ é importante, mas preciso agradecer por algo mais. Eles não só me ‘formaram’ enquanto pesquisadora de um ponto de vista técnico, eles me deram a liberdade de pesquisar algo que fosse do meu interesse, algo que fizesse sentido pra mim e pra minha luta, confiando que eu daria conta. Por toda a confiança e apoio nos momentos que eu mais precisava, minha profunda gratidão a vocês! Muito obrigada por terem topado essa empreitada junto comigo!

Faço ainda um agradecimento todo especial aos movimentos sociais do campo que me inspiraram e me inspiram cotidianamente, não só a pesquisar e estudar sobre o assunto, mas também a criar novas formas de ser e de lutar por uma outra sociedade. A vocês todos, movimentos e povos do campo, floresta e águas, transbordo gratidão por tudo que vocês já me deram, não só nessa pesquisa, mas em cada projeto construído coletivamente. Para citar alguns nomes, agradeço especialmente a Lenna, Gislei e Bia, vocês são muito mais do que só parceiras, são verdadeiras companheiras! Gratidão por todo o aprendizado compartilhado!

Agradeço também a toda ousadia desse grande coletivo que constrói a Residência de Saúde do Campo e do qual me orgulho em fazer parte. As experiências vividas nos territórios junto aos residentes, os momentos de troca nas aulas, reuniões, discussões, me alimentaram e deram sustância a cada palavra dessas que coloquei no papel. A todos vocês, coordenadoras, tutoras, residentes e comunidades, meu muito obrigado!

Gratidão também pelas contribuições valiosas das professoras Paulette Cavalcanti e Laurileide Barbosa que com toda a sua sabedoria e gentileza fizeram da minha qualificação um processo de grande esclarecimento e decisivas contribuições para que eu começasse a pesquisa mais segura dos caminhos que deveria trilhar.

Não poderia deixar de agradecer uma contribuição essencial do amigo Gustavo Dantas que em um momento de desespero da escrita final sentou comigo, bateu um papo decisivo e até me emprestou seus livros pra que eu pudesse começar a escrita munida de todas as ferramentas! Pela sua generosidade e troca de conhecimentos, minha gratidão!

Como um mestrado é muito mais do que só dois anos – que diga-se de passagem, passam voando! – não posso deixar de agradecer as pessoas que me fizeram ser quem eu sou hoje e que contribuíram, mesmo sem saber, com a conclusão de mais esse rito de passagem.

Amigas de graduação e companheiras de muita risada, carinho, conforto e aconchego: especialmente Raquel, Déborah, Sabrina, Ana Maria e Amanda; companheirxs do movimento estudantil que acenderam a chama e me deram um novo horizonte – muito mais amplo e coletivo – que me guia até hoje: Carol, Dió, Jojo, Vitor, Anninha, Allan ‘Viet’, Renatinho, ‘Ceará’, ‘Nando Reis’, só pra citar alguns nomes... Amigos que viveram a adolescência (e até grande parte da infância!)

chegando a vida adulta comigo e que não sei nem medir o quanto fazem parte de mim em todos os aspectos da minha vida até hoje: Maria, Clara, Pedro Nedel, Cynara, Elisa, Gabriel, Lucas Martinez, Pedro Magalhães, Rafael, Jorge, Yuri, Lucas Alves... e João. Sem querer causar polêmica na galera, gostaria de agradecer especialmente ao João, que além de ser um amigo de longa data ainda me acompanhou na minha travessia para Recife - um presente do acaso que a vida me deu! Sua presença (com P maiúsculo!) sempre me ensina muito, só posso desejar que a vida nos mantenha sempre próximos!

Não poderia deixar de agradecer outra amiga que a vida me presenteou quando vim pra Recife, minha irmã reencontrada do outro lado do país, Raíssa! Sua amizade já me deu tanto nesses cinco anos que mesmo a gente não estando mais na mesma casa, sinto você sempre pertinho de mim! Um abraço de gratidão em você!

Agradeço também as queridas companheiras de Arteterapia que ao longo desses dois anos intensos de mestrado me fizeram lembrar que a vida precisa de cor e de corpo, desbloqueando o meu fluxo criativo nos momentos mais essenciais! Queridas colegas - Luiza, Maira, Dani, Camila, Nevinha, Adri, Leila, Tati, Lu Franco, Katia, Raquel, Lourdinha - e professoras - Cris Lopes, Edna Lopes e Andrea Graupen - gratidão sem fim pra vocês!

Com o coração cheio de carinho agradeço também a todos os professores que de alguma forma marcaram a minha vida: vocês me deram algo essencial no meu caminho e que pretendo ainda retribuir fazendo o mesmo por outras pessoas. A vocês, agradeço a sede do conhecimento, o prazer pelos livros, a vontade de conhecer e de deixar esse mundo um pouco melhor do que eu encontrei. Da professora do jardim de infância, do ensino fundamental e médio, aos professores da graduação em psicologia, da residência e do mestrado: carrego as palavras de vocês sempre comigo!

Agradeço ainda as minhas terapeutas, que nesses longos anos de descoberta interior me tornaram uma pessoa muito mais consciente de mim e do mundo. Sem a contribuição de vocês, teria sido muito mais sofrido produzir esse árduo trabalho! Obrigada por deixar a minha vida mais leve!

E por fim, mas de forma alguma menos importante, chego a base de tudo – a minha família.

À minha mãe, a pessoa mais inspiradora que eu já conheci nessa vida toda, sempre cheia de energia, de luz e de cuidado, me ensinou a ir atrás daquilo que eu acredito, mesmo que eu tivesse que cruzar o país pra isso, ou enfrentar as maiores tempestades. Ela sempre estaria ali pra me segurar, não importa o que acontecesse, e por tudo isso, não tem nem palavra que traduza tamanho sentimento! Gratidão e amor sem fim, ainda parece pouco. Te amo mamis!

Ao meu pai, que me ensinou tanto, todos os dias - até no difícil momento de ver ele partir, ele me fez uma pessoa melhor e mais forte. Papito, sem você e seu espírito geminiano questionador, eu não teria feito nem metade do caminho, muitíssimo obrigada!!

Aos meus irmãos leoninos, Tati e Caio, duas peças na minha vida que a cada dia tem se tornado ainda mais essenciais, vocês foram os pilares de sustentação de tudo que vivemos nesses últimos anos, sem vocês e todos os momentos que dividimos, rindo ou chorando, também não seria viável estar aqui agora. Acho que não agradei o suficiente aos nossos pais por terem me dado algo tão maravilhoso, meus hermanitos queridos! Viva os Brothers!!

E agora sim, pra fechar com chave de ouro, agradeço a pessoa que tem sido nos últimos 3 anos o meu verdadeiro lar, meu aconchego, minha força, meu companheiro dessa – e possivelmente de muitas outras – vida(s), Cláudio. Acho que você nem imagina o quanto o seu abraço, o seu sorriso, a sua mania em ver graça em tudo, deram a energia que eu precisava pra concluir mais essa etapa da minha formação. Não encontro palavras pra expressar toda a minha gratidão, só o desejo de continuar construindo cada dia ao teu lado ainda muitos mais sonhos! Te amo!

A História não faz nada, não “possui uma enorme riqueza”, ela “não participa de nenhuma luta”. Quem faz tudo isso, quem participa das lutas, é o homem, o homem real; não é a “História” que utiliza o homem como meio para realizar os seus fins – como se tratasse de uma pessoa individual – pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos.

Karl Marx e Friedrich Engels em A Sagrada Família.

ROTOLO, Luana Maria. **A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas públicas de saúde.** 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2017.

RESUMO

A participação dos movimentos sociais é fundamental para a construção de políticas públicas verdadeiramente voltadas a melhoria das condições de vida da população. Os povos do campo, floresta e águas foram invisibilizados historicamente pelo Estado, tendo seu direito de acesso negado a maioria das políticas públicas, incluindo as da saúde. A importância e combatividade dos movimentos sociais do campo no Brasil e sua recente aproximação com a área da saúde justifica a necessidade de compreender suas estratégias de participação nessa área. A pesquisa, fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico e orientada pelo método dialético, teve como objetivo analisar a participação dos movimentos sociais do campo do estado de Pernambuco na construção das políticas públicas de saúde. Para isso foi realizada análise documental de jornais, revistas, notícias e cartilhas produzidas por 3 movimentos protagonistas dessa discussão no estado – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) – além de entrevistas com as lideranças desses movimentos. A análise dos dados revelou que os movimentos tem se aproximado da pauta da saúde por diferentes vias possuindo concepções de saúde e estratégias de participação na área divergentes. Essas diferenças tem fragilizado a sua articulação local, diminuindo sua capacidade de pressão frente ao Estado. A fragilidade de articulação somada as dificuldades no trabalho de base e a centralização das discussões da Saúde do Campo nas instâncias nacionais, tem dificultado que os movimentos construam políticas de saúde no estado. Porém, apesar dessas dificuldades, concluímos que os movimentos do campo apresentam importantes ações e discussões na área da saúde, sendo essencial que se aprofunde os conhecimentos na área da Saúde do Campo fortalecendo a aproximação dos movimentos com a Saúde Coletiva.

Palavras-chave: Saúde da População Rural. Participação Social. Políticas Públicas. Saúde Pública.

ROTOLO, Luana Maria. **The participation of rural social movements in the making of public health policies.** 2017. Dissertation (Academic Masters in Public Health) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2017.

ABSTRACT

The participation of social movements is fundamental in the making of public policies that are truly interested in improving the population's life conditions. Historically invisible to the Brazilian Government, rural, forest and water populations were denied access to the majority of public policies, including the health sector ones. The importance and struggle of the rural social movements in Brazil and their recent involvement with the public health sector justifies the need to comprehend their participation strategies. Based on the historical materialism theory, this research analyzes the participation of the rural social movements in the making of public health policies in the State of Pernambuco, Brazil. This is accomplished through the analysis of newspapers and magazine articles, news and primers written by protagonists of three movements involved in that debate in the Province - The Movement of Landless Rural Workers (MST), Commission of Pastoral Land (CPT) and The Union of Agricultural Workers of Pernambuco (FETAPE). Additionally, interviews with the leaders of these movements were carried out. The data analysis revealed that the movements have been involved in the health sector agenda in many different ways, although with dissonant conceptualizations of health and of participatory strategies. These differences have been causing frailties in their ability to articulate locally and diminishing the pressure imposed upon the Government. The frailties in the articulation process added to the difficulties in grassroots movements and the centralization at the national level of the discussions around the Rural Health have been making it difficult for the movements to build health sector policies in the State. Nevertheless, despite such difficulties, we conclude that the rural movements introduced important discussions in the health sector, and that it is essential to deepen the knowledge about the Rural Health and strengthen the ties of social movements with Public Health.

Keywords: Rural Health. Social Participation. Public Policies. Public Health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	21
1.1 Objetivo geral	21
1.2 Objetivos específicos	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 A discussão de Estado e Sociedade a partir do campo marxista	22
3.1.1 O Estado ampliado em Gramsci e a luta pela hegemonia	24
3.1.2 O Estado e a participação das classes populares a partir de Poulantzas	28
3.1.3 A contribuição de Poulantzas à análise das Políticas Sociais no Estado Capitalista Contemporâneo	33
3.2 Uma abordagem marxista dos movimentos sociais	36
3.2.1 Os movimentos sociais enquanto intelectuais orgânicos	38
3.2.2 As classes, a luta de classes e os movimentos sociais	43
3.2.3 O Controle Social e a participação dos movimentos sociais	48
3.3 A questão agrária no Brasil	55
3.3.1 A luta pela terra e a formação dos movimentos sociais do campo	60
3.4 A história das políticas de saúde para o campo no Brasil	70
4 PERCURSO METODOLÓGICO	74
4.1 Epistemologia e método	74
4.2 O caminho percorrido na pesquisa	77
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	84
5.1 Os movimentos sociais estudados: sua história, bandeiras de luta e formas de organização na saúde	84
5.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	84
5.1.1.1 <i>A Saúde no MST: organicidade, concepções e ações desenvolvidas pelo Coletivo Estadual de Saúde de Pernambuco</i>	85
5.1.2 A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	90
5.1.2.1 <i>A discussão e as ações de saúde da FETAPE</i>	92
5.1.3 A Comissão Pastoral da Terra	94
5.1.3.1 <i>A luta pelo território enquanto uma conquista de saúde: as ações e discussões da CPT relacionadas à Saúde do Campo</i>	98

5.2 A aproximação dos movimentos sociais do campo com a pauta da saúde e a construção da Saúde do Campo	99
5.2.1 A construção da Saúde do Campo em Pernambuco	114
5.3 Relação com o Estado e estratégias de participação	123
5.4 Os próximos passos na luta: perspectivas dos movimentos e suas contribuições para a área da saúde	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145
Apêndice A - Quadro-síntese dos documentos analisados	153
Apêndice B - Roteiro da análise documental	168
Apêndice C - Roteiro da entrevista guiada	169
Apêndice D - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)	170

1 INTRODUÇÃO

O conceito de saúde que sustenta o Sistema Único de Saúde (SUS) entende que essa é determinada pela “organização social e econômica do País”, tendo como condicionantes e determinantes a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990a).

A fundamentação desse conceito se encontra na teoria da determinação social da saúde, que entende a saúde não como produto individual ou estritamente biológico, mas como resultado de uma série de determinações sociais e históricas com complexas mediações entre indivíduo, biologia, sociedade, cultura.

Segundo Albuquerque e Silva (2014, p. 954), a perspectiva da determinação social compreende a saúde como a condição de “realização das conquistas do gênero em cada sujeito”, o que parte da compreensão de que o ser humano é um sujeito histórico e que portanto, se produz em sociedade. Nesse sentido, não é possível falar de saúde – nem de seus determinantes isoladamente - sem pensar a organização social, política e econômica da formação social em que estamos inseridos.

Breilh (2013, p. 14, tradução nossa) destaca que esse caráter crítico da teoria da determinação social da saúde se fundamenta:

na vinculação com as lutas dos povos para superar um regime social centrado na acumulação de riquezas e no reconhecimento da incompatibilidade do sistema social hegemônico e no modo de civilização que o reproduz, frente a construção de modos de viver saudáveis.

Efetivar um conceito de saúde como esse não é tarefa fácil, pois implica sobretudo em transformações estruturais na forma de organização social do país e em última instância, na revolução de todo o modo de produção.

Obviamente que a conquista de um Sistema de Saúde, mesmo ancorado em um horizonte tão progressista, não poderia dar conta de isoladamente realizar todas as transformações necessárias a efetivar o direito à saúde nesses termos. Os quase 30 anos de SUS demonstram o quanto é contraditório e complexo construir um sistema de saúde que se pretende contra-hegemônico. Desde o princípio, a construção do nosso sistema de saúde enfrentou diversas forças contrárias à sua efetivação, sendo a forma de efetivar as políticas um processo em permanente

disputa – inclusive internamente ao movimento de reforma sanitária. Os desafios foram se somando ao longo desse tortuoso caminho e, mesmo com muitos avanços, vemos com preocupação que a concepção ampliada de saúde parece ter perdido seu horizonte revolucionário, tendo as necessidades pragmáticas de construção do sistema se sobreposto a visão estratégica e utópica de um conceito de saúde fundamentado na determinação social.

Acreditamos que hoje, resgatar esse horizonte, e seus fundamentos, se torna uma tarefa central na disputa pela hegemonia, não apenas dentro do sistema de saúde, mas na própria concepção de sociedade e de modelo de desenvolvimento que queremos construir. Quando grande parte do movimento sanitarista parece ter deixado em segundo plano esse tipo de discussão, alguns atores ‘externos’ vem nos lembrando dessa importante discussão ao se organizar para reivindicar uma política de saúde baseada na determinação social e construída de forma participativa e intersetorialmente. Importantes atores nesse processo tem sido os movimentos sociais do campo.

O compromisso com os princípios da universalidade e da equidade, pilares do nosso Sistema de Saúde, tiveram inegáveis avanços desde a aprovação do SUS na Constituição Federal de 1988. Porém, quando saímos dos aglomerados urbanos de nosso país, encontramos diversos povos em condição de total desassistência e vulnerabilização (CARNEIRO et al., 2014; CARNEIRO; BÚRIGO; DIAS, 2012).

São camponeses, trabalhadores da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, acampados, assalariados, comunidades tradicionais, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas em áreas florestais ou aquáticas, pescadores artesanais, marisqueiras, atingidos por barragens, diversas etnias indígenas, entre muitos outros. Todos esses povos que possuem modos de produção e reprodução social e de vida relacionados com a terra, com a floresta e com as águas, vivem e resistem à margem de praticamente todas as políticas públicas de nosso país (CARNEIRO, 2007; MATIELO, 2009).

Essas populações, invisíveis aos olhos do Estado e de grande parte da sociedade urbana, vêm sofrendo violências de diversas ordens, sendo cada dia mais acuados pela expansão do Agronegócio e de um modelo de desenvolvimento que traz danos à saúde e ao meio ambiente não só de quem habita esses territórios, mas de todos que dependem da produção desses trabalhadores (CARNEIRO et al., 2007).

Pensar as necessidades de saúde das populações do campo, floresta e águas, não é importante apenas pelo fato de que cerca de 15,6%¹ da população do nosso país tem o seu direito à saúde negado, mesmo depois de 30 anos da redemocratização e da construção do SUS. Pensar a construção de políticas de saúde para essas populações, tendo como base a teoria da determinação social da saúde, é colocar o dedo na ferida num dos pilares da nossa condição de país subdesenvolvido e dependente. É enfrentar de frente que mesmo depois de quase dois séculos de independência e do fim da escravidão, ainda temos uma das maiores concentrações de terras do mundo e uma condição de trabalho no campo tão precária, que em pleno século XXI, ainda encontramos condições de trabalho análogas à escravidão (CARNEIRO et al., 2007).

Essa desigualdade estrutural - onde poucos tem muita terra e a maioria está completamente excluída do acesso ao seu meio primordial de vida - está ligada há muitos problemas sociais de nosso país. Como diria Stedile (2012a), a concentração de terras e o fato de nunca termos resolvido o problema agrário de nosso país são a origem do êxodo rural e do inchaço urbano, do aumento do desemprego e da violência no campo e na cidade. O 'problema agrário' é, portanto, a "mãe" da nossa 'questão social'.

Por tudo isso, discutir as questões de locais 'tão remotos' e distantes, deve ser interesse de toda a sociedade, ao menos daquela parte que ainda acredita na justiça social e na necessidade de termos uma condição de vida mais digna e saudável.

Dentro da perspectiva da determinação social, falar de acesso e posse da terra é também uma questão de saúde. Muitos estudos demonstram essa associação na prática, comprovando que o acesso e a posse da terra garantem segurança alimentar, diminuem a mortalidade infantil e melhoram o nível de saúde das populações assentadas (CARNEIRO, 2007; RÜCKERT, 2012). Essa discussão estava presente no Movimento de Reforma Sanitária, quando formulou o conceito ampliado de saúde e aprovou no Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde que o "acesso e a posse da terra" eram um dos determinantes da saúde, propondo a

¹ Alertamos que esse dado do IBGE é questionado por muitos autores devido a fragilidade da nossa conceituação oficial de 'rural'. Estima-se que sob outras concepções do que seria 'o rural' no Brasil esse número seria muito maior.

realização da Reforma Agrária como um dos encaminhamentos da conferência (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986).

Porém, na aprovação da Constituição Federal e das Leis Orgânicas do SUS essa parte do conceito de saúde foi retirada por pressão dos ruralistas e dos setores conservadores, tendo vindo a tona somente uma década depois com a organização e a pressão dos movimentos sociais do campo. Foram esses movimentos que trouxeram novamente a importância da discussão da saúde a partir da determinação social e que deram um importante passo com a construção da primeira política de saúde integral voltada especificamente às populações do campo, floresta e águas (CARNEIRO, 2007; MATIELO, 2009).

Essa e outras vitórias só foram possíveis pela articulação e participação dos movimentos sociais do campo através do Grupo da Terra. Esse Grupo de Trabalho, integrado por representantes das instâncias governamentais e movimentos sociais começou a ser organizado em nível nacional a partir de 2003, tendo importantes desdobramentos para a construção da Saúde do Campo.

Segundo Carneiro (2007) foi somente a partir desse momento que os movimentos sociais do campo começaram a ser sujeitos na construção das políticas de saúde junto ao Estado. Foi no Grupo da Terra que se conseguiu a inclusão da população assentada e quilombola na base de cálculo do valor do Piso de Atenção Básica (PAB), bem como algumas mudanças no financiamento que incentivaram a criação de equipes de Saúde da Família em municípios pequenos com expressiva população rural (CARNEIRO, 2007). Outra política que só saiu do papel com a pressão dos movimentos sociais do campo e com a vocalização de suas demandas no Grupo da Terra, foi a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos criada em 2006 (CARNEIRO, 2007) e a criação das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas e Fluviais criadas respectivamente em 2010 e 2014 (SOARES, 2014).

Mas o maior produto dessa articulação foi ter conseguido construir a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA), uma política de saúde baseada no conceito da determinação social e na transversalidade e intersetorialidade das ações, que tem como objetivo a melhoria da situação de saúde dessas populações até hoje invisibilizada (BRASIL, 2015). Segundo Carneiro et al. (2014, p. 277) a PNSIPCFA foi um grande avanço porque:

reconhece a dívida histórica do Estado brasileiro com a saúde das populações do campo, apresenta a necessidade de superação do modelo de desenvolvimento econômico e social na busca de relações homem-natureza responsáveis e promotoras da saúde e a extensão de ações e serviços de saúde que atendam às populações, respeitando suas especificidades.

Esse processo de construção de políticas a nível nacional teve outro produto muito valioso que foi o estreitamento das articulações entre os movimentos, inclusive extrapolando o espaço institucional do Grupo da Terra (SILVA, F., 2016). A organização autônoma dos movimentos teve um importante fruto que foi a organização do I Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, que ocorreu entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro de 2015, em Brasília, paralelo a 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Nesse encontro os movimentos reafirmaram a luta em defesa do SUS, a determinação social e o projeto do Movimento de Reforma Sanitária, defendendo que a saúde deve ser conquistada pela luta cotidiana dos povos, extrapolando os espaços institucionalizados do controle social do SUS (ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS, 2015).

Todos esses frutos, conquistados nos mais de 10 anos de construção coletiva, representam uma grande vitória da luta dos movimentos na saúde, porém somente com esses avanços não será possível transformar a realidade dessas populações e promover saúde no campo. A luta a partir de agora passa pela implementação dessa e de outras políticas, avançando na construção e na reorientação das práticas de saúde nos serviços (SILVA, F., 2016).

Essa luta depende sobretudo dos movimentos a nível local, pois são principalmente as gestões municipais que podem transformar as políticas em ações. Isso exige que os movimentos incorporem e aprofundem a discussão da Saúde do Campo na base, fortalecendo os processos de luta e construção de políticas a nível estadual e municipal (SILVA, F., 2016; SOUZA, 2013).

Conhecer e analisar como os movimentos do campo de Pernambuco tem realizado essa tarefa foi o grande objetivo dessa pesquisa. Tendo em vista o contexto de ataques e o quadro de sucessivas derrotas e ameaças ao SUS, pensar a questão da participação na saúde nos parece central. Os movimentos sociais do campo estão dando novo fôlego a luta pelo SUS, retomando justamente os princípios e estratégias mais radicais do Movimento de Reforma Sanitária, o que

torna a compreensão desse fenômeno estratégica para repensar todas as lutas em defesa do direito à saúde e que avancem na construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico (SOUZA, 2013).

Na primeira parte do trabalho, está a apresentação do referencial teórico da pesquisa, fundamentado no materialismo histórico e dialético. O referencial teórico foi organizado a partir de três pilares que entendemos como fundamentais à compreensão do objeto da pesquisa a partir da categoria da totalidade: o primeiro é a discussão de Estado, das políticas públicas e da sociedade civil na perspectiva de Gramsci e Poulantzas, o segundo é um esboço da compreensão marxista acerca dos movimentos sociais e seu papel na sociedade e junto ao Estado, e o terceiro, é uma breve discussão da questão agrária na realidade brasileira, tendo como pano de fundo as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo na nossa história. Ao final do referencial teórico, apresentamos ainda uma breve historiografia a respeito das políticas públicas de saúde no Brasil que tiveram como foco a população rural. Esse referencial nos deu a base para a compreensão do papel das políticas públicas e sociais no Capitalismo Contemporâneo e o lugar da participação social dos movimentos na construção dessas políticas.

Na segunda parte delineamos os principais pressupostos e princípios do método dialético, descrevendo o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa, que contou com análise documental e entrevistas com as lideranças dos seguintes movimentos: Movimento Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na terceira parte organizamos a apresentação dos resultados e a discussão a partir de três categorias centrais, que foram: 1) a aproximação dos movimentos sociais do campo com a pauta da saúde; 2) relação com o Estado e estratégias de participação dos movimentos; e 3) horizonte e perspectivas dos movimentos e suas contribuições para a área da saúde.

Iniciamos a apresentação dos resultados com uma breve contextualização de cada movimento social estudado e sua atuação na área da saúde. Depois construímos o percurso histórico de aproximação dos movimentos na área da saúde e na construção da Saúde do Campo, tanto a nível nacional quanto em Pernambuco. A partir dessa compreensão histórica e do referencial teórico apresentado, discutimos as estratégias de participação dos movimentos e sua

concepção de Estado, analisando os limites e potencialidades dessas experiências. Ao final, são apresentadas as contribuições que os movimentos tem dado à área da Saúde Coletiva e os próximos passos dessa construção, tecendo algumas reflexões com o objetivo de síntese nas considerações finais.

Destacamos que essa pesquisa se insere dentro de um novo campo de conhecimento da área da saúde que está se construindo a partir desse diálogo com os movimentos sociais e que tem se traduzido na expressão Saúde do Campo. Essa nova terminologia representa uma mudança de olhar do setor saúde para essas populações e um comprometimento de transformação frente a realidade de iniquidades em que grande parte dos povos do campo, floresta e águas ainda vive.

É com esse comprometimento e partindo desse novo campo que realizamos essa pesquisa, orientada pela seguinte pergunta condutora: como os movimentos sociais do campo do estado de Pernambuco participam da construção das políticas públicas de saúde? Esperamos com esse trabalho contribuir para a luta dos movimentos sociais do campo e dar, nem que seja um pequeno passo, na defesa do SUS e das políticas de saúde para as populações do campo, da floresta e das águas.

Entendemos que a realização desse trabalho num momento político crítico como esse que estamos vivendo no último ano é mais do que necessário. Mesmo que a complexidade da realidade seja sempre maior do que a nossa capacidade de abstração, fazer o esforço de 'reproduzir a realidade idealmente', aliado a luta política cotidiana, é o único caminho para a construção de uma sociedade onde a emancipação humana seja possível.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a participação dos movimentos sociais do campo do estado de Pernambuco na construção das políticas públicas de saúde.

2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever o contexto histórico e político da inserção da saúde na agenda dos movimentos do campo no estado;
- b) Identificar as concepções de participação na saúde dos movimentos do campo de Pernambuco;
- c) Caracterizar as estratégias de participação dos movimentos do campo de Pernambuco nas políticas de saúde.
- d) Analisar as pautas e proposições dos movimentos sociais do campo para a construção das políticas públicas de saúde.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A discussão de Estado e Sociedade a partir do campo marxista

Marx, ao debruçar-se sobre a questão da totalidade, compreendeu que não se exigia saber tudo, mas produzir um conhecimento capaz de enfrentar esse ponto totalitário crucial que tende, sempre contraditória e desigualmente, a “unificar” o planeta sob a égide do capital. A análise crítica que formulou pode ajudar-nos a enfrentar o capitalismo de maneira radical – indo até suas raízes – apesar da escala que esse mesmo capitalismo atingiu. A totalidade marxiana não é, de forma alguma, um olhar desde “fora” ou desde “cima”: ao contrário, exige estar com os pés fincados no chão concreto das relações sociais, ali onde os seres de carne e osso constroem sua existência (FONTES; MIRANDA, 2014, p. 312)

Estudar os movimentos sociais e a construção de políticas públicas numa perspectiva da totalidade social exige que se inicie por uma delimitação da discussão sobre Estado e sociedade, terreno onde se situa o objeto de nosso estudo.

As análises sobre o papel do Estado, seu funcionamento e relação com a sociedade, não são novos e muito menos consensuais. Mesmo nos situando dentro do campo marxista a concepção de Estado não é única e muito menos homogênea, sendo necessário delimitar também a partir de que autores construiremos nossos pressupostos.

Correndo o risco de sermos esquemáticos, abordaremos a questão do Estado a partir das contribuições de Marx e Engels e mais especificamente de Gramsci e Poulantzas, por compreender que esses autores tiveram uma significativa contribuição para analisarmos o Estado Capitalista da atualidade.

A contribuição de Marx sobre o Estado é fundamental mesmo que este não tenha se debruçado especificamente sobre essa temática e tenha vivido em um contexto onde o Estado tinha um funcionamento diferente do que assumiu posteriormente no período do Capitalismo Monopolista. Marx e Engels identificaram a essência do Estado no Modo de Produção Capitalista: sua natureza de classe. A célebre frase do Manifesto onde descrevem o Estado como o ‘comitê de negócios da burguesia’ é insuficiente para compreendermos o Estado em sua complexidade atual mas é precisa em indicar a sua natureza (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Outra indicação de Marx ao estudo do Estado se encontra no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, onde ele situa a sociedade civil como a

esfera da produção e reprodução da vida material, e o Estado como produto dessa sociedade. Sendo produto da sociedade, o Estado expressa necessariamente as suas contradições, o que vai de encontro a tese hegeliana de que o Estado seria uma instância autônoma, capaz de expressar uma visão universal. Na visão marxiana, para compreender o Estado é preciso primeiramente compreender a sociedade que o produziu:

as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações tem, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência, em suas totalidades, condições essas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil” (MARX, 2008, p. 47).

É neste mesmo prefácio que Marx define de forma esquemática a divisão entre “estrutura” e “superestrutura”, duas instâncias que compreenderiam a base material (as relações de produção na sociedade civil) e a sua derivação política na forma do Estado - o que gerou uma série de polêmicas dentro do campo marxista a respeito de como compreender a articulação entre Economia e Política, Sociedade e Estado, etc.

Cheguei também a conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. O resultado geral a que cheguei [...] pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

O que nos parece essencial, para além de toda a polêmica em torno dessas categorias, é a defesa de Marx de que o fundamento do Estado se encontra nas relações de produção, na base material da vida em sociedade, discordando das visões idealistas e liberais de que o Estado seria uma entidade superior, acima das classes e, portanto, neutra frente aos seus interesses.

Compreender o Estado alicerçado nas relações de produção implica em reconhecê-lo como expressão dos interesses da burguesia, uma vez que essa é a classe que possui os meios de produção e o controle sobre o trabalho, como

afirmam Montaño e Duriguetto (2011, p. 36) com base no pensamento de Marx e Engels:

Longe de ser o momento da universalização, o Estado para Marx e Engels emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis.

Podemos concluir então que para Marx o Estado é a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista. Portanto, é na sociedade civil – que ele identifica como “estrutura” e lugar tanto das relações de produção quanto da luta de classes - que se encontra o seu fundamento.

3.1.1 O Estado ampliado em Gramsci e a luta pela hegemonia

Gramsci foi muito mais um militante – ou melhor, um intelectual orgânico – do que um teórico acadêmico. Toda a sua formulação, que muitas vezes foi traduzida de forma reformista e reducionista, teve como base um único interesse: dar o subsídio teórico para traçar uma estratégia política capaz de realizar a revolução na Itália, tal como tinha feito recentemente Lenin na Rússia.

A concepção de Estado de Marx, assumida e desenvolvida por Lenin, se baseava não em formulações teóricas abstratas, mas na análise do Estado real que estes vivenciavam em seus contextos. O Estado do século XIX era um Estado que se configurava explicitamente como ‘comitê de negócios da burguesia’, valendo-se principalmente da coerção e da opressão para exercer suas funções de domínio da classe burguesa. É importante lembrar que em nenhum país do século XIX existia sufrágio masculino e muito menos o sufrágio universal, sendo que, mesmo em regimes ditos democráticos, a política liberal clássica colocava como condição para os candidatos que estes tivessem propriedades (excluindo a classe trabalhadora do processo político) e proibindo o surgimento de organizações de trabalhadores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Dentro desse contexto a única estratégia viável para a luta de classes seria a auto-organização dos trabalhadores para a tomada do poder na forma de uma

guerra civil, estratégia essa que Gramsci denominou de “guerra de movimento”. O proletariado após se tornar a classe dominante deveria instaurar um período de transição à sociedade comunista chamado de Ditadura do Proletariado, em que a burguesia deveria ser dominada até que as classes fossem suprimidas e, em consequência, o Estado pudesse ser extinguido.

Gramsci ao observar a Revolução Russa buscou de todas as formas construir a revolução na Itália. Apesar de todas as condições objetivas apontarem para uma possibilidade real de revoluções na Europa Ocidental no início do século XX, estas fracassaram de forma bastante desastrosa, culminando com a ascensão do Fascismo e do Nazismo em diversos países. O comunista italiano, preso pelo regime fascista, procurou compreender o porquê do fracasso das revoluções no ocidente, apontando novas determinações a compreensão do Estado Capitalista, a partir dos apontamentos de Marx, Engels e Lenin.

O contexto da Itália no início do Século XX era muito diferente, tanto do czarismo na Rússia quanto do liberalismo clássico da época de Marx. Gramsci viveu um momento de intensa “socialização da política”, tanto pela conquista do sufrágio universal como pela proliferação de organizações, como partidos políticos, sindicatos, associações, etc. Esse novo cenário complexificou as relações de poder e a representação de interesses, acarretando a necessidade de modificar as formas de organização e as estratégias de luta política das classes e frações de classe (COUTINHO, 2011; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Gramsci compreendeu esse complexo e crescente tecido de organizações sociais e políticas como uma nova esfera no âmbito da superestrutura que ele denominou de *sociedade civil*. A sociedade civil para Gramsci é o “espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão de valores, culturas e ideologias” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43). Essa é composta por uma rede de organizações, que ele chamou de aparelhos privados de hegemonia, espaços relativamente autônomos frente ao “Estado em sentido estrito”.

Os aparelhos privados de hegemonia que compõe a sociedade civil são as associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades científicas e culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas, etc, que ao organizar e defender seus interesses, confrontam

projetos societários “na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar a hegemonia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Ainda na superestrutura, em relação de unidade dialética com a sociedade civil, está o “Estado em sentido estrito”, ou como Gramsci a intitulou: a *sociedade política*. Esta se define como o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção, por isso sendo também chamada de Estado-coerção (COUTINHO, 2011). Nesta esfera estão compreendidos os aparelhos repressivos como o Poder Judiciário e o Executivo, bem como as forças armadas e a polícia.

O marxista italiano aponta que cada esfera da superestrutura possui uma certa especialização de funções, mas que ambas se orientam a partir de um mesmo objetivo: a manutenção da ordem dominante (LIGUORI, 2003). A sociedade política é a responsável pela dominação a partir da coerção e da violência, e a sociedade civil, sendo o terreno da ideologia, seria o espaço onde a direção político-ideológica se daria sobretudo com base na produção do consenso dos dominados.

A compreensão do Estado como “sociedade civil + sociedade política, ideologia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p. 269), que inclui a sociedade civil como parte da superestrutura - e não mais na estrutura como Marx a identificava - não retira a centralidade da estrutura como base material e fundamental do Estado. A nova concepção deve ser compreendida como ampliação e complexificação do Estado Capitalista, que agora passa a incorporar novas funções para além da coerção e opressão.

A ampliação do Estado é central pois aponta para a necessidade de se traçar uma estratégia revolucionária no seio da sociedade civil, mostrando a importância não só da coerção mas da ideologia para a dominação de classe. Isso abre todo um novo campo para a luta de classes que envolve disputas pela direção dos aparelhos de hegemonia e pela produção de novos consensos na sociedade.

É importante ainda destacar que o fato da sociedade civil ser o espaço do consenso para Gramsci não significa que seja o espaço da neutralidade ou da harmonia entre as classes, muito pelo contrário: a sociedade civil é a arena da luta de classes por excelência, sendo marcada pelas disputas de hegemonia em todos os seus espaços.

A conquista da hegemonia para Gramsci seria o primeiro passo do processo revolucionário no contexto da “guerra de posição”², o que significa conquistar a liderança cultural e política de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Ser hegemônico então pressupõe não apenas o controle dos aparelhos repressivos, mas sobretudo a obtenção do consenso social (MORAES, 2010)

Para a obtenção do consenso seria necessário “modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade” (MORAES, 2010, p. 56). Para isso é fundamental a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores do consenso, ou seja, os aparelhos privados de hegemonia, “de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI apud MORAES, 2010, p. 67).

Porem, esse processo não é linear e muito menos isento de contradições. Um outro conceito importante da teoria gramsciana - e que segundo Coutinho (2003a) é fundamental para compreender a política brasileira - é o de revolução passiva.

Gramsci, assim como Marx, entendia que o Estado tinha em sua essência uma natureza de classe e portanto será sempre um “organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI apud BIANCHI, 2008, p. 175). Apesar disso, na aparência ele se mostra como a “expressão de toda a sociedade”, e isso é fundamental para legitimar suas ações, garantindo o consenso social. Gramsci aponta então que para efetivar essa aparência de neutralidade é preciso que o Estado incorpore parte das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, dando a impressão de que realmente trabalha para o interesse de todos. Porém, apesar disso significar uma vitória para a luta dos dominados, é importante também destacar o potencial apaziguador e promotor de

² Gramsci sintetizou duas estratégias revolucionárias diferentes, dependendo da formação social ser ‘ocidental’ ou ‘oriental’. Numa sociedade oriental, onde a sociedade civil ainda não estaria plenamente desenvolvida - como a Rússia czarista - a estratégia deveria ser a “Guerra de movimento”, tal qual Lenin desenvolveu na Revolução de Outubro, com uma tomada abrupta do poder estatal. Já nas sociedades ocidentais, onde ocorreu a ‘socialização da política’, era preciso uma nova estratégia, que ele denominou de “guerra de posição”. Nesse novo contexto, seria necessário um processo mais lento e complexo de conquista da hegemonia antes do processo de tomada do Estado (COUTINHO, 2011). Importante destacar que a “guerra de posição” não se confunde com a estratégia social-democrata de ‘reformular’ o capitalismo sem ‘quebrar’ o Estado. Para Gramsci a transição ao socialismo exigia a derrocada do Estado Capitalista, a questão que diferencia a “guerra de posição” da “guerra de movimento” é apenas a maior complexidade e a centralidade da hegemonia na sociedade civil para levar esse processo adiante (OLIVEIRA, 1987).

submissão dessas medidas. Isso porque, ao incorporar as demandas da classe subalterna³, o Estado subtrai das organizações populares sua lógica própria e autônoma, enquadrando-as no funcionamento da ordem vigente (BIANCHI, 2008).

Esse processo conflituoso e contraditório se realiza sobretudo pela restrição das reivindicações das classes subalternas ao nível econômico-corporativo - nível esse compatível com a manutenção da ordem dominante. Isso só é possível pois as classes subalternas ainda não estão suficientemente organizadas para construir uma nova hegemonia, mas já são capazes de impor um novo comportamento às classes dominantes (COUTINHO, 2011).

Segundo Coutinho (2011, p. 32) a revolução passiva se caracteriza então pela reação das classes dominantes a pressão das classes subalternas, incorporando suas reivindicações e fazendo concessões inclusive econômicas, com a intenção de manter a ordem dominante a partir da consolidação do consenso e do aprofundamento da submissão. Mesmo que essas conquistas sejam insuficientes para um processo revolucionário emancipatório, é a partir desse processo que se abrem caminhos novos para ampliação das reivindicações das classes subalternas que devem manter-se organizadas e procurando elevar o seu nível de consciência ao invés de se acomodar com as novas migalhas conquistadas. A revolução passiva é um processo dialético que significa ao mesmo tempo avanço e recuo, conservação e modernização, sendo necessário que as classes subalternas saibam tirar proveito dessa situação contraditória para conseguir mais avançar do que retroceder.

3.1.2 O Estado e a participação das classes populares a partir de Poulantzas

Nicos Poulantzas foi um importante filósofo e sociólogo grego que se exilou na França nas décadas de 1960 e 1970. Na França foi aluno de Louis Althusser tendo rompido mais tarde com o mestre, criando uma teoria própria sobre o Estado a partir das contribuições de Marx, Engels, Lenin e Gramsci.

³ Importante ressaltar que ao longo do trabalho utilizamos a categoria de 'classe subalterna' de Gramsci e 'classes dominadas' de Poulantzas como sinônimo de 'classe trabalhadora' em seu sentido amplo ou 'classes populares' - como vem sendo utilizado por diversos autores no Brasil - sem fazer distinção entre esses conceitos ou entre as frações da classe trabalhadora/explorada. Entendemos que essas diferenças conceituais, na abrangência deste trabalho, não eram essenciais e por isso preferimos preservar a nomenclatura de cada autor.

Neves e Pronko (2010) defendem que Poulantzas, ao mesmo tempo em que apresenta novas determinações ao conceito de Estado, fornece aos cientistas sociais subsídios fundamentais para compreender a natureza e a dinâmica das políticas sociais na contemporaneidade.

Sua compreensão do Estado Capitalista parte da crítica das visões hegemônicas na época: rejeitava a perspectiva marxista que via o Estado como *instrumento* de classe - ou Estado-Coisa como ele denominou - e também a perspectiva social-democrata do Estado-Sujeito, autônomo e acima das classes.

Na crítica ao Estado-Coisa, Poulantzas (2000) precisa que o Estado possui *natureza* de classe e não *utilização* de classe. Isso se deve ao fato do Estado ser parte intrínseca da estruturação do Modo de Produção Capitalista, não sendo possível que primeiro tenha se consolidado a burguesia para depois, já como classe dominante, criar o Estado como “simples apêndice” do exercício de sua dominação. Segundo Neves e Pronko (2010, p. 99), o “próprio processo de organização do Estado é parte constitutiva do estabelecimento de relações de produção capitalistas como processo histórico específico que constitui as classes em luta”.

Nas palavras de Poulantzas (2000, p. 37),

o Estado baliza desde então o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes.

Retomando a concepção marxiana de que o Estado é produto das relações de produção e da luta de classes, Poulantzas não pode aceitar que este seja compreendido como mero instrumento de uma classe, ele é fruto das contradições da sociedade e é sobretudo palco e expressão da luta de classes. Para este pensador, a visão instrumental do Estado não dá conta de compreender as contradições de suas políticas, pois sendo o instrumento de uma classe ele deveria ter uma unidade interna, sendo apenas “pressionado” *de fora* pelas classes dominadas. A contradição então - essa sim, constitutiva do Estado - passaria ao lugar de mera “falha” no sistema, portanto, secundária ao seu funcionamento e sem poder real de determinar suas políticas. Na crítica de Poulantzas (2000, p. 134) a visão instrumental do Estado, esse afirma que o Estado-Coisa:

parece dotado de uma unidade instrumental intrínseca, as contradições em seu seio existem apenas como contrafações externas (influências, pressões) de peças e engrenagens do Estado-máquina ou instrumento, em que cada fração dominante ou grupo de interesses particulares ficam com a melhor parte para si.

Da mesma forma a visão do Estado-Sujeito também não dá conta de compreender suas contradições, pois entende o Estado como instância universal e autônoma, acima das classes e responsável pela racionalização das contradições presentes na sociedade civil que deveriam ser encarnadas pelas elites políticas numa “vontade unificadora” para o bem comum (POULANTZAS, 2000). Essa perspectiva, além de ingênua, é ideológica, pois reforça o senso comum da aparência do Estado como instância neutra da sociedade, apagando seu caráter de classe tão bem explicitado por Marx.

Para Poulantzas (2000, p. 130) o Estado não é nem coisa nem sujeito, ele é uma relação. A concepção relacional do Estado compreende que este é “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado”. Isso tem uma consequência direta para a compreensão de suas políticas, pois faz com que suas formas e estruturas traduzam “os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento” (POULANTZAS, 2000, p. 132).

Como colocam Neves e Pronko (2010, p. 99), essa concepção permite desdobramentos importantes, pois reafirma o caráter de classe do Estado, mas complexifica essa afirmação ao reconhecer que “essa natureza de classe do Estado não é absoluta nem homogênea mas relacional, implicando ao mesmo tempo a inscrição permanente das classes dominadas na própria ossatura material do Estado”.

Poulantzas (2000) em sua teoria também ressalta a heterogeneidade e os conflitos intra-classe dominante, apontando o Estado como organizador das frações dominantes, sendo fundamental para a unificação de seu interesse político no longo prazo. A burocracia e a necessidade de centralização no funcionamento estatal nada mais são do que expressões da necessidade da fração hegemônica em manter uma direção única e a unidade política do bloco no poder, frente a arena de disputas políticas que constituem o Estado em sua essência.

A forma e o funcionamento do Estado seriam então efeitos das contradições de classe no seio do Estado. As contradições, portanto, não “atravessam o Estado” como se esse fosse constituído por outra matéria que não as próprias contradições de classe e intra-classe. É essa substância relacional e contraditória que faz com que o Estado não seja nem homogêneo nem completamente autônomo: ele é heterogêneo e *relativamente* autônomo frente as classes, justamente por ser expressão das contradições das classes em luta. Isso não significa que não exista um projeto unitário das classes dominantes que é hegemônico dentro da sociedade e do Estado, mas que esse não é fruto de um consenso passivo, ele está permanentemente atravessado por disputas internas (POULANTZAS, 2000).

Todo esse processo conflituoso pela direção do Estado se expressa em suas políticas. Essas podem parecer a primeira vista incoerentes e caóticas, mas são assim por expressarem a materialização do processo de contradições internas à luta de classes. A partir disso, Poulantzas (2000, p. 134) conclui que

o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organizador são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado.

Para garantir a sua dominação política e ideológica a fração da classe dominante precisa conquistar a hegemonia na direção do ‘Bloco no poder’ e manter a unidade frente ao inimigo de classe: as classes subalternas. Por isso, o Estado ao organizar e unificar as classes dominantes, simultaneamente desorganiza e divide as classes dominadas, mantendo assim a hegemonia:

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e as classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas (POULANTZAS, 2000, p. 142-143).

Isso nos leva a questão das estratégias que as classes dominadas têm frente ao Estado e a discussão sobre o poder de classe. Para Poulantzas (2000, p. 149) o poder de uma classe também possui uma natureza relacional: “por poder se deve

entender a capacidade, aplicada as classes sociais, de uma ou de determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos”. O poder de classe está ligado então não a uma substância que uma classe detém e a outra não, mas ao lugar objetivo que essa ocupa nas relações econômicas, políticas e ideológicas. Ou seja, é a condição desigual de dominação/subordinação que as classes ocupam na divisão social do trabalho que consiste a relação de poder de classe (POULANTZAS, 2000).

Já o poder político estaria relacionado com a organização de poder de uma classe (em partidos, sindicatos, etc) e a posição dessa na conjuntura política. Para Poulantzas (2000, p. 149) o poder político de uma classe é a “capacidade de concretizar seus interesses políticos”, o que “depende não apenas de seu lugar (de sua determinação) de classe em relação às outras, mas também de sua posição e estratégia diante delas”.

Isso é importante quando analisamos os movimentos sociais e sua participação junto aos organismos estatais. Poulantzas (2000) afirma que as classes dominadas, apesar de estarem inscritas no Estado e necessariamente estarem inseridas nas relações de poder, a sua luta não se materializa no Estado da mesma forma que as classes dominantes. As classes dominantes se apoderam dos aparelhos do Estado e por isso possuem poder próprio, o que não acontece com as classes dominadas que se encontram apenas como focos de resistência a esse poder estatal.

Entretanto, o fato dessa ossatura material do Estado estar sob domínio da classe dominante não significa que as classes populares não possam participar dos seus espaços, mas significa que a ocupação das classes dominadas é permitida somente se mantiverem sua condição de dominação/subordinação. Por esse motivo apenas a ‘tomada’ dos aparelhos do Estado pelas classes populares, como se elas penetrassem “em alguma coisa afinal que seria até então externo a elas e de fazer com que tudo mudasse apenas pela virtude de sua súbita presença no interior da fortaleza” é insuficiente para a transformação da natureza do Estado e seus aparelhos (POULANTZAS, 2000, p. 146). Poulantzas (2000) aponta então que se fazer presente no Estado é somente um primeiro passo para a sua transformação, sendo necessário que se revolucione todo o modo de produção junto com a reformulação radical dos aparelhos do Estado.

3.1.3 A contribuição de Poulantzas à análise das Políticas Sociais no Estado Capitalista Contemporâneo

Diferentemente da socialdemocracia, que entende as políticas públicas como expressão de um Estado acima das classes sociais, que intervém no sentido de garantir maior igualdade e justiça nas relações sociais, a perspectiva marxista, compreende as políticas sempre do ponto de vista da manutenção – mesmo que de forma contraditória – do modo de produção capitalista. Sendo o Estado uma relação social, mas com uma natureza de classe, esse demonstrará através de suas políticas o processo conflituoso e contraditório da luta de classes que lhe constitui.

Poulantzas (2000) contribui decisivamente para a compreensão das políticas sociais quando aprofunda a compreensão de Gramsci sobre o consenso das classes dominadas na relação com as classes dominantes e o Estado. Ele aponta que para além de toda ideologia, o substrato material do consenso das massas se encontra na melhoria das condições de vida oportunizada pelas conquistas das políticas sociais como educação, saúde, moradia, transporte etc.

Poulantzas (2000) observa que mesmo nos regimes fascistas o consenso não foi obtido apenas pelo aparato repressivo nem por toda a ideologia produzida e difundida. O aumento da repressão e da exploração só pode ser legitimado pela melhoria - mesmo que ínfima - nas condições de vida das classes populares. Por isso, mesmo que “o aspecto ideológico-engodo esteja sempre presente, isso não altera o fato de que o Estado também age pela produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder” (POULANTZAS, 2000, p. 30).

É nesse terreno que as políticas sociais devem ser compreendidas, sempre em estreita vinculação com as políticas econômicas e com a conjuntura específica do desenvolvimento da luta de classes.

No contexto do Estado de Bem Estar Social as políticas sociais foram vistas por grande parte da esquerda como “progressistas”, tanto por serem conquistas da classe trabalhadora - o que são de fato - mas também como possibilidade de humanização do capitalismo. Nada mais equivocado. As políticas sociais no *Welfare State* cumpriram importantes funções à reprodução do modo de produção capitalista, tanto ideológicas, na luta pela legitimação do sistema frente ao crescimento das revoluções socialistas num contexto polarizado de Guerra Fria,

quanto por necessidades intervencionistas para a recuperação econômica após a crise de 1929 (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

John Keynes, o principal teórico da intervenção do Estado na economia - cuja teoria orientou em grande medida o *Welfare State* -, construiu seu pensamento a partir de um contexto de forte depressão econômica e de ascensão do bloco socialista. Neste momento, era preciso criar estratégias de estimular o consumo e reaquecer a produção. A intervenção do Estado nesse momento se deu centralmente com o investimento em grandes obras de infra-estrutura, num contexto de reconstrução após duas grandes guerras mundiais, e de provimento de políticas sociais que ao mesmo tempo que ampliavam o consenso legitimando o sistema, rebaixavam o valor da força de trabalho, ao eximir o capitalista dos gastos com formação, manutenção e disponibilização de força de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Poulantzas (2000) argumenta que o fato da intervenção do Estado na “questão social” se tornar cada vez mais necessária, se deve a queda tendencial da taxa de lucro, descrita por Marx n’O Capital como inerente ao desenvolvimento do capitalismo. A forma que o capital desenvolveu para remediar essa queda tendencial, foi a intervenção do Estado a partir de duas medidas centrais: a desvalorização do capital constante e o aumento da exploração. Ambas estratégias necessitam da intervenção do Estado: a primeira porque é o Estado que assume grande parte do investimento no desenvolvimento tecnológico (rebaixando o valor dos meios de produção) e a segunda porque é o Estado que garante grande parte do valor da reprodução da força de trabalho, a partir do provimento de políticas sociais (NEVES; PRONKO, 2010; POULANTZAS, 2000).

Porém, apesar de toda a determinação econômica das políticas sociais, o autor ainda destaca que essas só são possíveis de serem compreendidas como respostas a mobilização das classes populares. Segundo Poulantzas (apud NEVES; PRONKO, 2010, p. 103):

Embora o papel do Estado na reprodução ampliada da força de trabalho responda muito precisamente aos interesses do bloco no poder, Poulantzas ressalta que “as famosas funções sociais do Estado” dependem diretamente “da intensidade da mobilização popular: ora [como] efeitos das lutas, ora [como] tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado”.

Essas afirmações retomam a compreensão do Estado como encarnação da luta de classes, pois sua contradição fundamental consiste em “ter de dar respostas aos interesses da classe dominante, em especial de sua fração hegemônica e, concomitantemente, responder às demandas polarizadas pela luta das classes exploradas” (NEVES; PRONKO, 2010, p. 102). Isso significa que o fato das políticas sociais significarem a manutenção do sistema capitalista, não anula o seu caráter de conquista da classe trabalhadora. Da mesma forma que o conceito de revolução passiva de Gramsci, Poulantzas destaca com essa afirmação que a disputa pela hegemonia passa por avanços e recuos, sendo necessariamente contraditória.

Porém, ao mesmo tempo que se deve reconhecer as políticas sociais como fruto da luta das classes dominadas, elas também precisam ser compreendidas como potentes instrumentos de abafar essas lutas quando parte das organizações populares são incorporadas pelo horizonte reformista da conciliação de classes:

o Estado capitalista em sua fase monopolista, em especial nos países de capitalismo central, mas não só, intensifica sua atuação na melhoria da qualidade de vida da força de trabalho, para submetê-la mais fortemente à exploração e dominação burguesas. Essa melhoria real, mas delimitada, das suas condições de vida e de trabalho, por sua vez, vem contribuindo para arrefecer a luta dos produtores diretos da riqueza material e simbólica contra os expropriadores do seu trabalho, levando a posturas ético-políticas mais próximas ao reformismo político e à conciliação de classes (NEVES; PRONKO, 2010, p. 103-104).

Os movimentos sociais que se engajam na luta por políticas públicas, deixando de lutar por um horizonte de transformação mais amplo, corre o risco de cair no engodo do reformismo, rebaixando suas reivindicações ao nível econômico-corporativo, que ao invés de impulsionar a consciência crítica a rebaixa, abrindo ainda mais espaço para a sua dominação.

A contribuição de Poulantzas (2000) é fundamental e continua atual pois esta salienta o caráter de classe da intervenção econômica do Estado e o papel ideológico das políticas sociais quando grande parte da esquerda estava sendo cooptada pelo Estado de Bem Estar Social, incorporando-o como horizonte. No contexto atual do neoliberalismo e de reestruturação produtiva, essa clareza teórica se faz ainda mais importante, pois a partir da nova crise do capital, foi necessário mudar de estratégia no que concerne as políticas sociais, abrindo esse novo mercado as empresas privadas e ao chamado “terceiro setor” (NEVES; PRONKO,

2010). Essa mudança, no entanto, não deve iludir os movimentos e partidos de esquerda como se a luta fosse por uma “volta atrás”, para o paraíso perdido do Bem Estar Social. A clareza de horizonte nesse momento é fundamental para saber caminhar nesse ardiloso pântano da luta de classes, onde um pequeno escorregão pode significar anos de retrocessos.

3.2 Uma abordagem marxista dos movimentos sociais

se a alternância dos ciclos de expansão e contração do capitalismo demonstra que o sistema se aproxima de seus limites históricos, revela, também que o capitalismo não terá uma morte ‘natural’. O sistema precisa ser derrotado pela mobilização revolucionária da classe trabalhadora. Sem a entrada em cena de um sujeito social capaz de unir explorados e oprimidos, o capitalismo ganha tempo histórico de sobrevivência (ARCARY, 2014, p. 34).

Existem diversas teorias e análises sobre o fenômeno dos movimentos sociais, não tendo um conceito único nem muito menos consenso sobre o seu papel na sociedade. Sem deixar de reconhecer a multiplicidade de estudos e a profundidade do tema, tentaremos definir brevemente o ponto de vista da teoria marxista sobre os movimentos sociais contemporâneos.

Na América Latina o campo de estudos dos movimentos sociais absorveu – nem sempre de forma crítica – os paradigmas europeus, inicialmente as teorias neomarxistas dos Movimentos Sociais Urbanos, de Lojkine e Castells, e posteriormente as teorias culturalista-acionista dos Novos Movimentos Sociais de Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe (GOHN, 2004). Os estudos latino-americanos dos movimentos sociais, fortemente marcados pelas análises dos movimentos contestatórios na década de 1980, cederam lugar a partir dos anos 1990 para uma perspectiva cada vez mais dentro da ordem, desvinculando economia e política e centrando sua análise na participação social do chamado “terceiro setor” na “esfera pública”, confundindo movimentos com ONGs, tendo claramente abandonado o horizonte de transformação social.

Tendo em vista a profundidade da crise capitalista atual e o momento de grave retrocesso político que vivemos não só no nosso país, mas em todo o mundo, se torna urgente a construção de uma análise crítica dos movimentos sociais, entendendo que somente a organização das classes subalternas poderá dar fim a esse modo de produção promotor de desigualdade, injustiça e violência.

Apesar da perspectiva marxista não ter uma teoria acabada sobre os movimentos sociais entendemos que esta tem uma fundamental contribuição a dar a esse campo de estudos, principalmente com a retomada da centralidade da análise das classes sociais e do processo da luta de classes numa perspectiva de totalidade (GALVÃO, 2011).

São abundantes no campo marxista os estudos sobre as formas de organização da classe trabalhadora, centralmente em sindicatos e partidos. Isso não significa que o marxismo não deu importância a outras formas de organização, mas que no contexto dos clássicos do marxismo a principal forma organizativa das classes subalternas era justamente em sindicatos e partidos. Porém a conjuntura mudou, e mesmo entendendo que as ‘formas clássicas’ de organização continuam atuais e necessárias, é preciso considerar a proliferação dos ‘novos’⁴ movimentos sociais, a partir dos anos 1960, como um fenômeno digno de ser estudado para a correta compreensão da luta de classes no momento atual.

Muitos teóricos chegaram a declarar que a teoria marxista tinha perdido o seu potencial explicativo frente a essa nova conjuntura, onde a luta dos trabalhadores não era mais central, pois o trabalho não seria mais uma categoria fundante do modo de produção (GALVÃO, 2011). Não concordamos com essa perspectiva teórica, uma vez que a compreensão precisa e profunda que Marx desenvolveu acerca do Modo de Produção Capitalista é central para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, tendo em vista que esse modo de produção – apesar de todas as mudanças que sofreu na luta pela sua sobrevivência – continua com suas bases fundamentais intocadas e assentadas na exploração do trabalho.

Por compreender as mobilizações sociais como expressão da luta de classes - mesmo que com diversas mediações - entendemos que as contribuições tanto de Marx, Engels, Lenin, Gramsci, além de muitos outros marxistas clássicos e atuais,

⁴ Destacamos as aspas ao termo ‘novos’ movimentos sociais, pois concordamos com as ressalvas feitas por Montaño e Duriguetto (2011), entre outros tantos autores, de que esses movimentos não são exatamente ‘novos’, nem com relação aos seus sujeitos nem com suas pautas. Exemplo concreto disso é o fato do movimento feminista ter nascido ainda no século XIX e o movimento negro ter suas raízes na luta contra a escravidão. Isso sem mencionar os movimentos dos povos originários e camponeses que se organizam há séculos na luta por seu território e contra a exploração e a degradação do meio ambiente. Podemos afirmar que sua ‘novidade’ se encontra no fato destes terem surgido num contexto de crise das formas clássicas de organização e da própria teoria marxista, tendo parte dos autores da teoria dos Novos Movimentos Sociais atribuído a esses o papel de renovação da luta – não mais contra o capitalismo mas – pela igualdade, justiça e solidariedade. Por não concordar com essa análise optamos por utilizar as aspas na palavra *novos* quando nos referimos aos movimentos sociais pós-década de 1960.

tem muito a dizer sobre as lutas sociais contemporâneas, incluindo a dos ‘novos’ movimentos sociais.

A partir dessa perspectiva tentaremos demonstrar que a função que parte dos movimentos sociais cumpre hoje é análoga e complementar a função que os sindicatos e partidos tinham e tem na derrocada do capitalismo, mesmo reconhecendo seus limites históricos. Com isso não queremos dizer que os movimentos sociais são o ‘novo sujeito histórico’ e nem que cabe a eles a tarefa hercúlea de revolucionar o modo de produção, mas que eles são mais um sujeito que tem protagonizado a luta de classes, e que podem ser estratégicos na derrocada do sistema capitalista.

3.2.1 Os movimentos sociais enquanto intelectuais orgânicos

Do ponto de vista da teoria gramsciana, os movimentos sociais, assim como os sindicatos e partidos, são aparelhos privados de hegemonia, cuja função é a de serem portadores materiais das ideologias. Esses ‘agentes da hegemonia’ atuam visando consolidar apoios na sociedade civil “seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos” servindo como “caixas de ressonância de posições presentes nas pelepas ideológico-culturais” (MORAES, 2010, p. 59).

É por meio dos aparelhos privados de hegemonia que os intelectuais atuam na sociedade, corporificando e produzindo as disputas ideológicas. Os intelectuais têm então uma função central na teoria gramsciana por exercerem o papel de produção de consensos sociais na manutenção ou superação da ordem dominante.

Mas quem seriam os intelectuais para Gramsci?

O marxista italiano tinha como pressuposto que todos os seres humanos são filósofos e, portanto, intelectuais em potencial. Isso não significa, obviamente, que todos os seres humanos conheçam a filosofia ou exerçam essa função criticamente e de forma especializada na sociedade. O fato de todos serem filósofos é um ponto de partida essencial para compreender que todos nós, sendo humanos, temos a capacidade – e a necessidade – de ter uma concepção de mundo ou “filosofia” que oriente nossa ação no mundo. Porém, para a grande maioria das pessoas essa filosofia é feita de forma espontânea, na práxis fetichizada e alienada do cotidiano, absorvendo acriticamente a ideologia da classe dominante. É essa “filosofia espontânea” que para Gramsci é o senso comum (DURIGUETTO, 2014).

Sendo o senso comum formado pela aparência e pela ideologia da classe dominante seria necessário para a superação da ordem capitalista que as classes subalternas desenvolvessem a sua concepção de mundo de forma ativa, crítica e consciente, deixando de assimilar passivamente uma concepção alheia (DURIGUETTO, 2014).

A função dos intelectuais seria justamente a de atuar nos processos de formação de uma consciência crítica e “de construção de uma concepção de mundo unitária e coerente dos ‘simples’” (DURIGUETTO, 2014, p. 275). Ou seja, para que se supere o senso comum acrítico é preciso que se estabeleça uma relação “orgânica” entre intelectuais e classes subalternas. E é desse contato próximo e cotidiano com as ações e concepções dos ‘simples’ que os intelectuais devem se alimentar para construir suas formulações teóricas e ações prático-políticas bem como a nova concepção de mundo que surgirá desse contato.

A política para Gramsci nada mais é do que essa renovação da concepção de mundo dos subalternos e intelectuais por meio de seu contato ‘orgânico’. E por isso em Gramsci é por meio da política - da organização e da ação política das classes subalternas - que se constrói a consciência crítica:

uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos [...] (GRAMSCI apud DURIGUETTO, 2014, p. 278).

A luta pela hegemonia exige então que as classes sociais criem os seus intelectuais, pois “toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica de construção de novos sujeitos sociais e políticos” (GRAMSCI apud BIANCHI, 2008, p. 192). Os intelectuais seriam esses “pedagogos” da hegemonia podendo ser ‘orgânicos’ – no sentido de pertencentes e a serviço da classe - ou ‘tradicionais’.

A função dos intelectuais orgânicos é dar homogeneidade e consciência a essa classe “não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2003b, p. 175). Os intelectuais ligados a classe burguesa podem ser desde o administrador de empresa, o gerente ou o economista,

como os políticos profissionais dos partidos liberais. Já os intelectuais das classes subalternas são sobretudo os militantes de sindicatos, movimentos e partidos revolucionários, que tem a função de construir uma nova consciência no processo mais amplo de reforma intelectual e moral. Gramsci portanto não considera os intelectuais como uma casta separada, acima da sociedade ou das classes sociais, muito pelo contrário, ele os “apresenta como parte integrante das relações sociais, como pertencentes a uma classe social e com a função de representar os interesses dessa classe no conjunto da vida social” (DURIGUETTO, 2014, p. 284).

Diferentemente dos intelectuais tradicionais, que são formados pelo sistema educacional – e por isso *aparentemente* não tem vinculação direta com as classes sociais – os intelectuais orgânicos são formados na luta de classes. Gramsci destacava o partido como o maior responsável pela formação de intelectuais orgânicos na modernidade, tendo este uma função central na luta pela hegemonia e na elevação da consciência das classes subalternas (COUTINHO, 2003b; MILITÃO, 2014).

O partido revolucionário para Gramsci deveria ser o “agente da vontade coletiva transformadora”, sendo também denominado por ele de “Moderno Príncipe” (COUTINHO, 2003b). Para Gramsci todos os membros do partido são intelectuais, e isso se deve não pelo seu nível de erudição, mas pela função que exercem na sociedade por meio do partido, função “que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2003b, p. 174).

O partido na teoria gramsciana, segundo Coutinho (2003b), é a objetivação fundamental do “momento catártico”, o que significa que é ele o responsável pela elevação da consciência do nível econômico-corporativo ao nível ético-político, pois a catarse nada mais é do que o “momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para se converter em sujeito consciente da história” (COUTINHO, 2011, p. 22).

O processo catártico, no entanto, não se dá de forma linear e nem tampouco imediata. Para Gramsci, seguindo as reflexões de Lenin, existem diferentes graus na organização das relações de força que precisam ser analisadas no processo político.

O momento mais elementar é o da auto-organização enquanto grupo (e não classe) em que prevalece a luta local, geralmente de caráter imediato e econômico-corporativa.

O segundo momento da luta – ainda no âmbito econômico-corporativo – é o “sindical” onde já se estabelece algum grau de homogeneidade e organização bem como uma consciência ideopolítica dos vários grupos sociais “atingindo a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (DURIGUETTO, 2014, p. 289).

Seria nesse momento que a organização assume uma postura reformista ao reivindicar ao Estado direitos que o coloquem numa obtenção de igualdade político-jurídica com os grupos dominantes “já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes” (GRAMSCI apud DURIGUETTO, 2014, p. 289).

Por fim, o movimento que se organiza na forma “partido” teria alcançado o nível da política universal, superando a fragmentação e se unindo enquanto classe. Neste nível se atingiu uma consciência ético-política que faz com que se coloquem na disputa pela hegemonia de classe de forma consciente e revolucionária. Gramsci (apud DURIGUETTO, 2014, p. 289-290) sintetiza esse momento como

a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

Seria fundamental então na luta de qualquer movimento que se pretenda revolucionário superar o espontaneísmo e o reformismo, assumindo uma direção política consciente, produzindo uma “síntese político-intelectual que supere os elementos de corporativismo e transforme tais movimentos em algo homogêneo, universalizante, capaz de ação eficaz e duradoura” (COUTINHO, 2003b, p. 172). Isso não significa que se deva abandonar ou refutar os movimentos espontâneos ou reformistas, mas que esses ‘sentimentos das massas’ devem ser “educados” e “orientados” pelos intelectuais para criar a unidade da ‘espontaneidade’ com a ‘direção consciente’. E é essa função de síntese e de mediação que caberia aos intelectuais orgânicos do partido (DURIGUETTO, 2014).

Segundo Duriguetto (2014) os intelectuais que atuam em outros espaços da sociedade civil (fora do partido), como no sistema educacional, meios de

comunicação, movimentos sociais, entre outros, podem atuar objetivando a passagem do senso comum ao “bom senso”, ou seja, contribuindo para a construção de uma consciência e de formas de agir mais críticas. Porém, segundo essa autora, os demais intelectuais poderiam apenas *apoiar* o processo de construção de uma consciência de classe, pois somente o partido teria essa função final.

Obviamente que não é qualquer partido que teria essa função grandiosa. Gramsci chamou a atenção dos partidos burocratizados e distantes das lutas das massas que nada fizeram para “educar politicamente as massas ou para eliminar os elementos reformistas e oportunistas da direção dos sindicatos e cooperativas” (MILITÃO, 2014, p. 620). Para ele era preciso construir um ‘partido de novo tipo’, um partido verdadeiramente de massas, que cumprisse o papel do ‘intelectual coletivo’.

Alertamos também que é preciso apreender a formulação gramsciana sobre a análise das relações de força não de forma evolucionista nem tampouco segmentada - como se os movimentos sociais correspondessem ao primeiro nível, os sindicatos ao segundo e os partidos ao terceiro. Entendemos a contribuição dessa análise como orientadora do sentido da atuação de todas as formas organizativas das classes subalternas no processo da luta de classes, que devem priorizar a elevação da consciência das massas e formulação da correta estratégia de luta com base num profundo conhecimento da realidade social em que estão inseridos.

Ressaltamos ainda que dada a complexidade da sociedade civil atual nenhum movimento, sindicato ou partido político sozinho poderá dar conta da tarefa de superação do modo de produção capitalista. Segundo Simionatto et al. (2011, p. 4) a luta política a partir de Gramsci é travada

por meio dos sujeitos políticos de amplas organizações de massa, dos movimentos organizativos da sociedade civil ligados às classes subalternas, presentes no horizonte da “grande política” como “forças antagonistas”, de “esforços incessantes e perseverantes” dedicados a organizar politicamente a luta de classe.

No atual contexto de crise das formas clássicas de organização os movimentos sociais e as mobilizações espontâneas reaparecem como ‘a luz no fim

do túnel’ para grande parte dos teóricos de esquerda. A realidade,⁵ porém, parece demonstrar a necessidade de uma força social capaz de aglutinar e unir as demandas que surgem isoladas e fragmentadas para que tenham o real poder de operar a necessária transformação radical do Estado e do modo de produção como um todo. Se essa forma é o partido – e qual tipo de partido – não nos cabe responder aqui. Mas a partir dessas reflexões fica clara a necessidade histórica de construção desse ‘agente unificador da vontade coletiva’ para elevar a consciência e dar unidade as classes subalternas na sua cotidiana luta pelo socialismo.

3.2.2 As classes, a luta de classes e os movimentos sociais

Segundo Marx é a divisão da sociedade em classes que produz os interesses antagônicos e os conflitos sociais, impulsionando a política por meio do enfrentamento de forças entre as classes (GUIMARÃES; GUERRA, 2013, p. 65). Entender os movimentos sociais como expressão do antagonismo social fundamentado na divisão de classe nos leva a necessidade de precisar o que entendemos por classe social para não cair no reducionismo de que só a luta operária pode ser revolucionária ou de que somente os movimentos que enfrentam a contradição capital-trabalho diretamente podem ter um horizonte revolucionário.

Galvão (2011), fundamentada em Poulantzas, afirma que classe não deve ser compreendida nem como sinônimo de renda ou ocupação, nem muito menos como mero reflexo da posição na estrutura econômica, pois o economicismo ao derivar o comportamento político da situação objetiva de classe anula a importância do processo político para a própria constituição das classes (GALVÃO, 2011). É preciso então diferenciar *posição* de *posicionamento* de classe.

Segundo Poulantzas (apud GALVÃO, 2011) a posição seria a situação objetiva da classe na relação de produção – capitalista, operário, etc - e o posicionamento de classe diz respeito a sua inserção política na luta de classes. Galvão (2011, p. 109) alerta que posição e posicionamento de classe, apesar de

⁵ Claro exemplo disso foi a recente ‘Jornada de Junho’ de 2013 no Brasil que apesar de aglutinar em um curto período de tempo milhares de pessoas nas ruas de todo o país, por ausência de uma direção político-ideológica, não conseguiu plasmar a revolta em organização e elevação da consciência política, sendo apropriada em grande medida pela classe dominante (MILITÃO, 2014; IASI, 2014).

diferentes, não são categorias estanques, estando intrinsecamente relacionadas no processo da constituição das classes:

Ao recusar uma relação mecânica entre posição no processo produtivo e posicionamento de classe, não estamos descartando a importância de se ressaltar as relações existentes entre ambas. Ou seja, se por um lado não é possível extrair automaticamente o comportamento político da localização na estrutura produtiva, por outro lado esta é importante para compreender a possibilidade de uma ação de classe. Não se trata, porém, de um determinismo unilateral, mas de uma multideterminação.

Da mesma forma que o Estado é uma relação, as classes sociais também têm uma definição relacional, não sendo redutível nem a “um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma” (BENSAÏD apud GALVÃO, 2011, p. 110).

Por isso, “não há classe senão na relação conflitual com outras classes” (BENSAÏD apud GALVÃO, 2011, p. 110). Isso significa que o conflito político não pode ser reduzido à estrutura social de classe, o que nos leva a consideração de uma constituição de classe objetiva (ou sociológica) e a classe constituída subjetivamente (ou politicamente) (GALVÃO, 2011).

A partir dessa compreensão não economicista de classe social – que considera o aspecto econômico em sua relação com o político-ideológico – é possível compreender que os dominados não produzem apenas mobilizações progressistas e revolucionárias, mas, dependendo da interação entre todos esse fatores, podem também empreender movimentos conservadores e até reacionários (GALVÃO, 2011). Isso também diz muito sobre a ação coletiva dos movimentos sociais, pois

a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas (GALVÃO, 2011, p. 110).

Essa compreensão tem importantes repercussões teóricas pois complexifica o debate acerca do sujeito da revolução. Ainda segundo Bensaïd, o fato do proletariado ser a classe *potencialmente* emancipadora, pela sua inserção estratégica na relação de produção capitalista, essa “virtualidade não se realiza

automaticamente”, pois apesar da classe operária ser a única capaz de interferir diretamente no processo de produção de mais valor, isso não se traduz em uma consciência revolucionária de forma imediata, uma vez que o capital cria “obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais” (BENSAÏD apud GALVÃO, 2011, p. 112).

Não sendo a posição de classe que determina em última instância o posicionamento de classe – refutando o mecanicismo que infere proletários como revolucionários e camponeses e classes médias como conservadoras – é fundamental compreender o posicionamento de classe de cada movimento para analisar as suas estratégias e lutas políticas. Para isso, é preciso empreender uma análise cuidadosa tanto das condições materiais quanto da conjuntura política, além da influência da ideologia dominante nas relações entre as classes e frações de classe (GALVÃO, 2011).

É central então para o processo revolucionário as diferentes formas de mediação da ação coletiva dos dominados, incluídos aqui tanto os partidos, os sindicatos quanto os movimentos sociais (GALVÃO, 2011).

Galvão (2011) defende então que o primeiro ponto para uma análise marxista dos movimentos sociais é compreender a posição de classe dos sujeitos que o compõe (mesmo que não seja um movimento ‘de classe’ especificamente), pois a sua posição, aliada a uma correta compreensão da conjuntura política, irá dar condições de analisar o seu posicionamento de classe e o seu papel no desenvolvimento da luta de classes.

A segunda proposição para a compreensão dos movimentos sociais na perspectiva marxista é que os movimentos, em sua grande maioria, não são uniclassistas, mas pluri (ou poli) classistas: “como as próprias classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas” (GALVÃO, 2011, p. 113). Isso torna a análise da posição e do posicionamento de classe dos movimentos ainda mais complexa, pois estará atravessada por todos esses fatores necessariamente.

Outro apontamento fundamental é sobre o entendimento da luta de classes. Marx inicialmente considerou como ‘luta de classes’ apenas a luta política em seu sentido universal e revolucionário, mas posteriormente incorporou também a luta econômica como parte da luta de classes, com a ressalva de que é necessário superá-la no sentido da luta política. Galvão (2011) conclui a partir de Marx que o

fato de “a *classe em si* não estar organizada em *classe para si* não significa que as resistências das classes dominadas não afetem as instituições e o processo político” (GALVÃO, 2011, p. 114). Isso significa que as lutas dos movimentos, mesmo as mais locais e aparentemente fora do terreno da grande política⁶, são também parte da luta de classes.

Para Lenin, no mesmo sentido de Marx, a luta de classes compõe-se da

luta econômica (contra capitalistas isolados ou contra grupos isolados de capitalistas pela melhoria da situação dos operários) e da luta política (contra o governo, pela ampliação dos direitos do povo, isto é, pela democracia, e pela ampliação do poder político do proletariado) (LENIN apud GALVÃO, 2011, p. 114).

A luta política é, portanto, mais ampla do que a luta pela tomada do poder, podendo integrá-la ou não. Segundo Galvão (2011) a luta política reformista, que se baseia na luta pela ampliação de direitos e pela democracia, não se opõe necessariamente a luta revolucionária. Definir as diferentes formas da luta de classes não significa fazer uma separação artificial entre essas, pois, como Marx propõe, é necessária uma interação entre todas as dimensões das lutas:

pois, se a luta dos trabalhadores pode se limitar a questões imediatas, objetivando melhorar suas condições de vida sob o capitalismo, numa perspectiva de integração à ordem, ela também pode, dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo (GALVÃO, 2011, p. 115).

Uma das condições para empreender a luta política revolucionária é ter uma estratégia clara capaz de articular a luta sindical e política, fazendo com que as lutas econômicas e reformistas possam se orientar a um fim revolucionário. Segundo Galvão (2011, p. 115):

Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos. É

⁶ Na teoria gramsciana existem duas formas de fazer política: a grande e a pequena política. A grande política pode ser caracterizada por “ações que intencionam modificar ou preservar a ordem social” e interferir na relação de forças do processo hegemônico de forma consciente. Já a pequena política se restringe a “ações vinculadas a questões parciais e cotidianas”, como a política parlamentar. A esfera política em Gramsci seria então a passagem “da pequena para a grande política ou ainda da consciência e da prática egoístico-passional para a ético-política” (GUIMARÃES; GUERRA, 2013, p. 69).

preciso pensar a luta de classes como um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes.

As mobilizações coletivas podem então ter diferentes níveis de ação política, indo desde demandas pontuais ao Estado, a lutas por reformas mais amplas, bem como a mudanças nas práticas e valores sociais. O que vai caracterizar que sejam ou não anti-sistêmicas é o fato destas serem capazes de colocar em questão os fundamentos da sociedade capitalista, criando formas de emancipação social. Essas diferentes lutas podem ser combinadas e desenvolvidas simultaneamente por um ou mais movimentos articulados, não sendo de forma alguma excludentes nem superiores e inferiores umas as outras (GALVÃO, 2011).

O que é perigoso para essas lutas que aparentemente extrapolam o conflito de classe é que elas podem perder o seu inimigo direto e fragmentar as diversas pautas num emaranhado de movimentos isolados e sem um projeto que os una. Para que o potencial revolucionário dos movimentos seja desenvolvido é fundamental então a construção de um projeto político mais amplo, que dê coerência e unidade à ação dos vários movimentos sociais (GALVÃO, 2011).

Para isso é necessário que não se perca de vista, mesmo nas lutas que extrapolam a contradição capital/trabalho, a importância da classe social como categoria articuladora e unificadora das lutas. Galvão (2011, p. 118) conclui então que

embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, “todo movimento social, em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas”, centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa.

Por isso, mesmo que nem todas as reivindicações sejam diretamente “de classe” e nem todos os conflitos sejam a princípio anticapitalistas, “essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe” pois através da perspectiva da totalidade social é possível “pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade” (GALVÃO, 2011, p. 121).

A partir dessa mesma compreensão, Montaño e Durigetto (2011, p. 349-350)

apontam que

um dos grandes desafios hoje postos para o projeto socialista é estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas sociais, assim como entre estas e o movimento operário, ou seja, vincular as diferentes lutas das organizações e dos movimentos dos trabalhadores e populares a projetos de contra-hegemonia, ou seja, a projetos que busquem construir uma visão integrada de necessidades, interesses, reivindicações e ações prático-políticas advindas das lutas sociais, incorporando-as em um quadro abrangente e classista.

Entendendo que a participação dos movimentos sociais - por diferentes vias e pautas - é fundamental para a transformação desse modo de produção, apresentaremos a seguir algumas discussões acerca dos formatos participativos atualmente existentes na área da saúde para pensarmos criticamente sobre suas potencialidades e limites.

3.2.3 O Controle Social e a participação dos movimentos sociais

Segundo Semeraro (2001) a participação das massas é fundamental não só no socialismo, quando estas deverão se autogovernar, mas também na luta contra o capitalismo, pois é através da auto-organização e da participação ativa que estas se educam, elevam sua consciência e desmascaram as contradições do Estado e do modo de produção capitalista.

Na saúde, temos desde 1990 o direito à participação garantido através da Lei Orgânica nº 8.142, que institucionaliza duas formas participativas: os conselhos e as conferências de saúde (BRASIL, 1990b). A defesa da participação pelo movimento de reforma sanitária era central na construção do SUS, pois, no entendimento desse movimento, essa seria uma condição para a efetivação do sistema nos rumos que a sociedade demandava, como colocado no relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde:

[o direito à saúde] não se materializa simplesmente pela sua formalização no texto constitucional. Há, simultaneamente, necessidade do Estado assumir explicitamente uma política de saúde consequente e integrada as demais políticas econômicas e sociais, assegurando os meios que permitem efetivá-las. Entre outras condições, isso será garantido mediante o controle do processo de formulação, gestão e avaliação das políticas sociais e econômicas pela população (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 4).

Esses mecanismos de participação social na saúde ficaram conhecidos então por ‘controle social’, indicando a necessidade da ‘sociedade’ controlar o Estado, e não mais o contrário - como havia ocorrido até então.

A partir do referencial teórico de Gramsci, o controle social tem outro sentido, uma vez que Estado e sociedade civil possuem uma relação dialética – de unidade e distinção. Nessa perspectiva, a fonte de todo antagonismo social reside na divisão entre as classes sociais e por isso deve-se entender o ‘controle social’ não como uma estratégia de controle ‘da sociedade’ para o Estado, mas como uma disputa pelo ‘controle’ do Estado entre as próprias classes sociais em sua luta pela hegemonia (CORREIA, 2008).

Segundo Correia (2008, p. 106) o ‘controle social’ na perspectiva das classes subalternas é uma luta que se trava na sociedade civil tendo como objetivo o controle da gestão das políticas públicas para que essas atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes:

o ‘controle social’ envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos seus interesses de classe, tendo em vista a construção de sua hegemonia.

A partir dessa perspectiva, devemos entender a participação das classes subalternas no controle das políticas estatais como parte do processo de sua luta pela hegemonia (CORREIA, 2008). Isso não significa que as classes sociais estejam em condições de igualdade para exercer o controle social e muito menos que a participação no Estado capitalista seja em si mesma revolucionária. De acordo com Poulantzas (2000), como já colocado anteriormente, as classes subalternas são assumidas no interior do Estado apenas em uma condição de submissão. Para superar essa condição é necessário alterar a correlação de forças entre as classes, o que depende da definição de uma estratégia política a longo prazo e de um horizonte de superação da ordem.

Isso é importante de ser destacado, pois no Brasil falar em participação social pareceu por algum tempo ser algo revolucionário em si mesmo pelo histórico caráter autoritário e repressor do nosso Estado. Esse antagonismo entre Estado e sociedade civil que se produziu no debate da redemocratização gerou uma pseudodicotomia onde o Estado seria o polo negativo – autoritário e repressor, que deveria ser combatido – e a sociedade civil, com todos os seus movimentos

fervilhantes, seria uma entidade autônoma, democrática e ‘nova’ que deveria ser capaz de democratizar o Estado (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009; NEVES, 2005).

A polarização do Estado-burocrático e ditatorial como o grande inimigo a se combater e a ‘sociedade civil’ – aqui não mais na compreensão de Gramsci – como a geradora da livre-iniciativa, da participação e da cidadania ‘aclassista’, contribuiu para reduzir o horizonte da ‘redemocratização’ e mais confundir do que clarear a estratégia dos movimentos nesse importante momento de transição política.

Na análise de Leher (2000, p. 158-159) o antiautoritarismo, que inicialmente foi progressista na luta contra a ditadura, foi sendo pouco a pouco incorporado à ideologia neoliberal, se adequando cada vez mais a ordem dominante:

Com a “abertura lenta, gradual e segura”, o termo “organizações populares” foi sendo paulatinamente apagado, inclusive pelas ciências sociais, que optaram pelo termo “sociedade civil”, uma expressão homogeneadora, indicativa de um consenso entre todos aqueles que se opunham ao “Estado autoritário” e que apaga a dimensão “relações de produção”. Concomitantemente, a ideologia neoliberal, robustecida com Reagan e Thatcher, difundia o credo antiestatal. Estas duas claves - antiautoritarismo e neoliberalismo - gradualmente se imbricaram, deslocando o termo sociedade civil para o campo da ideologia dominante.

Grande parte dos intelectuais da época incorporaram essa dicotomia defendendo os movimentos sociais e a sociedade civil como o lócus da liberdade e da democracia, e combatendo o Estado apenas enquanto corporificação do regime ditatorial. Essa visão levou os movimentos inicialmente a se manterem independentes do Estado para não se contaminar com a sua lógica clientelista e autoritária (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Porém, misturado com a ascensão da ideologia neoliberal, que estava ganhando força em todo o mundo, essa visão dicotômica entre Estado e sociedade gerou uma nova concepção de participação social que parece ter se imposto enquanto consenso na sociedade – inclusive na área da saúde.

Duriguetto, Souza e Silva (2009) colocam que foi durante o processo da Constituinte que se produziu essa nova tese: partindo do pressuposto de que o Estado foi “redemocratizado”, os movimentos não deveriam mais se voltar contra o Estado, pois o caminho “democrático” deve ser o de assumir posturas de diálogo, negociação e até de parceria com a institucionalidade política. Como colocam Montañó e Duriguetto (2011, p. 334), a partir desse momento o que prevalece é “o

abandono de atitudes de confronto pela valorização de condutas institucionais pragmáticas e propositivas na busca de diálogo, negociação e de formas alternativas de participação no sistema de representação de interesses”.

Esse processo não foi isento de conflitos, muito pelo contrário. O processo constituinte foi polarizado por diferentes forças políticas, mas ao final a hegemonia foi conquistada pela fração da classe dominante vinculada ao projeto neoliberal - como a eleição de 1989 pode comprovar. Na campo da saúde, a própria forma de conceituar a ‘participação’ na Constituição foi alvo de disputas, pois grande parte dos movimentos, sindicatos e partidos de esquerda defendiam a “participação popular” (com recorte de classe) enquanto a ala mais conservadora negava qualquer forma de participação. O consenso foi mediado pelo “Centrão” que conseguiu resgatar o termo “participação da comunidade”, que tinha uma raiz no projeto liberal do Desenvolvimento de Comunidade, mas que de alguma forma conseguia contemplar a abertura de mecanismos de participação assegurados na Constituição Federal (ALBUQUERQUE, 1994).

Com a aprovação da Constituição, os movimentos passaram a lutar pela expansão dos canais institucionais de participação recém conquistados. Porém, as mudanças na conjuntura aliada a essa confusão na análise estratégica, fez com que grande parte dos movimentos tivessem dificuldades de se orientar na disputa pela implementação dos mecanismos de controle social.

O abandono do horizonte de transformação social e a incorporação da vaga luta pela “cidadania” fez com que a democracia nesse processo passasse a ser reduzida à inclusão de sujeitos e temas até então excluídos do sistema político – este que até hoje nunca foi ‘democratizado’. Nesse processo as ‘novas formas de participação’, conquista tão importante dos movimentos sociais, se transformaram em mero instrumento de ‘controle’ de políticas públicas, sendo protagonizada não mais pelos movimentos populares, mas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Segundo Duriguetto, Souza e Silva (2009, p. 16) foi justamente pelo chamado “terceiro setor” que o neoliberalismo operou essa ressignificação do conceito de ‘sociedade civil’ e redução do horizonte da participação social:

O Estado passa a investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais como demandado pelos movimentos sociais, mas na direção de transferir a

ela o papel de agente do bem-estar social. Sociedade civil é aqui transformada em uma esfera supostamente situada para além do Estado e do mercado, cabendo a ela uma atuação na área social, sob o invólucro da solidariedade, da filantropia e do voluntariado. Ou seja, há, aqui, um esforço ideológico de despolitização da sociedade civil, concebendo-a como reino da “a-política” e do “a-classismo”.

Além dessa desfiguração conceitual operada pela ideologia neoliberal, o acelerado processo de privatização das políticas - seja pela venda ao setor privado ou pela transferência ao “terceiro setor” - acarretou em uma despolitização das reivindicações dos movimentos sociais, fragmentando-os e orientando-os para a defesa de interesses puramente corporativos e setoriais (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009; NEVES, 2005). Os espaços do controle social, inicialmente inspirados na democracia participativa, nesse contexto se tornaram mais um espaço de reprodução da pequena política, da cooptação de lideranças, do clientelismo e do gerenciamento de políticas já formatadas previamente (LEHER, 2000; SILVA, L., 2014). Como afirma Abreu (apud CORREIA, 2008, p.108) houve uma inversão da correlação de forças no ‘controle social’ no contexto do neoliberalismo, fazendo com que estes espaços assumam a função de controle social do capital:

Os “conselhos de direitos” [...] com o formato atual, “se identificam muito mais com as estratégias do controle do capital do que com a luta da classe trabalhadora no sentido da transformação da correlação das forças, tendo em vista a sua emancipação econômica, política e social”.

Essa perspectiva neoliberal da participação social se tornou hegemônica principalmente nos anos 1990, quando se aprofundou o processo de reestruturação produtiva que acarretou num importante refluxo dos movimentos sociais urbanos e sindicais que tinham protagonizado as lutas na década anterior. Todo esse processo combinado com o fim do bloco socialista e a ‘perda das utopias’, culminou num descenso das lutas e numa maior dificuldade para a organização dos movimentos sociais no mundo todo (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Diversas análises vem apontando as fragilidades dos espaços de controle social no Brasil e mais especificamente na saúde, concluindo que uma das condições necessárias ao seu bom funcionamento é a existência de movimentos sociais fortalecidos e atuantes localmente (CÔRTEZ, 2002).

Os estudiosos dos movimentos sociais, no entanto, alertam que a participação em espaços institucionalizados de gestão de políticas tem apresentado o risco dos movimentos se fragmentarem e restringirem suas pautas a reivindicações pontuais e setorializadas, perdendo a clareza de que é necessário superar a luta reformista (GUIMARÃES, 2011; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Esse necessário contraponto a participação institucionalizada e a fragmentação dos movimentos tem gerado por sua vez uma ojeriza de parte dos movimentos combativos a ocupar esses espaços, entendendo que toda forma de participação institucionalizada seria ineficaz e representaria um risco de cooptação e clientelismo (SEVERO; DA ROS, 2012).

Apesar de concordarmos com a análise de que os espaços de controle social estão imersos no clientelismo e sem real poder de influir nos rumos das políticas, entendemos, que o ponto nevrálgico da luta social de caráter reivindicatório no campo da cidadania não é se essa é feita através de espaços institucionalizados ou não, e sim a compreensão que se tem desses espaços e dessa forma de luta.

Segundo Simionatto et al. (2011), a luta por direitos para ter uma potência revolucionária precisa ser vista como apenas 'um momento da luta de classes', correspondendo a parte da estratégia da "guerra de posições" gramsciana, não devendo se esgotar no atendimento de interesses corporativos. As lutas sociais, sendo manifestações particulares das lutas de classe, devem abarcar questões específicas e gerais, articulando as questões econômico-corporativas ao nível ético-político, independente das estratégias de luta utilizadas. O problema não seria então a luta pelos direitos ou pela "cidadania", nem tampouco os espaços institucionalizados, mas a necessidade de compreender essa luta como expressão da luta de classes e integrada a luta pelo socialismo:

Essa conquista [da cidadania], não pode ser vista como um fim, como um projeto em si, mas como via de ingresso ou de transição para um padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos, mas que nele não se esgota. Assim, a emancipação política, embora não seja a garantia para a emancipação humana, é, certamente, um campo de mediação fundamental para que esta se concretize (SIMIONATTO et al., 2011, p. 5).

Montaño e Duriguetto (2011, p. 351) também reforçam a importância dos movimentos manterem sempre em vista o horizonte revolucionário, mesmo quando empreendem as lutas por direitos e políticas públicas:

temos clareza de que os movimentos sociais não podem desconsiderar a luta pelos direitos em suas programáticas interventivas. Entretanto, a ofensiva estratégica de luta pelos direitos, e pelas ideias de justiça e equidade que os revestem, só adquire um sentido emancipatório se estiver em consonância, em sintonia, com a luta por um projeto de superação da ordem social vigente.

Essa compreensão tem importantes implicações para a participação social, uma vez que os movimentos devem participar dos espaços do controle social no sentido da disputa pela hegemonia e na explicitação das contradições do Estado capitalista, não tendo ilusão com as pequenas vitórias que possam vir a conquistar através desses espaços de luta. Essas são importantes para fazer avançar o processo contra-hegemônico e não devem ser percebidas como possibilidades reais de 'humanizar' ou melhorar o capitalismo por uma via 'democrática' e 'participativa'. Laurileide Silva (2014, p. 161) conclui que

Se os processos e espaços participativos da sociedade civil não são perspectivados como elementos que possibilitam enfrentar a construção de uma nova hegemonia, mas apenas valorizados per si o que se tem é a tendência ao reforço do corporativismo e das relações particularistas. As diferentes lutas tendem a se hipertrofiar em demandas e formas de expressão fragmentadas, despolitizadas, agarradas à pragmaticidade e à imediatividade cotidianas. Na medida em que não se perspectiva projetos político-ideológicos e sócio-organizativos portadores de projetos de classe e de uma contra-hegemonia à sociedade burguesa, está se possibilitando o reforço prático-político do projeto social-liberal.

Por isso, é preciso ter clareza quando se defende o controle social, entendendo-o sempre enquanto processo hegemônico. Somente a partir dessa compreensão é que se pode dotar as lutas sociais desenvolvidas em seu interior de

uma perspectiva teórica e ético-política que vise à totalidade social, que objetive romper o caráter da parcialidade e do corporativismo de suas reivindicações, envolvendo-as e desenvolvendo-as a partir e no interior de projetos que postulam uma contra-hegemonia (SILVA, L., 2014, p. 161).

Para ter uma compreensão acerca da participação dos movimentos sociais, tanto a partir de suas especificidades quanto da totalidade social, é preciso compreender o contexto de sua atuação e seu desenvolvimento, que no nosso caso, por serem movimentos camponeses, possuem uma vinculação intrínseca à questão agrária brasileira, tema do qual trataremos nos tópicos a seguir.

3.3 A questão agrária no Brasil

[A questão agrária] está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer escondê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia a dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro, a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas commodities; nas teses, livros e relatórios. No dia a dia, é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos que prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência (FERNANDES, B., 2013, p. 177).

A concentração de terras é a característica da questão agrária brasileira desde a colônia até os dias de hoje, sendo um traço marcante e essencial de nossa formação econômica, com desdobramentos importantes para os contextos do campo e da cidade (FERNANDES, E., 2011).

Partimos da compreensão de Frank (2012, p. 65) de que “a agricultura brasileira só pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento-subdesenvolvimento capitalista mundial”. Ela está portanto inserida dentro de um contexto maior, histórico e internacional, que precisa ser compreendido em sua totalidade para que seja possível apreender os fenômenos locais e específicos. Segundo Frank (2012, p. 58) o sistema capitalista precisa ser analisado exatamente como ‘sistema’, pois

em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema “capitalista” como o outro. O subdesenvolvimento do Brasil é tão natural do sistema como o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do nordeste brasileiro não tem sido menos determinado pelo capitalismo do que o desenvolvimento de São Paulo. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento têm ambos origem na evolução total do sistema.

O primeiro passo então para compreender a questão agrária brasileira é situá-la como resultado de mais de três séculos de colonialismo. Esse aspecto é central tendo em vista que o Brasil, apesar de ter quase duzentos anos de independência, nunca superou sua condição de colônia, ocupando ainda hoje na divisão internacional do trabalho um lugar de subserviência política e econômica.

Partir da tese de que temos no Brasil um capitalismo periférico e dependente, e não tardio ou com resquícios feudais como grande parte da esquerda chegou a defender, é fundamental para compreender a luta pela reforma agrária como luta contra o subdesenvolvimento e, por consequência, contra o modo de produção capitalista responsável por produzir o subdesenvolvimento. Essa clareza teórica é fundamental quando se pensa a atuação e o horizonte dos movimentos sociais do campo no nosso país:

Chamar “capitalista” ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao “feudalismo” é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos. Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido. Se o subdesenvolvimento atual e os males atuais da agricultura se devem ao capitalismo, dificilmente podem ser sanados “estendendo-se” ainda mais o capitalismo. Nesse caso, é o capitalismo e não o feudalismo que deve ser abolido (FRANK, 2012, p. 58).

A importância dessa compreensão fica evidente quando se analisa a gravidade do erro teórico da esquerda que defendeu, num etapismo mecanicista, a necessidade de uma revolução democrático-burguesa ao invés de impulsionar os movimentos camponeses para um horizonte revolucionário - que estes já começavam a desenvolver no início dos anos 1960 (MARTINS, 1995).

É pela ótica da Teoria Marxista da Dependência que se compreende também o fato da burguesia industrial brasileira nunca ter reivindicado a Reforma Agrária - em nenhum momento da nossa história - para constituir o mercado interno do país, como todos os países capitalistas centrais haviam feito.

Nossa classe dominante, tanto no campo quanto na cidade, sempre foi dominada pelos países centrais, seguindo a risca as prescrições para manutenção da nação em sua posição dependente e colonizada. Sobre isso Martins (apud MORISSAWA, 2001, p. 82) afirma que:

Entre nós, nunca se configurou, como na Europa e, de certo modo, como nos Estados Unidos, um conflito histórico significativo entre os industriais e os grandes proprietários que tornasse inadiáveis as reformas sociais e políticas, em especial a reforma agrária, que transformassem o país em um país moderno.

Segundo Stedile (2012a) a aliança entre burguesia industrial e agrária ocorreu no Brasil no contexto da Revolução de 1930, quando Vargas chegou ao poder com a missão de industrializar o país sem quebrar com o modelo agroexportador. Nesse

processo, as oligarquias rurais continuaram donas de grandes extensões de terras produzindo para exportação, mesmo após perderem o poder político para a burguesia industrial. O autor ressalta dois motivos centrais para essa aliança ter acontecido em nosso país:

primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos estados unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (STEDILE, 2012a, p. 30).

É por se situar neste contexto que a luta pela reforma agrária no Brasil e na América Latina não pode se dar nos marcos da reforma agrária burguesa, devendo desde o início se constituir em uma luta revolucionária (MARINI, 2012). Fazer reforma agrária em um país dependente é ir contra as amarras do subdesenvolvimento, motivo pelo qual a classe dominante internacional, aliada a nacional, sempre interviu para que essa fosse impedida em nosso país.

O golpe de 1964 deve ser compreendido como mais uma intervenção nesse sentido. A industrialização e a urbanização impulsionadas pelo modelo desenvolvimentista aliada a manutenção do 'atraso' no campo geraram importantes crises de abastecimento nas cidades, o que impôs a necessidade de 'modernizar' o campo brasileiro (MEDEIROS, 1989). O caminho e o sentido dessa 'modernização', no entanto, não eram consensuais, e foi justamente a disputa em torno desse projeto que se acirrou na década de 1950-60 que elevou a reforma agrária a uma questão de interesse nacional.

Do ponto de vista da classe dominante, era preciso calar os movimentos camponeses que estavam em ebulição e garantir o desenvolvimento capitalista no campo para manutenção da posição de nosso país enquanto economia dependente e periférica.

A esse processo se chamou 'modernização conservadora'. O regime ditatorial através de uma série de medidas que ficaram conhecidas como 'revolução verde' garantiu a consolidação do desenvolvimento capitalista agrário no Brasil. Segundo Stedile (2012b, p. 644) esse período foi resumido por José Graziano da Silva como 'modernização dolorosa' porque "desenvolveu as forças produtivas do capital na

produção agrícola” ao mesmo tempo que “excluiu milhões de trabalhadores rurais, que foram expulsos para a cidade ou tiveram de migrar para as fronteiras agrícolas, em busca de novas terras”.

A modernização conservadora foi impulsionada pelo Estado através de uma série de políticas públicas, como a concessão de crédito rural condicionada a incorporação tecnológica no processo produtivo, incluindo o uso de máquinas e produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), além de uma assistência técnica comprometida com a propagação desse modelo (FERNANDES, E., 2011).

Combinada com a reestruturação produtiva do capital, a modernização conservadora deu bases para o desenvolvimento de um novo modelo produtivo no campo. A financeirização do capital e os processos ‘flexíveis’ que dominaram o novo regime de acumulação a partir dos anos 1980 e 1990, no campo se traduziu no modelo do Agronegócio.

O Agronegócio designa todo o sistema que integra agricultura, indústria, mercado e setor financeiro com o objetivo de produzir *commodities* agrícolas para exportação. Segundo Leite e Medeiros (2012, p. 86) esse sistema combina

produtores, processadores e distribuidores (elementos contidos na categoria agroindústria), mas também as empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, os agentes financeiros, os centros de pesquisa e experimentação e as entidades de fomento e assistência técnica. Ele é composto ainda por entidades de coordenação, como “governos, contratos comerciais, mercados futuros, sindicatos, associações e outros, que regulamentam a interação e a integração dos diferentes segmentos do sistema”.

O agronegócio seria então esse complexo sistema produtivo que representa a última fase do desenvolvimento capitalista no contexto do campo. Uma de suas principais características é a centralização de capital: sua tendência a controlar áreas cada vez mais extensas⁷ do país e a concentrar em poucas empresas

⁷ Stedile (2013) apresenta alguns dados que não deixam dúvidas sobre a gravidade dessa concentração: “nos últimos dez anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice que mede essa concentração continua crescendo. O índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do INCRA, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por elas passou de 182 milhões de ha para 265 milhões de ha em apenas oito anos [...] Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda a produção de *commodities* (STEDILE, 2013, p. 28-29).

transnacionais “a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda” de todos os produtos agroindustriais (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 84).

O modelo se consolidou nos anos 2000 pela alta de preços das *commodities*, o que seduziu os governos e a sociedade com a propaganda de que através do aumento da produtividade e das exportações seria possível salvar o país da crise. Esses “benefícios”, no entanto, tem se traduzido em diversos problemas sociais, econômicos, políticos, ambientais e de saúde cada dia mais graves e irreversíveis por aprofundar ainda mais a condição de subdesenvolvimento do país.

Stedile (2012a) aponta que um dos graves problemas do modelo é a monocultura, pois essa tem gerado distorções no uso de nosso patrimônio agrícola, uma vez que 80% de todas as terras estão sendo utilizadas para produzir apenas soja, milho, cana-de-açúcar e pecuária extensiva, o que combinado com o uso da transgenia e dos agrotóxicos, tem prejudicado o solo, contaminado os rios e o lençol freático e colocada a rica biodiversidade de nosso território em risco. A exploração predatória tem aumentado de forma vertiginosa o desmatamento de nossas florestas, desrespeitando as leis ambientais e pressionando para a revisão do Código Florestal, de forma a garantir a expansão das fronteiras agrícolas (STEDILE, 2012b).

Rigotto e Rosa (2012) ressaltam que o modelo tem produzido também diversos impactos a saúde, tanto de quem vive no campo quanto na cidade. Em 2008 o Brasil passou a despontar como o maior consumidor mundial de agrotóxicos, o que por si só traz graves consequências para a saúde. Diversas pesquisas comprovam que a utilização dos venenos agrícolas, além de todos os desequilíbrios ambientais, tem produzido uma série de impactos a saúde humana, pois esses biocidas “interferem em mecanismos fisiológicos de sustentação da vida que são também comuns aos seres humanos” (RIGOTTO; ROSA, 2012, p. 90).

Além dos milhares casos de intoxicações agudas - ainda largamente subnotificados - os agrotóxicos têm sido apontados como responsáveis por efeitos crônicos graves e irreversíveis, que incluem neurotoxicidade, alterações cromossômicas, malformações congênitas, infertilidade masculina, diversos tipos de câncer, interferência endócrina, além de uma série de doenças hepáticas, respiratórias, renais e dermatológicas (RIGOTTO; ROSA, 2012, p. 90).

A concentração fundiária do Agronegócio é agravada pelo fato da terra nesse modelo funcionar ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, servindo

como “instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais” (OLIVEIRA, 2001, p. 187). Isso faz da estrutura fundiária do Agronegócio não só a mais concentrada, mas também a mais impermeável a reforma agrária, o que só tem aumentado a violência, a miséria e a desigualdade no campo nos últimos anos.

Na visão de Oliveira (2001, p. 189) esses fatores combinados fazem da luta pela terra no Brasil uma luta específica e moderna, pois dentro desse contexto:

os camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

O Agronegócio e a luta dos movimentos camponeses contemporâneos tem consolidado a tese de que a reforma agrária não será realizada no Brasil numa perspectiva clássica ou burguesa. A reserva de terras para o agronegócio, através da expansão das fronteiras agrícolas, da apropriação das terras indígenas e quilombolas, e todo o processo de desterritorialização dos povos do campo, só confirma que dentro desse modelo a desapropriação de terras com fim da reforma agrária não é possível. Demonstração disso é o fato de que nos últimos anos o número de assentamentos tem caído vertiginosamente e os poucos assentamentos que tem sido implantados são em terras devolutas⁸.

Nessa conjuntura parte dos movimentos já tem percebido que não basta somente lutar por reforma agrária, é preciso repensar todo o modelo produtivo no campo e por consequência combater o modo de produção capitalista.

3.3.1 A luta pela terra e a formação dos movimentos sociais do campo

A vitória do capitalismo e sua expansão mundial procuram *apagar todos os traços de nossas lutas* e pretendem nublar suas contradições sob a naturalização de uma “racionalidade” mecânica e absoluta, à qual se acrescenta uma panaceia moralizante enfeitada por um idealismo relativista. Carregamos uma enormidade de histórias e de possibilidades nos desvãos de nossas derrotas, nas cidades e nos campos. Mas, mais do que isso,

⁸ Segundo Ferreira (2013) as terras devolutas são terras públicas sem uma destinação pelo Poder Público e que foram apossadas irregularmente por um particular. O termo "devoluta" estaria relacionado ao conceito de terra a ser devolvida ao Estado.

essas lutas não estão apenas no passado: seguem vivas em nosso presente! Sem retomar os fios de nossas lutas, algumas do passado, outras constitutivas de nosso presente, estaremos limitando nossos horizontes àqueles definidos pelo capital e perdendo exatamente a historicidade crucial que nos apontou Marx (FONTES; MIRANDA, 2014, p. 315).

A história dos movimentos sociais do campo se confunde com as origens da concentração fundiária no Brasil, e nesse sentido podemos dizer que a luta pela terra no Brasil inicia com a invasão portuguesa no século XVI, através da resistência dos povos originários contra a invasão de seu território e do povo negro contra a escravidão (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2014; FERNANDES, B., 2000; MORISSAWA, 2001).

As lutas que se iniciaram nesse período se desenvolveram ao longo dos séculos do Brasil colônia, porém sem conseguir se articular em nível nacional para garantir um processo de independência que realmente rompesse com as amarras do colonialismo. A independência do Brasil foi um acordo entre as elites feito 'pelo alto' justamente para não mexer nas estruturas que mantinham a concentração do poder e a manutenção de privilégios no país. O Brasil Império manteve a mesma estrutura de funcionamento da colônia: um país construído com base no modelo agroexportador e na exclusão da grande maioria da população. Isso não significou ausência de conflitos e lutas, muito pelo contrário: as revoltas da Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, a Balaiada no Maranhão e a Praieira em Pernambuco deram o tom de crise social que o país atravessava nos primeiros anos de constituição da nação (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2014; MORISSAWA, 2001).

Em 1850, porém, ao invés de democratizar o acesso a terra, como demandavam as muitas revoltas deste século, foi promulgada a lei que garantia a terra enquanto propriedade privada. A Lei de Terras no Brasil assegurou que só quem teria direito a propriedade de terra é quem poderia pagar por ela, e não mais quem dela fizesse usufruto (FERNANDES, E., 2011; MORISSAWA, 2001). O principal objetivo da lei era impedir que ex-escravos, imigrantes, trabalhadores pobres e toda a população marginalizada tivesse direito a terra.

A Lei de Terras e a abolição da escravidão, em 1888, foram as duas medidas necessárias para assentar as bases para as relações capitalistas se desenvolverem no campo em nosso país: a terra enquanto mercadoria e os trabalhadores 'libertos' para o assalariamento (FERNANDES, E., 2011).

Esse processo de manutenção e agudização das injustiças sociais se traduziu nos conflitos produzidos pelos movimentos messiânicos do fim do século XIX e início do século XX, quando os pobres do campo se revoltaram contra as elites a partir de um conteúdo religioso, mas tendo a luta pela terra como pano de fundo. A Guerra de Canudos, na Bahia, e o Contestado, na divisa entre Santa Catarina e Paraná, tiveram as mesmas características e o mesmo desfecho de violência do Estado e repressão aos camponeses rebelados (FERNANDES, E., 2011; MORISSAWA, 2001).

Porém a emergência dos camponeses enquanto atores políticos se deu somente no período desenvolvimentista, quando a aliança entre a burguesia industrial e agrária garantiu uma industrialização dependente e subordinada aos países centrais (FERNANDES, E., 2011; MORISSAWA, 2001).

O contexto de crise do modelo agrário produzido pelo desenvolvimentismo gerou o processo que transformou as lutas do campo, que até os anos 1950 eram espontâneas e localizadas, em movimentos de expressão e organização nacional. É nesse momento que a categoria “camponês” emergiu, dando unidade e sentido a luta de todos os trabalhadores do campo (posseiros, foreiros, parceiros, meeiros, assalariados...) que assumiram de forma unitária a reforma agrária como sua principal bandeira de luta (MARTINS, 1995; MEDEIROS, 1989).

Um catalisador das lutas desse período foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que via na questão agrária um importante motor para a revolução democrático-burguesa, direcionando muitos militantes para os conflitos agrários que estavam pipocando por todo país. É a partir da direção do partido que em 1954 se cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), cujo principal objetivo era articular as lutas ainda dispersas e localizadas (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2014; MEDEIROS, 1989; MORISSAWA, 2001).

Sem sombra de dúvida o mais importante movimento camponês organizado no período foram as Ligas Camponesas (FERNANDES, E., 2011). Essas surgiram como associações civis na década de 1940, que tinham como principal objetivo organizar os trabalhadores do campo, antes da oficialização dos sindicatos rurais.

O marco de surgimento das Ligas se deu em 1954, no engenho da Galiléia em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, momento no qual a organização dos foreiros projetou o nome das Ligas Camponesas nacionalmente (MEDEIROS, 1989). A organização que tinha reivindicações pontuais como a diminuição do foro,

assistência técnica e aquisição de implementos agrícolas e a fundação de uma escola, se transformou rapidamente num movimento politizado e combativo que mudou a trajetória dos movimentos camponeses no país.

Um acontecimento marcante nesse processo foi a realização do I Congresso Camponês de Pernambuco, organizado em 1955 na cidade de Palmares e presidido por Josué de Castro. Foi nesse momento que as Ligas ganharam expressão estadual com uma marcha de 3 mil camponeses, fato absolutamente inédito até então nas lutas do campo (MEDEIROS, 1989). Em 1959, os galileus conseguem a desapropriação das terras e as Ligas se expandem para todo o território nacional, reivindicando não apenas a extinção do cambão, do barracão e a diminuição do foro, mas passando a defender a bandeira de luta da reforma agrária (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2014; MEDEIROS, 1989).

Segundo Medeiros (1989) a questão agrária adquiriu peso progressivo na eleição presidencial de 1960, quando a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista para o campo foram temas centrais de campanha.

Foi a pressão e organização dos movimentos a responsável por alterar a correlação de forças nesse momento, o que abriu a real possibilidade de realização da reforma agrária em nosso país. Em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural, impulsionando a criação de muitos sindicatos e federações, tendo no ano seguinte o marco de fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ainda em 1962 foi criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra), primeiro órgão com o objetivo de fazer a reforma agrária na história do país. E em 1963 foram estendidos, finalmente, os direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, com o lançamento do Estatuto do Trabalhador Rural (MEDEIROS, 1989; MORISSAWA, 2001).

Essas conquistas por si só não ameaçavam a ordem, porém com o contexto da “ameaça comunista” que pairava após a recente Revolução Cubana, a classe dominante temeu que as reivindicações dos movimentos assumissem um caráter de luta revolucionária que realmente abalasse as estruturas sociais. E assim, com apoio dos Estados Unidos, em 1964 o Brasil sofreu o golpe militar que serviria para amordaçar os movimentos sociais e para garantir os interesses privados e a manutenção da posição de subdesenvolvimento do país (MEDEIROS, 1989).

Logo após ao golpe foi lançado o Estatuto da terra – a primeira lei de reforma agrária do país em quase 500 anos de história. O estatuto previa a possibilidade de

desapropriação de latifúndios e definia a divisão da terra em módulos rurais que deveriam garantir a subsistência e a sustentabilidade econômica das famílias camponesas. Esses pontos, aparentemente contraditórios com o regime militar, se explicavam pela necessidade do novo regime se legitimar com os trabalhadores do campo que continuaram resistindo nos anos seguintes ao golpe. Porém apesar do estatuto ter tido um peso histórico importante, ele nunca foi implementado nem pelos militares nem após a redemocratização (MEDEIROS, 1989; MORISSAWA, 2001).

Outra importante - e contraditória - vitória dos movimentos durante o regime militar foi o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, mais conhecido como FUNRURAL. O programa garantia os direitos previdenciários e de acesso à saúde, pauta histórica dos movimentos grevistas, porém tinha o intuito claro de dar novo sentido ao sindicalismo rural. Uma vez que eram os sindicatos os responsáveis por administrar o programa, estes se tornaram “representantes da política oficial” tendo um caráter exclusivamente assistencialista que amorteceu os instrumentos de organização dos trabalhadores. Os sindicatos que continuaram mobilizados numa perspectiva de enfrentamento foram duramente reprimidos, restando apenas alguns sindicatos mais legalistas, que viam no encaminhamento dos conflitos à justiça a única forma de luta possível (MEDEIROS, 1989).

Esse processo fez com que os sindicatos comessem a se afastar dos trabalhadores, pois a luta jurídica era extremamente ineficaz. Muitos sindicatos ainda tiveram suas diretorias indicadas pelo regime, não tendo qualquer vinculação com as bases. A luta sindical foi então pouco a pouco se tornando cada vez mais rebaixada e inexpressiva. Nesse momento também ocorreram cisões internas a classe, pois ao restringir a ação sindical apenas aos trabalhadores formais, se excluiu a maioria da massa trabalhadora do campo dos instrumentos de representação (MEDEIROS, 1989).

A ‘modernização conservadora’ gerou um processo de êxodo rural expressivo, expulsando os trabalhadores do campo para as cidades e para as áreas de colonização que estavam sendo formadas no Centro Oeste e no Norte do país (MORISSAWA, 2001). Porém, o fracasso desses projetos de colonização – que foram implementados sem a mínima estrutura necessária para os camponeses produzirem - gerou nova onda de conflitos no campo (FERNANDES, E., 2011).

Nesse contexto de forte violência e repressão aos camponeses que começavam a resistir, emergiu um novo ator político importante para as lutas do

campo. Criada em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo a Teologia da Libertação como fundamento, atuou na organização dos trabalhadores promovendo articulações regionais e nacionais, priorizando sobretudo a organização e o trabalho de base junto aos movimentos (MORISSAWA, 2001).

Esse processo de lutas no final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi marcado pelo surgimento de novos atores na luta pela terra. A construção de grandes hidrelétricas, como as de Itaipu no Paraná e Itaparica na fronteira da Bahia e Pernambuco, fez com que as populações atingidas começassem a se organizar para reivindicar uma indenização justa e garantir o reassentamento próximo ao seu local de origem. Em paralelo, começaram a ocorrer as primeiras ocupações de sem-terra nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, além do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A CPT e algumas organizações de esquerda que começaram a surgir no período, como o Partido dos Trabalhadores (PT), logo viram a potencialidade da articulação dessas lutas, atuando para que se unissem em prol de um mesmo objetivo.

Esse processo culminou no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel no Paraná, no ano de 1984, marcando a fundação do MST, que viria a ser o principal movimento social do país, marcando fundo a história da luta pela terra no Brasil e na América Latina.

Esses novos movimentos que começaram a se organizar no processo da luta pela redemocratização do país enfrentaram desde o início a dureza das forças do latifúndio e toda a violência das classes dominantes.

A violência no campo cresceu de tal forma na década de 1980 que se tornou insustentável para um regime que nascia com a pretensão de ser democrático. Era preciso dar uma resposta aos movimentos e o Estado organizou então o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, prometendo colocar em prática de vez o Estatuto da Terra.

A ofensiva da classe dominante a essa mínima abertura – que não custa lembrar, era um imperativo legal conquistado em 1964 – foi tamanho que mesmo com toda a luta dos camponeses apoiados pela CPT, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e partidos de esquerda, não foi suficiente para impor na Constituição os avanços necessários a implementação de uma reforma de base como essa em nosso país. Como coloca Oliveira (2001, p. 192),

com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra [...] A estatística dos mortos nas batalhas pela terra foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando. Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganharam, e fizeram do capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra.

Porém, ao mesmo tempo que crescia a violência e a repressão, cresceu e se ampliou a luta dos movimentos. As ocupações e acampamentos se tornaram as principais estratégias de luta dos movimentos, que em pouco tempo se fizeram presentes em todas as regiões e em quase todos os estados brasileiros.

A década de 1990 ao mesmo tempo que significou o descenso dos movimentos sociais urbanos, que sofreram com as políticas de reestruturação produtiva e com a reforma neoliberal do Estado, viu crescer ainda mais a luta no campo (LEHER et al., 2010, OLIVEIRA, 2001).

Esse fato aparentemente paradoxal se explica por um mesmo processo: o neoliberalismo ao mesmo tempo que aumentou o desemprego e promoveu a lógica flexível e instável na cidade, desestruturando os movimentos urbanos e sindicais, empurrou uma grande massa de trabalhadores urbanos sem perspectiva de sobrevivência na cidade para a luta por um 'pedaço de chão' junto aos movimentos camponeses (FERNANDES, E., 2011).

A radicalização da luta promovida por esse contexto de agudização dos problemas sociais, foi reprimida de tal forma que culminou no governo FHC com os massacres de Carajás e Corumbiara, ambos com repercussão nacional e internacional. O MST organizou em resposta a Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 1997, ganhando amplo apoio social e obrigando o governo a ceder a pressão dos movimentos. Nessa época foi realizado o maior número de assentamentos na história do país: essa conquista, longe de representar a benevolência de um governo, demonstra a força da luta dos movimentos camponeses (FERNANDES, E., 2011).

Pouco tempo depois o governo viu que seria impossível sanar o problema agrário e seus conflitos apenas com o aumento no número de assentamentos. Os movimentos pressionavam para uma reforma agrária que realmente democratizasse a terra, mas a consolidação do modelo do Agronegócio e o compromisso político das

elites com esse modelo fez com que o governo mudasse suas táticas frente aos movimentos do campo.

No final do segundo mandato de FHC o governo passou a utilizar a tática de criminalização dos movimentos sociais, com ampla participação midiática. Paralelo a isso, FHC judicializou a questão da terra, editando medidas que reprimiam a luta pela reforma agrária impedindo que as áreas ocupadas fossem desapropriadas para fins de reforma agrária por pelo menos dois anos (FERNANDES, B., 2013; LEHER et al., 2010).

A nova resposta do governo para o problema agrário passou a ser a reforma agrária de mercado. Essa consistia em dar acesso a terra àqueles que pudessem pagar por ela, através de medidas como o Banco da Terra (FERNANDES, B., 2013; FERNANDES, E., 2011).

Essas medidas fizeram o número de ocupações cair vertiginosamente no início dos anos 2000, tendo aumentado somente em 2003 com a esperança dada pela vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais. O governo do PT entretanto, apesar de se mostrar mais aberto ao diálogo com os movimentos, fez menos assentamentos que o governo FHC, número que foi caindo ano a ano.

Os movimentos no entanto vacilaram entre uma posição de apoio e críticas a condução das políticas governistas, se mantendo como aliado, mas sem ter real poder de influir no rumo das políticas do país. Nesse momento, de arrefecimento da luta pela terra, as reivindicações dos movimentos se redirecionaram para a garantia de políticas públicas para o campo que viabilizassem a sobrevivência dos assentamentos já conquistados (LEHER et al., 2010).

No novo contexto de consolidação do Agronegócio os movimentos tiveram que reinventar suas estratégias e táticas e redefinir o seu inimigo. Lutar pela reforma agrária nessa conjuntura não seria mais apenas uma luta pela distribuição de terras, mas uma luta contra o modelo do Agronegócio na sua totalidade, envolvendo o combate aos transgênicos, os agrotóxicos, a lógica da produção de *commodities* e a subserviência ao mercado internacional. É nesse momento que a bandeira da Agroecologia começa a ganhar espaço no seio dos movimentos e a luta pela saúde começa a despontar como questão estratégica no embate frente ao agronegócio (LEHER et al., 2010).

Leite e Medeiros (2012, p. 87) descrevem esse processo apontando que

Já no início do ano 2000, verifica-se, por exemplo, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina um deslocamento de seus opositores: cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. Esse deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica à concentração fundiária soma-se a denúncia do próprio cerne do agronegócio, sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes.

Diversas lutas foram empreendidas nesse sentido a partir dos anos 2000. Em 2004, 3.500 famílias ligadas ao MST derrubaram quatro hectares de plantação de eucalipto da multinacional Veracel Celulose, e em 2008, as mulheres ligadas a Via Campesina ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da Monsanto no município de Santa Cruz das Palmeiras em São Paulo, e destruíram um viveiro de mudas e um campo experimental de milho transgênico. Ainda em 2008, mais de mil trabalhadores do campo e da cidade realizaram a Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais e ocuparam a transnacional de alimentos Bunge, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul (LEHER et al., 2010).

Além dessas importantes lutas, em 2005 foi organizada mais uma Marcha Nacional pela Reforma Agrária, e todos os anos as mulheres do campo tem protagonizado a Marcha das Margaridas reunindo cerca de 50 mil mulheres em Brasília, com a principal reivindicação de pressionar a reforma agrária, reivindicar políticas direcionadas às mulheres, e garantir os direitos adquiridos para as trabalhadoras do campo (LEHER et al., 2010).

O governo Lula, apesar de acatar por diversas vezes as reivindicações desses movimentos, não conseguiu garantir de fato nenhuma das pautas acordadas por pressão dos ruralistas que estavam organicamente ligados ao seu governo (LEHER et al., 2010).

O contexto dos governos petistas, apesar de aparentemente mais favorável, foi mais duro com os movimentos, impondo mais uma vez que se recriem nos seus processos de luta. A centralidade política e econômica do Agronegócio para as elites no poder, aliada a uma grave crise na esquerda, com cooptação de lideranças e perda do horizonte revolucionário, tem fragilizado a luta dos movimentos sociais do campo nos últimos anos. A ofensiva midiática, combinada a judicialização e criminalização das lutas, parece ter sido efetiva em construir um novo consenso

social de que a luta dos movimentos do campo representa atraso e não desenvolvimento, como outrora se acreditou. Segundo Leher et al. (2010, p. 66),

A estagnação da reforma agrária, as dificuldades de viabilizar economicamente os assentamentos e o estrangulamento dos recursos públicos para os programas dos sem terra, acrescido das políticas de alívio a pobreza e ao avanço do pentecostalismo no campo e nas periferias das grandes cidades, são fatores que podem estar contribuindo para o enfraquecimento das bases dos movimentos.

Na análise de Leher et al. (2010) esse contexto, apesar de aparentemente implacável, deve implicar um acirramento das lutas e uma ampliação do seu horizonte, e não o seu rebaixamento. Quando os movimentos enfrentam o agronegócio eles se deparam não mais com as frações burguesas locais, mas com toda a rede sistêmica de corporações transnacionais, pois são essas, em última instância, que inviabilizam a consolidação de uma agricultura de base ecológica e voltada para o mercado interno. Esse enfrentamento tem possibilitado uma “redefinição da tática e da estratégia dos movimentos mais diretamente engajados nas lutas, nas quais a alternativa democrático-popular vem sendo vivamente questionada em prol de lutas com caráter abertamente socialista” (Leher et al., 2010, p. 66)

Lutar pela terra nunca deixou de ser uma luta atual em nosso país. Ela é histórica e atual na medida em que nosso país continua ocupando um lugar de colônia no mercado internacional, baseado em um modelo agroexportador que se fundamenta na grande propriedade, no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, na superexploração do trabalho, e na destruição dos recursos naturais. Esse modelo impacta profundamente na saúde das populações do campo e da cidade, mas afeta com maior intensidade justo as populações mais vulnerabilizadas que estão diariamente expostas a riscos de contaminação por agrotóxicos, graves acidentes de trabalho, submetidas a piores condições de vida e sem acesso a maioria das políticas públicas essenciais como saúde, educação, transporte e lazer.

Na perspectiva da determinação social da saúde a luta dos movimentos sociais do campo contra o latifúndio e o agronegócio sempre foi uma luta pela saúde e pela vida, na medida em que se almejava mais igualdade e justiça para o povo. Porém, a luta pelo direito e pelo acesso à saúde é mais recente, sendo necessário

conhecer melhor a trajetória das políticas de saúde para essas populações e as formas com que os movimentos participaram da sua construção.

3.4 A história das políticas de saúde para o campo no Brasil

A história das políticas públicas de saúde no Brasil começa com a construção do Estado nacional, na virada do século XIX para o XX. Antes disso, existiam práticas de saúde, mas não uma política pública. Os nobres e ricos tinham suas práticas de saúde através do exercício da medicina liberal, e as camadas pobres urbanas recorriam a caridade das Santas Casas de Misericórdia. Já a população rural, grande maioria do país, afastada dos centros urbanos, sempre cuidou de sua saúde a partir dos saberes populares, de origem africana e indígena, estando completamente a margem de qualquer prática oficial (BARBOSA JUNIOR et al., 2015; ESCOREL; TEIXEIRA, 2012).

Com a construção do Estado Nacional a saúde enquanto política pública começa a ser amplamente discutida. As epidemias que assolavam o país começaram a impactar nas atividades econômicas trazendo grandes prejuízos a exportação do café (BRAGA; PAULA, 1981).

As primeiras ações e discussões de saúde voltadas para a realidade do campo começaram a se desenvolver em 1910, impulsionadas principalmente por pesquisadores contratados pelo Estado e por empresas interessadas na exploração econômica de regiões do interior. Essas ações tiveram pouco alcance e nenhuma participação das populações do campo, que estavam ainda pouco organizadas (BARBOSA JUNIOR et al., 2015).

Isso fez com que as primeiras ações de saúde assistenciais incluíssem apenas os trabalhadores formais das cidades, tratando as ações de saúde para as populações do campo como um somatório de algumas doenças específicas com serviços e políticas próprias, como o Serviço Nacional de febre Amarela, criado em 1937, o Serviço de Malária do Nordeste de 1939 e a Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) de 1942 (BARBOSA JUNIOR et al., 2015; ESCOREL; TEIXEIRA, 2012).

Logo após a criação do Ministério da Saúde (MS) em 1953, foi criado o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) em 1956 com o objetivo de unificar todas as ações das diferentes endemias que até esse momento atuavam

desarticuladamente. Vale ressaltar que foi justamente nessa década que os movimentos sociais do campo começaram a ter expressão política nacional e uma importante pauta dos trabalhadores rurais era justamente os direitos trabalhistas e previdenciários, incluindo a assistência à saúde (BARBOSA JUNIOR et al., 2015; MEDEIROS, 1989).

Na década seguinte porém, com o golpe militar, o Estado passou a priorizar o investimento na saúde privada, sucateando grande parte dos serviços públicos existentes. Foi nesse momento que o modelo assistencial privatista se tornou hegemônico no país, gerando uma grave crise no setor a partir dos anos 1970. Esse modelo se estendeu inclusive às populações rurais com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) em 1971 (CARNEIRO, 2007).

O FUNRURAL garantiu ao trabalhador rural formal a assistência médica, ambulatorial e hospitalar – reivindicação histórica dos trabalhadores do campo. Porém, essa conquista, como já colocado anteriormente, teve como repercussão o atrelamento do sindicalismo rural ao Estado, transformando o seu caráter de instrumento de organização dos trabalhadores para equipamento de prestação assistencial. Segundo Carneiro (2007) o FUNRURAL, além de não ser uma política universal, tinha como fundamento um modelo curativo com enfoque urbano, com prestação de serviços pela rede privada. De acordo com a avaliação de Carneiro (2007, p. 48) o FUNRURAL:

teve o mérito de implantar uma estrutura mínima de saúde para o campo alcançando a interiorização de mão-de-obra, mas construiu um sistema desintegrado, urbano, curativo, com diminuição progressiva dos recursos, com escassez de medicamentos e de exames complementares, apresentando distorções na assistência odontológica e restrições ao acesso à hospitalização.

Um ano antes da extinção do FUNRURAL, em 1977, foi criado o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS). Criado em um contexto de crise social e econômica, e estimulado por pressões de organismos internacionais para expansão da cobertura dos serviços de saúde, o PIASS objetivava impactar a situação de saúde na tentativa de legitimação social do regime. Sua prioridade era oferecer serviços em áreas rurais e em cidades do interior de até 20 mil habitantes, tendo como foco a prevenção das doenças transmissíveis, e o desenvolvimento de ações de baixo custo e alta eficácia.

Segundo Carneiro (2007, p. 48) o programa visava implantar “uma estrutura básica para a melhoria do nível de saúde da população” tendo como foco a “construção e reformas de unidades de saúde, laboratórios, consultórios odontológicos e sistemas de abastecimento de água e soluções individuais para destino de dejetos além da capacitação de pessoal”.

Apesar do programa garantir uma certa expansão da cobertura – que era praticamente inexistente até então – o programa teve uma série de problemas como

a priorização dos serviços de saúde em detrimento aos de saneamento, uma participação restrita da previdência, uma baixa cobertura dos postos de saúde, com retração estadual do custeio e da manutenção e operação da rede de unidades, com limitação de recursos humanos, supervisão das unidades de saúde, e dificuldade de atendimentos de maior complexidade (CARNEIRO, 2007, p. 48).

Paralelo ao processo de redemocratização e de criação do SUS na década de 1980, começaram a surgir no campo e na cidade diversos movimentos sociais, como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o próprio movimento de reforma sanitária. Esse movimento, que propunha um novo sistema de saúde baseado na determinação social do processo saúde-doença, entendia a questão agrária como parte do direito à saúde. No clássico documento “A questão democrática na área da saúde”, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), o movimento propunha a criação de “uma política para área rural, adequada às reais necessidades dessa população” (CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE, 1980, p. 13). Essa concepção é reafirmada no relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde onde consta como determinante de saúde o “acesso e a posse da terra” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986). Porém, a reação encabeçada pela União Democrática Ruralista (UDR) e setores conservadores no processo constituinte excluíram o direito a terra como parte do conceito de saúde, demonstrando que a força da burguesia agrária se mantinha intacta mesmo após o fim da ditadura (CARNEIRO, 2007; MATIELO, 2009).

Apesar do SUS ser um sistema que se propõe universal, equânime e integral, - o que por tese inclui a todos, inclusive as populações do campo - sabemos que na prática ele enfrenta imensos desafios, mantendo profundas iniquidades no acesso e na atenção à saúde. Os povos do campo e da floresta – populações essas que historicamente tiveram o direito à praticamente todas as políticas públicas negado –

possuem demandas de saúde que vão muito além de demandas assistenciais. Está claro que a Saúde do Campo deve ser conduzida sobretudo por políticas intersetoriais, que contemplem a intervenção nos determinantes da saúde, garantindo saneamento rural, acesso a água potável, educação, habitação e, principalmente, acesso e posse da terra, condição fundamental para construir a justiça social em nosso país (CARNEIRO, 2007).

Porém, em seus 30 anos de história o SUS ainda não foi capaz de garantir sequer o acesso a rede básica para as populações do campo, da floresta e das águas. Apesar das reivindicações incessantes do controle social, que desde a 5ª Conferência Nacional de Saúde (ocorrida no ano de 1975) aborda questões de interesse da Saúde do Campo em todos os seus relatórios, o Estado esteve pouco permeável a incorporar as demandas dessa importante parcela da população brasileira (CARNEIRO, 2007).

Nesse contexto, compreender como os movimentos sociais do campo se articularam e reivindicaram a saúde junto ao Estado é fundamental. Concordamos com Carneiro (2007) quando afirma que os maiores avanços das políticas oficiais de saúde para o campo ocorreram justo nos períodos históricos em que os trabalhadores e movimentos sociais estavam mais organizados e mobilizados. Os movimentos das décadas de 1950 e 1960 – Ligas, sindicatos, ULTAB – conquistaram o FUNRURAL; os movimentos de resistência contra a ditadura – incluídos aí desde o Movimento de Reforma Sanitária, os movimentos populares de saúde, o sindicalismo rural combativo, e ações de revoltas no campo mais pontuais, conquistaram o PIASS e o SUS, e a ascensão e projeção nos anos 1990 e 2000 de todos os movimentos sociais do campo contemporâneos – como MST, MAB, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre tantos outros – conquistaram a PNSIPCFA em 2011.

A história nos dá o exemplo de que a conquista de uma política, por mais avançada que seja, não garante que sua efetivação seja realizada nos rumos que as populações necessitam. Por esse motivo, é fundamental aproximar os movimentos na construção das políticas e fortalecer o seu protagonismo na sua implementação e gestão.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Epistemologia e método

[É preciso realizar a] passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado. [...] [O intelectual] deve sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem essa paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio [...] (GRAMSCI, 2001, p. 221-222).

Esta pesquisa tem como fundamento o materialismo histórico e está orientada pelo método dialético. Partimos do pressuposto de que vivemos em uma sociedade dividida em classes antagônicas em que o ser humano, enquanto ser histórico e social, tem o papel de transformar sua realidade através da práxis (KOSIK, 2002).

O materialismo histórico e dialético, enquanto método científico, entende que a realidade objetiva existe independente da consciência, podendo ser conhecida pelo sujeito cognoscente através de sua ação no mundo. A realidade, porém se apresenta enquanto aparência fenomênica, sendo necessário um exercício de abstração e reprodução ideal da realidade concreta pelos sujeitos dispostos a desvelar a essência dos fenômenos (KOSIK, 2002; NETTO, 2015).

O papel da teoria e da construção do conhecimento científico para o materialismo histórico e dialético é justamente esse exercício de compreensão da realidade em sua essência (em sua estrutura e dinâmica), sendo necessário partir de um problema concreto da realidade, conhecer profundamente as teorias e o desenvolvimento histórico desse objeto no nível da universalidade, para depois realizar o caminho inverso de voltar a singularidade da realidade concreta e teorizar sobre ela. Esse percurso que parte do problema da realidade, passa por um aprofundamento teórico e culmina na produção de uma síntese - que é a realidade teorizada - é o que Marx denominou de “concreto pensado” - única forma capaz de

apreender a essência dos fenômenos (KOSIK, 2002; MUNHOZ, 2006; NETTO, 2015).

A dialética, porém, enquanto método, não é um conjunto de regras que podem ser “aplicadas” a um objeto recortado do mundo real, definidas pelo próprio pesquisador. Netto (2015, p. 25), resgatando Lenin, coloca que “Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d’O capital”, o que significa que

Marx não nos apresentou o que “pensava” do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente ao capital) lógica – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real.

Dessa forma entendemos que não existe um método pronto e acabado que pode ser reproduzido ou aplicado de forma mecânica, e sim, que é a análise do fenômeno real feita pelo(a) pesquisador(a) a partir de processos exaustivos de abstração e (re)aproximação com o real, que reproduz idealmente o fenômeno, explicitando suas múltiplas determinações. Parafraseando Florestan Fernandes, Netto (2015, p. 25) resume que “conhecer teoricamente é [...] saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas”.

Para empreender a complexa tarefa de compreender o real tal qual ele se apresenta, objetivando desvelar a sua essência, nos guiamos por algumas categorias do método dialético que dão chão para esse tortuoso caminho.

A primeira delas é a categoria da totalidade. Segundo Lukács (apud FALLEIROS; CASTRO; FONTES, 2011, p. 97),

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Sem compreender os fenômenos numa perspectiva de totalidade das relações sociais, não é possível apreender a essência dos fenômenos, pois sem apreender a realidade como um todo coerente em que cada parte se encontra em relações específicas e determinadas, os fenômenos se mostram somente de forma desconexa e fragmentada. A realidade enquanto totalidade, no entanto, não se apreende de forma direta e imediata: é preciso que se compreendam as relações

entre as partes e das partes com o todo, como um processo permanente de totalização.

E para compreender a realidade como processo, como uma totalidade dinâmica e complexa, é preciso trabalhar com os fenômenos a partir de sua historicidade. Marx e Engels extraíram de Hegel “uma grande ideia fundamental”: a ideia “de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (MARX, ENGELS apud NETTO, 2015, p. 13).

É a historicidade que garante que os fenômenos sejam compreendidos como processo, como contradição em movimento - contradição essa que é o motor do próprio desenvolvimento dos fenômenos. Totalidade, historicidade, mediação e contradição são quatro categorias fundamentais e complementares do método que são a base para a produção de qualquer análise que se pretenda fundamentada no movimento do real.

Outro aspecto central do materialismo histórico e dialético é a compreensão de que as ideias, assim como a realidade, são produtos históricos, e portanto são transitórias, o que não significa que não sejam ‘verdade’, mas que são sempre ‘verdades históricas’ (KOSIK, 2002). Segundo Marx, as ideias são produto da práxis humana e por isso expressam as relações sociais que lhe dão base material: “assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios” (MARX apud NETTO, 2015, p. 15).

Dito isso, é importante destacar que o método implica, por suposto, uma determinada posição ou perspectiva do(a) pesquisador(a): sendo o(a) pesquisador(a) parte das relações sociais que se propõe a compreender, seria impossível qualquer pretensão de neutralidade científica. Porém, como é a própria “estrutura e dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador” o compromisso na análise não é com a neutralidade, mas com a objetividade do conhecimento científico (NETTO, 2015, p. 25).

A objetividade, no entanto, não se atinge de forma técnica ou direta, ela deve ser constantemente perseguida através de uma capacidade crítica e autocrítica por parte do(a) pesquisador(a), que deve estar o tempo todo aprofundando sua análise teórica e ao mesmo tempo vigilante e atento aos movimentos do real. E nada disso garante que se atinja a objetividade na análise, garantindo uma síntese verdadeira: somente

a prática no real revela a adequação da análise, pois só a prática é critério da verdade (MUNHOZ, 2006; NETTO, 2015).

Por fim, ressaltamos que o objetivo da ciência, segundo essa perspectiva epistemológica, não é apenas teorizar sobre a realidade, mas a partir da compreensão do desenvolvimento histórico dos fenômenos, transformar sua ação no mundo construindo novas realidades (NETTO, 2015; RICHARDSON et al., 2014).

A partir desses pressupostos a pesquisa se insere no campo da ciência militante, objetivando a produção de conhecimentos emancipatórios e a construção de uma “ciência ética e comprometida com a destinação social do conhecimento que produz” (FERREIRA; RIGOTTO, 2014, p. 4110). A ciência militante visa a superação do paradigma moderno de ciência, que defende a neutralidade, tecnicidade e imparcialidade em detrimento das implicações éticas que estão implícitas em toda a construção de conhecimento. Objetiva, portanto, a construção de “caminhos alternativos para o desenvolvimento de uma prática acadêmica edificante, solidária e sensível às demandas dos povos mais vulnerabilizados” (FERREIRA; RIGOTTO, 2014, p. 4110).

4.2 O caminho percorrido na pesquisa

A pesquisa, a luz do método dialético, foi desenvolvida segundo a abordagem qualitativa, com propósito descritivo e analítico.

Os sujeitos da pesquisa foram os movimentos sociais do campo presentes e atuantes no estado de Pernambuco que possuem inserção e articulação na área da saúde. Esses movimentos foram inicialmente mapeados a partir de sua atuação em nível nacional no Grupo da Terra, sendo este critério inicial de sua participação na área da saúde. Como em nível estadual ainda não existe um comitê de implementação da PNSIPCFa nem outro órgão institucional para pensar as políticas de Saúde do Campo, escolhemos como critério de inclusão para essa pesquisa os movimentos que tem protagonizado, de diferentes formas, as lutas pela saúde no estado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco tem fortalecido o seu coletivo de saúde, participando desde 2014 da construção da primeira experiência de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com

ênfase em Saúde do Campo, tendo um reconhecido protagonismo nacional na articulação dos movimentos do campo na área da saúde.

A Comissão Pastoral da Terra tem sido liderança importante na construção da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida no estado, pautando a questão dos agrotóxicos e do modelo de desenvolvimento como nocivos a saúde e ao meio ambiente, tendo uma forte organização com capacidade de articulação com outros movimentos sociais no estado.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) participa há muitos anos do controle social do SUS, ocupando atualmente uma cadeira no Conselho Estadual de Saúde e estando presente, por meio dos Sindicatos Rurais, em todos os conselhos municipais de saúde do estado.

O desenvolvimento da pesquisa respeitou os preceitos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco (CPqAM/Fiocruz-PE), sob o registro CAEE nº 54389416.5.0000.5190.

Garantiu-se aos participantes o sigilo, a confidencialidade dos dados coletados e o anonimato, bem como a liberdade de recusar em participar da pesquisa, sem prejuízo para o participante. Os dados primários foram coletados após a concordância dos sujeitos envolvidos que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D).

O estudo se realizou pela triangulação de técnicas de pesquisa desenvolvidas em duas etapas: uma primeira centrada na análise documental e a outra na pesquisa de campo, quando foram realizadas as entrevistas guiadas (FLICK, 2009; RICHARDSON et al., 2014).

A etapa da análise documental começou com uma leitura integral do *site* de cada movimento, lendo a sessão de apresentação e vendo quais os materiais disponíveis (como textos, vídeos, áudios, fotos...). Foram priorizados os materiais de análise como artigos de jornais, revistas, notícias *online* e outras produções como cartilhas, cadernos e manifestos que tratavam do tema da saúde. A seleção do material foi feita lendo todos os títulos e manchetes disponíveis (com exceção das notícias por serem em maior quantidade), pré-selecionando todos que poderiam ter alguma relação com a saúde. Os materiais pré-selecionados foram lidos integralmente, selecionando apenas aqueles que se relacionavam mais diretamente

com o objeto da pesquisa. Os pontos que guiaram o processo de análise documental estão descritos no Apêndice B.

A análise dos materiais tanto do MST quanto da CPT foi restrita ao âmbito nacional, pois o MST só possui sítio eletrônico e publicações em nível nacional, englobando as produções locais nesses canais de comunicação geral. Já a CPT tem um *site* específico da CPT-Nordeste II mas das 186 notícias disponíveis para o estado de Pernambuco somente uma abordava a pauta da saúde e ainda de forma indireta. Por esse motivo buscamos analisar também as notícias da CPT nacional para complementar a análise.

As notícias foram selecionadas a partir da leitura de algumas subseções de notícias que tinham o potencial de ter uma relação mais próxima com a saúde, excluindo as demais sessões. No caso do MST, mesmo as categorias tinham um grande número de notícias e por isso tivemos que utilizar a ferramenta de busca por palavras chave como “saúde”, “SUS”, “controle social”, “saúde do campo” e “participação”. Infelizmente não foi possível analisar as notícias do MST anteriores a 2015 pois essas estavam disponíveis apenas no *site* antigo do movimento, que já não contava mais com a ferramenta de busca e nem a divisão em subcategorias, inviabilizando que fosse feita a seleção manual dos títulos.

Os materiais foram organizados em pastas por movimento e por tipo de documento. Esses foram impressos e relidos novamente, agora com a preocupação de anotar as impressões e pontos mais importantes de cada um. Após a leitura flutuante, todos os materiais selecionados foram sistematizados em quadros por ordem cronológica e por tipo de documento, ressaltando a temática abordada e sua possível relação com o objeto de estudo.

A sistematização dos documentos analisados se encontra logo abaixo nas Tabelas 1, 2 e 3, divididas por movimento. No total, foram analisados 115 documentos, sendo 46 do MST, 21 da FETAPE e 48 da CPT. Destacamos nos quadros o período histórico contemplado pelos documentos disponíveis nos sítios eletrônicos e qual foi o período analisado, sendo que tanto com a CPT quanto com a FETAPE foi possível analisar todo o período disponível. Já no caso do MST, pelo motivo já explicitado, não foi possível analisar todas as notícias e para a análise dos jornais definimos como recorte histórico o tempo de construção do setor saúde no movimento.

Tabela 1 - Sistematização dos documentos do MST analisados na pesquisa

<i>Documentos</i>	<i>Período disponível</i>	<i>Período analisado</i>	<i>Número disponível</i>	<i>Número selecionado</i>
Notícias site	2005 a 2016	2015 a 2016	*	16
Revistas	1997 a 2010	1997 a 2010	56	7
Jornais	1981 a 2014	1997 a 2014	327	19
Cadernos de Saúde	1999 a 2000	1999 a 2000	4	4
			Total	46

Fonte: a autora.

Nota: Não foi possível contabilizar o número de notícias disponíveis nos sítios eletrônicos do MST.

Tabela 2 - Sistematização dos documentos da FETAPE analisados na pesquisa

<i>Documentos</i>	<i>Período disponível</i>	<i>Período analisado</i>	<i>Número disponível</i>	<i>Número selecionado</i>
Notícias site	2015 a 2016	2015 a 2016	371	6
Artigos	2012 a 2016	2012 a 2016	36	2
Jornais	2005 a 2016	2005 a 2016	21	13
			Total	21

Fonte: a autora.

Tabela 3 - Sistematização dos documentos da CPT analisados na pesquisa

<i>Documentos</i>	<i>Período disponível</i>	<i>Período analisado</i>	<i>Número disponível</i>	<i>Número selecionado</i>
Notícias site	2010 a 2016	2010 a 2016	2836	26
Artigos	2010 a 2016	2010 a 2016	158	5
Jornais	2005 a 2015	2005 a 2015	42	11
Caderno conflitos no campo	1985 a 2015	1985 a 2015	30	6
			Total	48

Fonte: a autora.

Nota: Nas notícias, estão incluídas as 25 notícias da CPT nacional e a única encontrada na sessão de Pernambuco do sítio eletrônico da CPT Nordeste II.

Após a organização em ordem cronológica de todos os documentos em quadros por tipo de documento analisado esses foram marcados por cores a partir dos diferentes assuntos que abordavam. A partir dessa classificação temática os documentos foram organizados em quadros por temas, mantendo a cronologia e a divisão por movimento (esse quadro se encontra de forma resumida no Apêndice A). A análise desse quadro subsidiou a preparação das entrevistas com os movimentos e foi integrada aos resultados da pesquisa.

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre agosto e outubro de 2016, tendo sido utilizada como técnica de coleta de dados a entrevista guiada a partir do Roteiro Guia que consta no Apêndice C. A entrevista guiada, segundo Richardson et al. (2014), é um tipo de entrevista não estruturada - ou em profundidade, sendo no entanto mais objetiva do que a entrevista não diretiva e menos fechada do que uma entrevista estruturada.

Os entrevistados foram indicados pelo próprio movimento, tendo privilegiado as lideranças do movimento que tem algum envolvimento na área da saúde. O número de entrevistas por movimento foi definido por critérios de saturação. Ao total foram realizadas 6 entrevistas, sendo uma com a CPT, três com o MST e duas com a FETAPE. Como somente o MST tinha um coordenador e um coletivo específico de saúde, os demais movimentos indicaram as lideranças que tinham uma maior apropriação do tema mas que não necessariamente tinham uma atuação específica na área.

A entrevista da CPT foi realizada com um agente pastoral acompanhado de uma das assessoras do movimento, tendo acontecido na própria sede da CPT-Nordeste II em Recife.

As entrevistas com o MST foram realizadas com a coordenação e duas militantes do coletivo estadual de saúde do movimento, tendo sido realizadas em Olinda e em Caruaru. O MST foi o único movimento que teve a participação de uma representante do Coletivo Nacional de Saúde por esta ter participado ativamente da construção da PNSIPCFA no Grupo da Terra, sendo uma informante estratégica para os objetivos dessa pesquisa. A entrevista com a representante do coletivo nacional foi realizada em Olinda-PE por ocasião de sua participação em uma agenda no estado.

As entrevistas com a FETAPE foram realizadas na sede da Federação em Recife com a Vice-Presidência e com a Diretoria de Políticas para a Terceira Idade, contando com a participação de dirigentes e assessoras.

As entrevistas que foram realizadas em dupla, geralmente com um dirigente/militante e um assessor, foram conduzidas assim por solicitação dos próprios movimentos, por se sentirem mais a vontade para tratar do tema acompanhados de uma pessoa de sua confiança. Entendemos que foi importante respeitar a sua solicitação, mas procuramos nos manter vigilantes durante o

processo de entrevista e análise para as possíveis divergências e diferenças na fala de cada sujeito entrevistado.

Ao final, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para o início da análise. Para preservar a sua identidade, os entrevistados ganharam nomes fictícios que homenageiam importantes lideranças camponesas, quilombolas e indígenas do Brasil, conforme a sistematização apresentada no Quadro 1:

Quadro 1 - Sistematização do número de entrevistas e entrevistados com nomes fictícios

Movimento	Entrevista	Nomes fictícios
CPT	Entrevista 1	Helder Câmara e Dorothy Stang
	Entrevista 2	Elizabeth Teixeira
MST	Entrevista 3	Margarida Alves e Maria Bonita
	Entrevista 4	Luísa Mahin
FETAPE	Entrevista 5	João Virgínio da Galiléia e Marinalva Manoel
	Entrevista 6	Manoel Santos e Maria Lucia do Nascimento
TOTAL	6 entrevistas	10 entrevistados

Fonte: a autora.

O material transcrito foi lido integralmente e depois foram destacados os temas comuns e centrais para o objetivo da pesquisa com distintas cores. Os temas que surgiram a partir das falas foram ainda complementados com comentários e reflexões descritas no diário de campo da pesquisadora logo após o momento de cada entrevista.

Para a análise dos dados e elaboração dos resultados o material da análise documental e das entrevistas foi lido exaustivamente e reaproximado das discussões do referencial teórico, buscando captar a essência dos fenômenos analisados a partir do processo de abstração e reaproximação da realidade. Esse processo pode ser traduzido em toda a construção da pesquisa, uma vez que partimos de um objeto real – a participação dos movimentos sociais do campo na construção de políticas de saúde em Pernambuco – buscamos uma compreensão da totalidade social em que esse objeto estava inserido, a partir da revisão de literatura sobre esse fenômeno em sua forma mais abstrata – compreensão do 1) Estado e sociedade civil, 2) movimentos sociais, participação e controle social e 3) questão agrária e políticas de saúde para o campo – e depois procuramos compreender esse fenômeno em sua concretude (os dados da pesquisa), a partir do ‘movimento de sua aparência’ (KOSIK, 2001).

Os dados nessa perspectiva nada mais são do que um recorte da realidade ainda em sua aparência fenomênica. Para empreender a tarefa de produzir a síntese do 'concreto pensado' – ou da realidade teorizada – foi preciso compreender o fenômeno em sua historicidade e contradição, dando conta das determinações e mediações mais centrais no processo de seu desenvolvimento. Para isso, não há caminho único ou pronto, e foi preciso muitas idas e vindas entre teses e antíteses até que foi possível elaborar essa síntese – um resultado provisório de uma totalização em processo.

Esse processo de análise e produção de sínteses nos conduziu às três categorias empíricas e duas subcategorias que estruturaram a escrita dos resultados:

- a) A aproximação dos movimentos sociais do campo com a pauta da saúde;
 - A organização e as ações dos movimentos sociais na saúde;
 - A concepção de saúde dos movimentos sociais do campo;
- b) Relação com o Estado e estratégias de participação dos movimentos;
- c) Horizonte e perspectivas dos movimentos e suas contribuições para a área da saúde.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Os movimentos sociais estudados: sua história, bandeiras de luta e formas de organização na saúde

Apresentaremos a seguir cada movimento estudado na pesquisa com uma breve descrição de suas ações e concepções de saúde para posteriormente analisarmos a história de aproximação destes com a área da saúde e a construção da Saúde do Campo.

5.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST nasce de um longo processo de rearticulação das lutas pela terra no Brasil em plena ditadura militar, tendo como marco oficial o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em 1984 em Cascavel, Paraná. Em seus mais de 30 anos de história o movimento tem se feito presente em 24 estados em todas as regiões do país (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017a).

Em Pernambuco o MST fez sua primeira ocupação no ano de 1989 na região de Suape, porém devido a forte repressão que sofreram, tiveram que se rearticular e repensar suas estratégias de construção no estado. A partir de 1991 se articularam com estudantes e setores da Igreja, conseguindo construir importantes acampamentos na Zona da Mata, o que consolidou o movimento no estado a partir de 1992 com a eleição da sua primeira coordenação estadual. A partir de 1997 a organicidade do movimento se fortaleceu ainda mais, construindo as primeiras regionais e massificando suas lutas através de ocupações de prédios públicos, acampamentos e marchas (MACHADO, 2017).

O movimento, desde a sua fundação e em todos os estados em que está presente, estrutura a sua luta a partir de 3 objetivos centrais: luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta pela transformação social. Entendendo que o problema da terra só será solucionado com a construção de uma nova sociedade, mais justa e fraterna, o MST se coloca junto a diversos outros movimentos, partidos e organizações do campo e da cidade, no intento de construir um Projeto Popular para o Brasil. A nível internacional integram a Via Campesina e nacionalmente constroem o Fórum Nacional da Reforma Agrária, a Campanha Permanente contra o

Uso de Agrotóxicos e pela Vida, além de outras campanhas e espaços permanentes e conjunturais (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA T, 2017a).

Atualmente o movimento conta com cerca de 350 mil famílias assentadas, 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações. Mesmo depois da conquista da terra, essas famílias permanecem organizadas no MST pelo entendimento de que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017c).

As principais bandeiras do movimento são a reforma agrária, a defesa da cultura, o combate a violência sexista, a democratização da comunicação, a diversidade étnica, a soberania nacional e popular e a defesa da saúde pública (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017a).

A saúde pública enquanto bandeira é sintetizada na defesa de que é o Estado quem deve garantir a saúde para toda a população, “implementando políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2017a). Além disso, o movimento entende que o SUS precisa ser fortalecido e por isso todas as práticas que mercantilizem o atendimento à saúde devem ser duramente combatidas.

A estrutura do movimento se dá a partir de direções regionais, estaduais e nacionais, assentadas na participação e organização de todas as famílias em Núcleos de Base. Os espaços participativos mais gerais são as assembleias, encontros e os congressos, tanto a nível estadual quanto nacional.

Além desses espaços, o movimento também se organiza por setores estratégicos para a sua luta maior, mas que acumulam nas pautas e tarefas específicas. Esses reproduzem a organicidade do movimento desde o nível local até o nacional.

5.1.1.1 A Saúde no MST: organicidade, concepções e ações desenvolvidas pelo Coletivo Estadual de Saúde de Pernambuco

A saúde, além de uma bandeira de luta, é um dos 11 setores do MST. O Setor Saúde do Movimento Sem Terra começou a ser organizado a partir de 1995,

após o III Congresso Nacional onde se definiu que a saúde deveria ser tratada para além de uma demanda imediata e assistencial (RÜCKERT, 2012). Em 1998 foi construída uma oficina com representação de 23 estados, dando origem ao Coletivo Nacional de Saúde. A partir desse processo se iniciaram as discussões sobre o conceito de saúde e os princípios e valores do setor, materializados no primeiro Caderno de Saúde do movimento e ampliados no Caderno de Saúde nº 5 (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2000).

Para o MST a saúde deve ser compreendida a partir da determinação social, integrada a defesa do meio ambiente e ao modo de vida camponês. Essa perspectiva ampliada entende a saúde como necessariamente intersetorial, exigindo que outros direitos sejam garantidos para que seja efetivada. Saúde então é muito mais do que um serviço de saúde, muito mais do que simplesmente ter uma assistência prestada por técnicos com o fim de curar um adoecimento do corpo.

A partir dessas discussões, o movimento sintetiza sua concepção de saúde como a ‘capacidade de lutar contra tudo que nos oprime’, pois para ter saúde é preciso conseguir se organizar enquanto classe e lutar contra todo o sistema de opressões.

Luísa Mahin⁹ resume a concepção de saúde do movimento como um ‘processo de luta por uma vida digna’:

para a gente saúde é o que? É a luta, é você estar na rua, fazendo ocupação de terra, você estar fazendo mobilização para que garanta direitos e que isso vai culminar em um processo de vida digna. O que a gente discute? Se a gente não tem uma condição de vida digna, a gente não vai ter saúde.

Por isso o MST entende que lutar por reforma agrária é também uma luta por saúde, pois, sem o acesso a terra, as famílias camponesas não tem aquilo de mais essencial para a sua sobrevivência, a condição primeira para se ter uma vida digna no campo. Apesar de ser o primeiro passo, o movimento já tem a clareza que não basta só ter acesso a terra: é preciso rever todo o modelo produtivo no campo para produzir saúde:

⁹ Os nomes de todos os entrevistados são fictícios, conforme apresentado no Quadro 1 (p. 78), devido a necessidade de garantir o anonimato dos sujeitos em respeito aos preceitos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

a saúde está para além de ver a terra como coisa ou como um simples instrumento de exploração, de dinheiro. Não, a gente vê a terra como algo que faz parte da nossa vida e a gente é um ser da natureza e a natureza é a gente. Ter esse respeito mútuo e que as relações sejam construídas de outra forma, com respeito com o meio ambiente, que essas construções sejam estabelecidas, é por isso que a gente luta (Luísa Mahin).

Estando a luta pela saúde articulada desde o princípio a construção de outro modelo produtivo e social, para o MST, ter saúde implica em se organizar coletivamente, não somente enquanto movimento mas enquanto classe:

a saúde para nós é isso: é essa construção tanto coletiva de luta, de lutar pelos direitos, de lutar pelo acesso, de lutar pela organicidade, da forma de vida da organização nossa interna e também para além de nós enquanto MST. Que todos tenham acesso a uma vida digna e saudável (Luísa Mahin).

Tendo essa concepção de saúde como norteadora, grande parte das ações de saúde do movimento envolvem o fortalecimento da organização dos próprios acampados e assentados na sua luta por direitos, empoderando e criando protagonismo na base. Para isso é fundamental que se criem espaços de participação horizontal dentro dos próprios assentamentos e acampamentos, o que os coletivos de saúde vem tentando apoiar junto a direção e outros setores:

Se a gente tem o poder político de estar nos espaços e poder discutir, isso te dá também a condição de ter saúde e poder brigar pela saúde que tu quer, por aquilo que tu acredita de fato. O fato de ter saúde está relacionado ao poder político de decisão que tu tem (Luísa Mahin).

Por tudo isso a Saúde do Campo para o movimento é parte da luta de classes, devendo ser entendida necessariamente nesse processo mais amplo do projeto da classe e não simplesmente como mais um contexto onde os profissionais devem reproduzir práticas hegemônicas:

[A Saúde do campo] é fruto do protagonismo dos movimentos sociais que deram essa qualificação para a saúde, um adjetivo, né? Porque ao mesmo tempo que [o campo] é o contexto, [ele] traz outros referenciais, outros conteúdos que precisam ser incorporados, né? E dialoga com o que se discute de reforma agrária, com a proposta agrária que se tem para o campo. Com a proposta de que vida a gente discute no campo, quais as tensões do campo.... Tem a ver com a luta de classes, né? A Saúde do Campo traz imbuído nisso um projeto de classe, né? (Elizabeth Teixeira).

Com base nessa concepção o movimento entende que um dos eixos centrais na disputa por um outro modelo de saúde e sociedade se dá através dos processos formativos¹⁰, tanto do próprio movimento, como dos trabalhadores da saúde. Por isso tem investido de maneira central em cursos e outras atividades educativas que possibilitem que os trabalhadores reorientem suas ações nos serviços de saúde a partir da compreensão das especificidades dessas populações, incorporando as discussões de saúde que os movimentos vêm fazendo. Tanto a nível nacional quanto em Pernambuco, a prioridade da formação tem sido a tônica das ações do setor saúde do MST, que entende que não basta reivindicar o acesso a saúde, sem reorientar o modelo de atenção e a formação dos profissionais.

Além da organização em nível nacional, o setor saúde do MST tem sua organicidade local e estadual. A organização do setor começa nos Núcleos de Base (NB), onde cada NB deve ter uma pessoa responsável pela área da saúde. Dos vários núcleos de base de um assentamento ou acampamento se tira um representante dessa área e depois, na organização regional, é eleito um representante por região. Esses representantes regionais integram o coletivo estadual.

Em Pernambuco o coletivo estadual de saúde se estrutura em 3 eixos centrais que são luta pela terra, luta pela saúde e organicidade do setor. Todo ano é feito o planejamento ascendente das ações, contemplando tanto as necessidades e resoluções da base quanto as diretrizes da nacional.

O coletivo se organiza de forma horizontal, tendo porém um coordenador que integra a direção estadual e fica mais a frente no processo de articulação política. Atualmente o coletivo estadual de saúde de Pernambuco está composto por cerca de 10 militantes, incluindo a coordenação. Tendo em vista que o estado se divide em

¹⁰ Alguns exemplos de cursos que o movimento tem construído pelo setor saúde é o Curso de Formação em Saúde Comunitária do ITERRA em Veranópolis, RS, o Curso Técnico em Meio Ambiente, pela EPSJV/Fiocruz, o curso de Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais pela ENSP/Fiocruz, além da formação de médicos pela Escola Latinoamericana de Medicina, em Cuba e Venezuela, onde diversos militantes já se formaram. No estado, o movimento vem desenvolvendo a Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde do Campo desde 2015, pela UPE além de ter realizado duas turmas de Técnicos de Enfermagem pela mesma Universidade. Além dessas experiências, construiu em 2010 a formação do "Terra SUS", voltado para profissionais da Atenção Básica, e participa desde 2009 da construção do VER-SUS e desde 2016 do VER-SUS Saúde do Campo. Cabe ressaltar que a formação para o movimento se apresenta como um ponto estratégico na luta de classes uma vez que essa "se caracteriza como um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com as lutas sociais, que visam à transformação da sociedade atual e a construção de uma nova ordem social" (MATIELO, 2009, p. 41).

31 regionais o coletivo deveria ter 31 representantes do setor, porém, esse tem tido dificuldades de capilarizar a discussão da saúde em todas as áreas.

Na região agreste, porém tem sido desenvolvido uma importante experiência de trabalho de base pelo coletivo junto a assentamentos e acampamentos que já indica um importante processo de fortalecimento das ações de saúde nos territórios. Nessa região, além de ter desde 2015 a presença dos Residentes de Saúde do Campo, o coletivo passou a contar com a militância de dois médicos do movimento formados pela ELAM em Cuba, o que parece estar dando novo fôlego para o trabalho do coletivo.

Nessa região o coletivo tem feito quinzenalmente, desde maio 2016, o acompanhamento de 3 áreas, objetivando a construção de processos de empoderamento e protagonismo, tanto no autocuidado quanto na luta por direitos. Segundo Luísa Mahin, a discussão de saúde tem sido um disparador de outros processos de organização e fortalecimento comunitário, apoiando o processo de organicidade e luta das famílias. O trabalho de base já tem sido bem avaliado pelos militantes e pelas famílias, que tem pedido para que 'venham sempre', demonstrando a importância de se construir processos a longo prazo e com estreitamento de vínculos.

Porém não são em todas as áreas que o coletivo está fortalecido e atuando dessa forma. Maria Bonita e Margarida Alves referem muitas dificuldades na operacionalização do trabalho de base, pois grande parte do coletivo de saúde precisa trabalhar fora das áreas para sobreviver, sobrando pouco tempo para desenvolver um processo mais cotidiano de acompanhamento. Outra dificuldade é a falta de recursos pois para fazer o trabalho de base é preciso ter condições de deslocamento, muitas vezes para áreas bastante afastadas.

Uma das estratégias adotadas pelo movimento para contornar essas dificuldades foi a inclusão de profissionais da área social, como pedagogos e assistentes sociais, nas equipes de extensão rural, para vincular o trabalho da assistência técnica à uma visão mais ampliada, incluindo a saúde. Esse processo, no entanto, enfrenta dificuldades, pois além da equipe técnica ter dificuldades de dialogar com outras áreas, o movimento tem poucos profissionais dessas categorias, o que tem restringido as possibilidades dessa inserção.

Segundo as pessoas entrevistadas, para o movimento o trabalho de base do coletivo é fundamental não só para promover espaços de discussão e organização

dos assentados na luta por melhores condições de vida e saúde, mas também para capilarizar o coletivo, garantindo que em todas as áreas tenham pessoas que se identifiquem e respondam pelo setor.

Além da dificuldade de fortalecer o trabalho de base nas áreas, o coletivo de saúde enfrenta uma dificuldade interna que se deve ao fato de grande parte do movimento ainda enxergar a saúde como uma área técnica, e que por isso, somente as pessoas com formação na área (seja em nível técnico ou graduação) é que poderiam fazer as discussões do setor. Isso dificulta que a saúde se capilarize, pois as formações na área da saúde, apesar de serem uma prioridade do setor, não são tão abrangentes a ponto de formarem pessoas em todas as áreas e regiões.

Apesar de todas essas dificuldades, o MST é o único movimento do estado que tem uma organização na saúde e tem avançado muito na área, tanto acumulando teoricamente, quanto realizando importantes ações, o que só reforça o potencial que têm na construção de políticas públicas de saúde no estado.

5.1.2 A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) é uma entidade sindical de segundo grau, que representa, coordena e organiza os trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado de Pernambuco, congregando 179 Sindicatos Rurais das três regiões do estado. Sua missão é defender e mobilizar os(as) trabalhadores(as) rurais do estado na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável e solidário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017a).

A federação foi fundada em junho de 1962 sendo reconhecida em 17 de outubro do mesmo ano. A sua história é marcada pela luta dos canavieiros, que desde 1979 participam das campanhas salariais, alcançando muitas conquistas relativas a condições de trabalho e melhorias salariais. Além dos assalariados, a federação tem organizado os(as) agricultores(as) familiares, coordenando atualmente dezenas de assentamentos no estado (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017b).

Desde 2005 a FETAPE organiza o Grito da Terra Pernambuco, que reúne todos os anos cerca de cinco mil trabalhadores(as) rurais de todo o estado,

reivindicando uma pauta construída na perspectiva de garantir maior qualidade de vida aos povos do campo (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017a).

Ligada orgânica e politicamente a CONTAG, a FETAPE tem articulado no estado a participação em diversas manifestações em nível nacional como o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas e o Festival da Juventude Rural (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017a).

Afinada também com o projeto do Movimento Sindical Rural, a federação se orienta pela concretização do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), que foi concebido em 1995 em seu congresso nacional. Segundo eles, “esse se contrapõe ao modelo excludente e conservador de sociedade marcado, na história do Brasil, pela concentração de terra e de renda, causando desigualdades econômicas, sociais e ambientais no país” (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017a).

A estrutura organizativa da FETAPE conta com assembleias mensais dos sindicatos, discutindo com os trabalhadores rurais nas bases. Esses sindicatos são organizados nos 10 Polos Sindicais que possuem uma infraestrutura de assessoria técnica, administrativa e contábil. São esses técnicos e dirigentes sindicais que são responsáveis pela mobilização, organização e capacitação dos(as) trabalhadores(as), nos níveis político, jurídico, associativo, financeiro e contábil, procurando dar conta das questões fundiárias, produtivas, previdenciárias e trabalhistas (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017c).

O processo decisório se dá prioritariamente nos congressos, que são realizados a cada 4 anos, no conselho deliberativo, composto por dirigentes representantes de cada Sindicato filiado, que se reúne a cada quatro meses, e pela diretoria, composta atualmente por 11 membros efetivos e seus assessores. Esses se reúnem duas vezes ao mês coordenando as ações e discutindo os assuntos em pauta no movimento sindical (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017c).

A diretoria da FETAPE possui um presidente e vice, além de 9 diretores responsáveis por coordenar os temas das Finanças e administração, Organização e

formação, Política salarial, Política agrícola, Política agrária, Política para as mulheres, Política para a juventude, Política da terceira idade e Política do meio ambiente.

5.1.2.1 A discussão e as ações de saúde da FETAPE

Segundo as pessoas entrevistadas, a discussão da saúde na federação é de responsabilidade da vice-presidência, pois é lá que se encontra a pasta das 'políticas sociais' do movimento, dando conta das discussões da Saúde do Campo, Educação do Campo e Previdência. Atualmente, porém quem tem protagonizado as discussões da área da saúde é a Diretoria da Terceira Idade, pois esses, desde 2015 estão com o assento no Conselho Estadual de Saúde.

Segundo os entrevistados, as ações de saúde da FETAPE tem sido focadas em disseminar PNSIPCFA fazendo com que todos reconheçam a existência e a importância da Política. Como coloca Maria Lucia do Nascimento,

a política é muito pouco conhecida e o nosso trabalho é nessa publicização, né? De como a gente vai fazer esse trabalho de fazer o conhecimento da política e poder de fato ela atuar, né? Ela servir para as populações do campo.

Para isso, uma das estratégias do movimento tem sido inserir a discussão da PNSIPCFA em todos os espaços de reivindicação do movimento, como o Grito da Terra, as Campanhas Salariais, além de outros documentos formulados por eles. A saúde então nunca aparece em um documento ou mobilização específica, estando sempre vinculada a outras lutas mais gerais:

Tem uma outra estratégia também que é da proposição, né? Por exemplo, agora a gente está em campanha salarial dos canavieiros e a pauta dos canavieiros não está só pela garantia do salário, mas também a questão da saúde está pautada porque também ocupamos os espaços de defesa da saúde do trabalhador, então está lá na pauta da campanha salarial as questões ligadas a saúde do trabalhador. Tanto a gente faz a defesa da política como também o processo de proposição, né? Todas as nossas ações de massa, que é o marco do movimento sindical, a gente tem a Marcha das Margaridas, tem o Grito da Terra Brasil, tanto nos estados como nas grandes regiões e agora nos municípios, que tem a pauta de negociação das ações propositivas da política (Maria Lucia do Nascimento).

O movimento tem visto a necessidade também de investir em sua própria formação na área. Como ainda não tem uma diretoria ou espaço específico de formulação e discussão sobre Saúde do Campo, a estratégia tem sido discutir a temática em todos os momentos que existe abertura para isso, mas já entendem que essa estratégia é insuficiente tendo em vista a complexidade do tema:

um dos eixos de formação da ENFOC [Escola Nacional de Formação Político e Sindical da CONTAG] é sobre as políticas públicas. Então por exemplo, tem o momento do curso que a ENFOC foca nas políticas públicas para o campo e aí a gente fala de educação, de saúde, nessa perspectiva, mas ainda é muito pouco para o que a gente realmente necessita. Mas a gente já faz esse enfoque de perceber enquanto dirigente, trabalhador rural, na perspectiva da defesa da Saúde do Campo (Maria Lucia do Nascimento).

Apesar de todo o avanço dos últimos anos, a saúde ainda aparece para grande parte do movimento sindical rural como um tema distante e técnico, que não cabe aos trabalhadores rurais discutirem:

Tem gente do Movimento que diz: “Cuidar da saúde... e tu é médico, tu é enfermeiro, para discutir isso?”. Tem essa concepção que é só o profissional da área quem domina, quem executa, quem faz, quem tem que fazer...e a gente tem que ficar assistindo, né? (João Virgínio da Galiléia).

É possível perceber através da análise documental e das entrevistas que o movimento se encontra num momento de formulação do seu conceito de saúde, sendo que alguns dirigentes e assessores possuem maior acúmulo sobre o tema e a grande maioria desconhece completamente a discussão da Saúde do Campo, rebaixando a compreensão da saúde a uma área técnica que se restringe a assistência.

Esse foco na assistência pode se explicar pelo fato da maioria dos sindicalizados serem pessoas idosas que sentem a necessidade urgente do acesso a saúde e não encontram isso nas áreas onde vivem. Por isso a saúde tem se tornado uma pauta estratégica do movimento, principalmente para dialogar mais com a base. Por esse motivo também é a diretoria da Terceira Idade, e não a vice-presidência, que tem ocupado a cadeira no Conselho Estadual de Saúde.

A fala de Maria Lucia do Nascimento evidencia porém que a concepção de saúde tem sido tensionada num caminho de reconhecer a saúde enquanto direito e determinada socialmente:

Para mim saúde é viver bem, [...] a gente está fazendo uma discussão não do desenvolvimento sustentável, mas do “bem viver”, nessa perspectiva lá do bem viver que é a condição de você ter uma saúde digna, a soberania alimentar, os outros direitos se associando. [...] Não é lutar só pela saúde, é lutar pela saúde, pela educação, pela moradia, pelo saneamento, pelo transporte, porque sem esse conjunto de direitos você não tem uma saúde legal. Sem a saúde você não tem educação, sem educação você não tem saúde, então de fato saúde é direito e é a condição de você associando a outros direitos ter uma vida de qualidade, uma vida digna. Então saúde passa por todos esses cantos aí.

Porém, apesar de estar trilhando um caminho de consolidação da saúde enquanto direito e determinada socialmente, a FETAPE, diferentemente dos outros movimentos, não associa tão fortemente a questão da saúde com a produção e a agroecologia. Mesmo quando discutem a importância de rever o modelo produtivo, o fazem numa perspectiva exclusiva de mercado, e não de emancipação e superação dessa ordem social. Isso faz com que a própria discussão sobre o agronegócio e os agrotóxicos entre no movimento sem tanta centralidade, o que fica evidente quando observamos que a FETAPE foi o movimento que menos enfatizou a discussão dos agrotóxicos e da agroecologia em seus documentos.

5.1.3 A Comissão Pastoral da Terra

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu a partir do acirramento dos conflitos no campo, principalmente por conta dos projetos de colonização da Amazônia promovidos pela ditadura na década de 1970. Sua fundação se deu em junho de 1975, em Goiânia, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017a).

A CPT surge então ligada aos conflitos dos posseiros da Amazônia mas logo se expande para todo o território nacional, pois os agentes logo viram que o problema da terra não se restringia a uma região ou categoria, mas a todos os que eram diretamente afetados pelo modelo de produção agrária brasileiro (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017a).

Um marco nesse processo de aproximação da Igreja com os conflitos no campo foi o documento da CNBB lançado em fevereiro de 1980 intitulado “Igreja e problemas da terra”. Nesse documento eles explicitam a grave concentração

fundiária do país, denunciando os conflitos e as violências como decorrentes dessa estrutura fundiária (STEDILE, 2012a).

A partir da expansão da CPT para outros estados e regiões do país estes foram se somando as distintas lutas que o conflito agrário produzia em cada local. Contribuíram no nordeste e no sul do país junto aos atingidos por grandes projetos, como as barragens para construção de hidrelétricas, dando uma contribuição fundamental na luta pela reforma agrária junto aos sem terra, além de serem defensores permanentes do meio ambiente e dos territórios indígenas e quilombolas. Tendo a defesa do meio ambiente e a agricultura camponesa como pilares de suas ações, sempre impulsionaram formas de produzir na terra de forma sustentável e em convivência respeitosa com a natureza, promovendo a agroecologia e o resgate e preservação das sementes crioulas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017a).

Nacionalmente estão envolvidos na Campanha de prevenção e combate ao trabalho escravo, realizando um importante trabalho na denúncia dos casos de trabalho análogos a escravidão; e na Campanha pelo limite da propriedade da terra, se destacando como um ator estratégico na luta contra o latifúndio. Constroem ainda os movimentos de preservação do Rio São Francisco, na luta contra a transposição e seus impactos, e na construção da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, se somando à luta por outro modelo produtivo no campo. Integram também a Via Campesina discutindo a nível internacional junto a uma série de outros movimentos camponeses combativos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017b).

A organização da CPT se dá através de uma Coordenação Nacional, que é uma instância colegiada eleita em assembleia a cada 3 anos. Além dessa instância, a pastoral se organiza em nível regional, sendo ao todo 21 regionais. Cada regional tem a sua coordenação, eleita também em assembleia, que se compõe de agentes pastorais e assessores, geralmente voluntários. É essa equipe local que é a célula básica da organização, por estar mais próximo dos(as) trabalhadores(as) e povos do campo, realizando o trabalho de acompanhamento e formação cotidianos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017b).

O Estado de Pernambuco está dentro da regional Nordeste II, que engloba também os estados da Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Na região nordeste, antes da CPT, já existia o trabalho da Pastoral Rural, herdeira e continuadora dos trabalhos dos Movimentos de Ação Católica, apoiados pelas paróquias, dioceses e sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base durante a ditadura. Em 1986, a Pastoral Rural se vinculou a CPT nacional, mantendo o seu acompanhamento e apoio à luta dos(as) trabalhadores(as) rurais e suas organizações na região, se constituindo dois anos depois como uma nova regional desta Pastoral (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, 2017b).

A regional Nordeste II possui 10 equipes locais que acompanham, apoiam e assessoram diversos grupos de base e comunidades camponesas. As atividades dessas Equipes são apoiadas e coordenadas pelo Secretariado Regional e por uma Coordenação colegiada, com sede em Recife.

As ações e atividades formativas desenvolvidas pela regional estão agrupadas em três grandes blocos, que são: 1) a conquista da Terra e da Reforma Agrária, 2) o acesso e a defesa das Águas, 3) a promoção dos Direitos e da Cidadania plena no campo (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, 2017a).

A Regional Nordeste tem como missão apoiar e se solidarizar com os camponeses e camponesas da Região em suas lutas por vida e dignidade, acreditando na possibilidade de se construir um mundo mais justo e equânime a partir da ação coletiva. Para isso a CPT promove um processo de acompanhamento das famílias e comunidades em conflito pela terra - acampadas e assentadas - procurando construir iniciativas que efetivem os direitos conquistados e garantidos em lei e ampliem os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, assumindo a pressão e o conflito como inerentes ao processo democrático e como fonte de direitos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, 2017a).

Um dos papéis centrais da pastoral é a realização do trabalho de base com as famílias, desenvolvendo distintas modalidades de formação, como cursos, oficinas, seminários, objetivando a gestão participativa das organizações das famílias, na perspectivas de democratizar os seus espaços de decisão (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, 2017a).

Procura estimular também a cooperação e o apoio mútuo entre as diversas organizações dos assentados, entendendo a necessidade de se criar estratégias locais de resistência e construção de um mercado solidário (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, 2017a).

Segundo os entrevistados, a Pastoral da Terra é conhecida como a 'pastoral dos conflitos' por acompanhar diretamente as comunidades que estão na luta pela terra, tanto dos que perderam a terra e querem voltar, quanto daqueles que estão resistindo para não serem desterritorializados.

Apesar da pastoral não ter a saúde como bandeira nem como parte da sua organicidade, os entrevistados colocaram que a luta pela terra e pelo território é uma luta pela saúde, uma vez que sem a terra essas comunidades ficam privadas da condição mais básica e essencial de produzir a sua vida. Por esse motivo, a luta primeira da CPT não é a luta pela saúde ou por qualquer política pública, e sim uma luta centrada no conflito pela terra:

a gente sempre participa de muitos protestos, mobilizações e audiências e a gente sempre escuta da importância de nos envolvermos e reivindicar políticas públicas para algumas comunidades e a gente tem uma convicção muito forte de que sem a garantia do acesso e do direito a terra e o território não adianta pensar em mais nada, ou seja, a conquista principal é a terra e o território, sem elas as comunidades não tem como se desenvolver, não tem como pensar em políticas públicas, não tem como criar condições de vida, não tem como criar condições de produzir alimentos (Dorothy Stang).

Os entrevistados ressaltaram também que a sua função enquanto agentes pastorais é enquanto 'educadores', ou catalisadores da luta: "somos fermento na massa", nas palavras de Dorothy Stang. Essa concepção, na visão deles, difere da concepção de alguns movimentos que intencionam com o trabalho de base a 'formação de quadros' para a sua organização. Eles entendem que seu papel central na luta pela terra é o apoio no processo de construção da autonomia das comunidades acompanhadas, sendo estes os verdadeiros protagonistas das lutas.

a gente está no meio das comunidades contribuindo com o processo de formação, para o fortalecimento das consciências, para que as próprias comunidades consigam tomar para si a responsabilidade de transformar a sua realidade. Por isso que a gente preza muito a metodologia de ficar atento a importância de fortalecer o protagonismo da comunidade. Eles precisam ter a sua consciência e tomar para si a responsabilidade de construir seus caminhos e nós vamos juntos. (Dorothy Stang).

Como o intuito é a autonomia da própria comunidade, assim que ela adquire o conhecimento e a organização necessária para empreender as suas próprias lutas, a CPT vai se retirando dos espaços, mantendo apenas um acompanhamento mais pontual. Como no exemplo citado abaixo:

Por exemplo, lá nos Prados, as famílias são tão apropriadas, inclusive apropriadas de como funciona o Estado, como funcionam o acesso as políticas públicas, que elas têm autonomia e sabem o que fazer em cada órgão, sabem para onde ir, sabem se articular para fazer uma ocupação e aí convocam a CPT para estar junto, mas elas têm o conhecimento dos espaços, principalmente do que reivindicar, a quem reivindicar e vão criando essa autonomia - isso é muito importante (Dorothy Stang).

5.1.3.1 A luta pelo território enquanto uma conquista de saúde: as ações e discussões da CPT relacionadas à Saúde do Campo

A concepção de saúde da CPT passa longe das discussões da saúde enquanto assistência, estando diretamente vinculada a noção de território, que seria a base fundamental do modo de vida e produção camponesa. Por isso as lutas e ações da CPT se centram na conquista do direito a terra e ao território. Só a partir desse patamar que as lutas no campo podem avançar para outras conquistas.

É a terra que garante também a possibilidade de produzir alimentos saudáveis, outro pilar da saúde na visão da pastoral, conforme a fala de Helder Câmara:

Produzir de modo saudável e comer coisas saudáveis também no campo é ter saúde. Combatendo a fome e a miséria histórica no campo [...] Agora os meios para ter essa segurança alimentar, nutricional, segurança produtiva, é ter terra, água e semente de qualidade. Sem esses três meios é difícil produzir alimento sadio, produzir saúde no campo.

Essa concepção está também articulada com uma visão dos povos tradicionais de determinação ambiental da saúde, que vincula mudanças no modelo produtivo, sustentabilidade e determinação da saúde. Ainda segundo Helder Câmara:

Se a mãe terra adoecer, nós também adoecemos. [...] Temos que cuidar bem da mãe terra porque é quem nos dá saúde. Não usar veneno, agrotóxico porque senão estraga a terra. A saúde da mãe terra é a nossa saúde também.

Essa preocupação ambiental, no entanto, não está descolada de uma luta social, pois na compreensão da CPT é o modo de produção que degrada o meio ambiente e impõe um modelo produtivo que adoecer as pessoas e a 'mãe terra'. Por

isso é necessário rever o modelo produtivo para garantir a saúde dos povos e do meio ambiente:

Tem até um documento do Papa Francisco também falando disso: se adocece a mãe terra, adocece as pessoas [...] Não é uma encíclica verde, é uma encíclica social. Ou a gente cuida bem da mãe terra e do território, da semente, da água... ou vamos adoecer todos. A saúde está ameaçada. Não só a nossa saúde, mas a saúde da terra, do meio ambiente. Esse conceito grande de saúde... (Helder Câmara).

A partir dessa concepção ampliada da saúde, a CPT identifica que suas ações na área da saúde perpassam a luta pela terra e pela garantia do território, além da luta contra os agrotóxicos e a defesa da agroecologia. A busca por reorientar o modelo produtivo, preservar as sementes crioulas, e combater os agrotóxicos seria uma ação de saúde na medida em que buscam preservar a biodiversidade e promover a autonomia produtiva dos povos do campo, fortalecendo as comunidades em sua luta por melhores condições de vida no campo.

5.2A aproximação dos movimentos sociais do campo com a pauta da saúde e a construção da Saúde do Campo

A saúde enquanto reivindicação não é uma pauta nova para os movimentos sociais do campo. Como visto anteriormente, a bandeira da assistência à saúde estava presente nos movimentos da década de 1950, tanto nas Ligas Camponesas quanto no Sindicalismo Rural. Porém, a construção de uma discussão própria de saúde para as populações do campo protagonizada pelos movimentos é mais recente, tendo início na década de 1990 e ganhando mais centralidade a partir dos anos 2000. Cada movimento estudado porém vem se aproximando dessa construção por uma via diferente e com um foco distinto, o que ficou claro tanto na análise documental quanto nos relatos dos entrevistados.

Algumas dessas nuances e diferenças podem ser observadas a partir da priorização que cada movimento faz dos temas que aborda em seus documentos. Na Tabela 4 apresentamos a sistematização dos documentos por movimento nas 6 temáticas principais encontradas a partir da análise documental: 1) Concepção de saúde dos movimentos; 2) Saúde Pública; 3) Formação em Saúde; 4) Plantas medicinais e Fitoterapia; 5) Agrotóxicos e Agroecologia e 6) Alimentação Saudável e

Soberania Alimentar.

Tabela 4 - Sistematização temática dos documentos analisados na pesquisa

Temas	MST	FETAPE	CPT
1. Concepção de saúde e Saúde do Campo	15	8	0
2. Saúde Pública	8	10	3
3. Formação em saúde	5	0	0
4. Plantas medicinais e Fitoterapia	5	0	2
5. Agrotóxicos e Agroecologia	9	1	40
6. Alimentação Saudável e Soberania Alimentar	4	2	3
Total	46	21	48

Fonte: a autora.

Nessa tabela é possível observar a maior importância que o MST dá a formulação de seu conceito de saúde e a própria discussão da Saúde do Campo, principalmente em relação a CPT, que não produziu nenhum documento com esse intuito. Por outro lado, fica nítida a centralidade da discussão dos agrotóxicos e da agroecologia pela CPT, que concentra a grande maioria dos documentos sobre o assunto no período analisado, num total de 40 documentos entre notícias, matérias e artigos. Essa centralidade se contrasta com a produção da FETAPE, que noticiou apenas uma vez o assunto em uma pequena nota de jornal. Outro destaque se dá ao fato do MST ser o único movimento que produziu documentos sobre a formação em saúde, sendo esse um dos grandes focos de atuação desse movimento na área da saúde, diferentemente da CPT e FETAPE, que apesar de defenderem a importância dos processos formativos na luta política, não parecem estar se dedicando a formular sobre o assunto.

Nas tabelas 5 a 7 as mesmas temáticas foram discriminadas a partir dos anos da publicação de cada documento para que fosse possível identificar a aproximação dos movimentos com as diferentes temáticas da saúde num percurso histórico. Para isso os documentos de cada movimento foram organizadas a partir de sua distribuição temporal em 3 décadas principais: de 1991 a 2000, de 2001 a 2010 e de 2010 a 2016.

Na Tabela 5 podemos observar que o maior esforço do MST na formulação da sua concepção de saúde se deu no início do setor, centralmente entre 1997-2000, ano em que foi produzido o último Caderno de Saúde do movimento. Já o tema das formações parece se fortalecer nos anos 2000, centralmente entre 2004 a 2010, quando as primeiras experiências começaram a se espalhar pelo país.

Atualmente o movimento ainda tem realizado diversas experiências de formação, mas essas não apareceram com tanta centralidade em seus documentos.

Já o tema dos agrotóxicos e agroecologia ganha força principalmente a partir de 2010, quando a pauta se torna estratégica no combate ao modelo do Agronegócio e o movimento passa a construir a Campanha Permanente contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida. Esse tema também parece estar colocando em pauta a discussão da alimentação saudável e da defesa da soberania alimentar pelo movimento, pois no mesmo período passou a discutir com mais força essa questão.

É interessante notar também que o tema das plantas medicinais vem diminuindo nas publicações do movimento, principalmente de 2010 em diante, onde não encontramos nenhuma publicação sobre o assunto. Vemos que essa diminuição não necessariamente significa que o tema esteja realmente perdendo importância para o MST, mas que provavelmente a vertente mais 'assistencial' do movimento tem sido menos enfatizada, tendo a discussão das plantas medicinais se incorporado em grande medida na discussão do modelo de atenção à saúde presente na construção da Saúde do Campo (assunto que abordaremos mais adiante nesse mesmo tópico).

Tabela 5 - Sistematização temática dos documentos do MST divididos por décadas

Movimento	Temas	1997-2000	2001-2010	2011-2016
MST	Concepção de saúde e Saúde do Campo	6	4	4
	Saúde Pública	3	3	3
	Formação em saúde	0	4	1
	Plantas medicinais e Fitoterapia	3	2	0
	Agrotóxicos e Agroecologia	0	4	5
	Alimentação Saudável e Soberania Alimentar	0	0	4
	Total	12	17	17

Fonte: a autora.

Um primeiro dado que pode ser observado na Tabela 6 é que a FETAPE tem se preocupado menos com a discussão da saúde do campo depois da aprovação da PNSIPCA, pois a maioria dos documentos publicados entre 2005 e 2010 tratavam de projetos ligados a construção da Política. Esses, porém, na grande maioria, eram notas curtas e pouco aprofundadas, sem tratar do processo de construção e formulação mais teórica da pauta, como fez o MST. Chama atenção também o fato

da federação ter sido o movimento que mais noticiou sobre temas relativos à saúde pública, com preocupação crescente na última década, principalmente abordando problemáticas referentes ao controle social. Quando analisamos o conteúdo dessas notícias, vemos que muitas vezes essas se restringiram a reproduzir notas da CONTAG ou apenas a noticiar a realização de conferências de saúde no estado, demonstrando pouca reflexão própria sobre o assunto. Chama a atenção o fato da federação não abordar o tema das plantas medicinais nem das formações em saúde em nenhum documento, tendo também pouco acúmulo na discussão da alimentação saudável e agrotóxicos e agroecologia.

Tabela 6 - Sistematização temática dos documentos da FETAPE divididos por décadas

Movimento	Temas	1991-2000	2005-2010	2011-2016
FETAPE	Concepção de saúde e Saúde do Campo	-	6	2
	Saúde Pública	-	3	7
	Formação em saúde	-	0	0
	Plantas medicinais e Fitoterapia	-	0	0
	Agrotóxicos e Agroecologia	-	1	0
	Alimentação Saudável e Soberania Alimentar	-	1	1
	Total	-	11	10

Fonte: a autora.

Nota: Apesar da FETAPE existir desde 1962, eles não disponibilizam em seu sítio eletrônico documentos anteriores ao ano de 2005, o que fez a análise se restringir a esse período de atuação da federação (2005-2016).

Já no caso da CPT, na Tabela 7, podemos perceber um interesse constante pela questão dos agrotóxicos e agroecologia, que vem desde 1991 (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1992), mas que ganha força sobretudo a partir de 2010, o que também parece estar relacionado com a construção da Campanha Permanente contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida. Os demais assuntos são periféricos e possuem pouca atenção da pastoral da terra tanto atualmente quanto em sua história.

Tabela 7 - Sistematização temática dos documentos da CPT divididos por décadas

Movimento	Temas	1991-2000	2001-2010	2011-2016
CPT	Concepção de saúde e Saúde do Campo	0	0	0
	Saúde Pública	0	2	1
	Formação em saúde	0	0	0
	Plantas medicinais e Fitoterapia	0	1	1
	Agrotóxicos e Agroecologia	2	4	34
	Alimentação Saudável e Soberania Alimentar	0	1	2
	Total	2	8	38

Fonte: a autora.

Apesar do Movimento Sindical Rural reivindicar a assistência à saúde desde o início de sua organização, no final da década de 1950, os entrevistados demarcaram a construção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), em 1995, como o marco inicial dessa discussão dentro do movimento. Foi somente com a construção de um projeto de desenvolvimento mais abrangente que o Sindicalismo Rural começa a priorizar outras discussões para além de reivindicações pontuais, entendendo as políticas na dimensão de direitos que devem ser reivindicados ao Estado.

Pelo fato do PADRSS trazer como horizonte a construção de uma vida digna no campo, defendendo a agricultura familiar e a reforma agrária como pilares do desenvolvimento rural (CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 1999), não era mais possível somente reivindicar as políticas de forma pontual e numa postura assistencialista. Maria Lucia do Nascimento, da FETAPE, descreve na fala abaixo esse processo de incorporação de outras lutas no movimento sindical rural a partir do PADRSS:

Eu acho que o marco mesmo dessa luta foi a partir do PADRSS, né? a origem [do movimento sindical rural] se deu na defesa da terra, do salário e do trabalho. [...] essas bandeiras de lutas iniciais foram as que motivaram a criação do Movimento. Em 1995, no Congresso Nacional, o Movimento diz assim: a gente precisa ampliar nossa luta porque o que a gente quer é vida digna no campo e a vida digna não passa apenas pelo trabalho e salário. Isso é uma relação trabalho/capital, né? Mas é na relação mesmo de como você vai garantir qualidade de vida através de saúde, educação, de habitação...então outras bandeiras de luta foram se fomentando. E aí o Movimento disse: Como a gente vai discutir isso? Com um projeto de sociedade, o projeto de sociedade que a gente vai defender é um projeto

que vai na contramão do projeto hegemônico que é o projeto da sociedade capitalista.

Apesar da atual discussão da saúde no Movimento Sindical Rural ter se vinculado a construção de um projeto de desenvolvimento rural, podemos ver que essa discussão, diferentemente dos outros movimentos, ainda é pouco enfatizada no Sindicalismo, pois a grande centralidade do debate na saúde ainda é a demanda assistencial.

Já o MST se aproximou da saúde por três vias distintas, que inicialmente vieram paralelas mas que estão atualmente integradas na discussão que fazem da Saúde do Campo. A via de entrada na saúde se deu pela assistência, pois desde os primeiros acampamentos o movimento percebeu a necessidade objetiva de se organizar para dar conta do cuidado à saúde de seus militantes. Porém, essa demanda assistencial não foi desde o início reivindicada ao Estado, tendo sido suprida em grande medida pelo próprio movimento, que passou a organizar de forma autônoma coletivos de cuidado a saúde a partir dos conhecimentos populares de seus militantes.

Só mais tarde, no final dos anos 1990, é que o movimento se aproxima da saúde pela via do direito, entendendo a saúde de forma ampliada e tendo no Estado o responsável por garantir as condições de vida dignas a toda população. A partir dos anos 2000, a discussão da saúde vem sendo amadurecida e complementada pelo debate do modelo produtivo, traduzido na aproximação com a agroecologia e pela discussão da soberania alimentar, como formas de combater o modelo do agronegócio.

Elizabeth Teixeira, integrante do Coletivo Nacional de Saúde do MST, contextualiza esse processo de amadurecimento do movimento na área da saúde citando que essa trajetória não foi isenta de conflitos. Havia no momento de construção do setor saúde do MST uma certa tensão entre parte do coletivo que defendia a necessidade de manter um caráter assistencial e outra parte, mais próxima de quadros do movimento sanitário, que entendia a necessidade do movimento se inserir na luta pelo SUS. Essa tensão foi aos poucos se dissipando ao articular a luta não apenas pelo acesso à saúde, mas na discussão de que era preciso construir outro modelo de atenção à saúde das populações do campo.

Elizabeth Teixeira citou como marco no processo de aproximação do movimento com o Estado na área da saúde, o Programa DST/AIDS em meados dos

anos 1990. Esse programa, além de ter recursos, teve uma grande capilaridade, o que garantiu que os insumos chegassem a grande parte das áreas. Foi por esse processo que os coletivos de saúde do movimento começaram a se fortalecer o que disparou a organização do setor saúde a nível nacional.

O programa DST AIDS foi a aproximação mais sistemática e mais aproximativa do Movimento Social com o Estado. Em todas as esferas, tanto nacional como estadual. Foi através do Programa DST AIDS, que era forte e veio com recurso, que a gente começa de fato a estruturar, ter esses recursos e ter a possibilidade de se reunir e articular a nível nacional, de pesquisar a realidade sanitária das nossas áreas. A gente começa a dar um corpo maior ao coletivo e transforma em um setor e começa a se apropriar mais de pesquisas, saberes e começa a entrar e de fato assumir a saúde como um direito e aprofundar teoricamente algumas questões relativas a isso, né? (Elizabeth Teixeira).

Como colocado por Elizabeth Teixeira na fala acima, um importante desdobramento do programa DST/AIDs foi a construção da pesquisa sobre condições de saúde nas áreas da reforma agrária. A pesquisa surgiu como demanda do próprio movimento, pois eles sabiam que era preciso insumos para os assentamentos e acampamentos mas não sabiam quanto, não sabiam quais eram as doenças mais prevalentes, quais eram as reais necessidades de saúde nas áreas. Através dessa constatação propuseram a realização de uma pesquisa nacional sobre a realidade sanitária nas áreas da reforma agrária.

A pesquisa, desenvolvida em parceria com o Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UnB e o Ministério da Saúde, foi realizada pelos próprios militantes do MST, o que gerou um acúmulo teórico sobre a saúde ambiental e a perspectiva da determinação social da saúde que até então o movimento não tinha (RÜCKERT, 2012). Segundo Elizabeth Teixeira, foi a formação dos militantes enquanto pesquisadores da saúde nos territórios o que deu base para a consolidação do setor de saúde do movimento:

em seguida da [10ª] conferência [em 1996] a gente faz a pesquisa e organiza um coletivo para fazer a pesquisa, a gente começa a se debruçar e começa a estudar um pouco mais de saúde e vai para além do processo só curativo e começa a entender a saúde politicamente, socialmente e em uma perspectiva mais da determinação social. [...] nessa época é criado o setor, porque até aí eram coletivos, e aí se torna setor como uma instância que podia deliberar essas questões (Elizabeth Teixeira).

A discussão da Saúde do Campo veio um pouco depois, quando o movimento percebeu a necessidade de aprofundamento interno de sua discussão sobre saúde.

Como já haviam feito em outros setores, o movimento passou a construir cursos e outros processos de formação sobre a temática com o intuito de qualificar o seu entendimento sobre saúde e direcionar as ações e as prioridades do coletivo. Uma das primeiras experiências do setor saúde com esse objetivo foi a construção do Curso Técnico em Saúde Comunitária realizado no Instituto de Pesquisa sobre a Reforma Agrária/Escola Josué de Castro, em Veranópolis/RS. É a partir dessa experiência que começam a refletir sobre qual a concepção de saúde que o movimento deveria defender:

Quando a gente começa a construir os primeiros cursos, a gente começa a fazer essa discussão: a gente não quer qualquer saúde, a gente quer saúde pro campo, do campo, que dialogue com as nossas práticas e modo de produzir. Foi nessas primeiras elaborações de processos de formação, de construir um conceito de saúde e ter referenciais que vai formando, vai se pensando e muito inspirada em: se a gente tem uma educação do campo, tem uma cultura do campo, a gente tem que ter uma Saúde do Campo, né? (Elizabeth Teixeira).

A fala de Elizabeth Teixeira deixa claro que a discussão da Saúde do Campo parte das formulações do MST e pouco a pouco vai ganhando aprofundamento teórico e sendo incorporada - mesmo que de forma ainda pouco homogênea - por outros movimentos através da construção da PNSIPCFA:

a gente já entendia que saúde não é só cuidado e na luta política a gente já pautava que queria uma Saúde do Campo. Então a gente começa a usar essa nomenclatura e ela vai tomando corpo, mas ela parte muito da luta do protagonismo dos movimentos sociais. Ela é uma construção dos Movimentos Sociais. E começa muito com a gente mesmo, acho que isso não dá para negar, que começa muito com o MST essa discussão da Saúde do Campo. Ela foi se apropriando para os outros movimentos com o tempo, até hoje tem movimento que não tem clareza do que é Saúde do Campo (Elizabeth Teixeira).

Paralelamente a esse processo de construção da Saúde do Campo pelo MST, outros movimentos também se aproximaram da área da saúde nacionalmente. Elizabeth Teixeira - que participou do Grupo da Terra desde o seu início - relatou que existiam três movimentos que já tinham reivindicações na área da saúde no começo dos anos 2000: MST, CONTAG e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Esses três movimentos, no entanto, reivindicavam de forma isolada, a partir de suas necessidades particulares, sem estabelecer uma articulação mais próxima.

Foi somente a partir de 2003 que esse processo começa a mudar. Os movimentos esperançosos com a posse de Lula, protagonizaram no ano de 2003

diversas manifestações, apresentando suas pautas ao novo presidente (SILVA, F., 2016).

Segundo Elizabeth Teixeira, o MST vendo a presença de alguns quadros no governo mais próximos ao movimento, começa a pressionar para que o Ministério da Saúde construa uma política específica para os assentados e acampados, que viviam em total desassistência e em uma condição de extrema vulnerabilidade social. O ministro da saúde na época, Humberto Costa, acatou a sugestão de analisar as pautas do movimento globalmente, pensando a construção de uma política, ao invés do caminho institucional até então formalizado que demandava que o movimento se reunisse separadamente com cada secretaria, criando soluções separadas e fragmentadas.

Porém não era apenas o MST que tinha reivindicações na área e nesse processo de ter que responder as reivindicações dos movimentos, a própria gestão percebeu que as pautas eram muito próximas e que poderia ser mais efetivo se comessem a pensar conjuntamente as demandas dos povos do campo e da floresta. É nesse momento, ainda em 2003, que começa a surgir o embrião do Grupo da Terra:

a gente trabalhou com um grupo de trabalho, não um Grupo da Terra [formal], né? Durante uns 3 ou 4 anos a gente se reunia informalmente, a gente se reunia, trazia, voltava [...] E aí o governo começa a olhar para floresta, para a região amazônica e cria um núcleo para pensar política para região amazônica. Aí chegou um ponto que viram que tinham várias coisas em comum: acesso, dificuldade dos profissionais, modelo de atenção, insumos. Foi quando a gente juntou os três [MST, CONTAG, CNS] (Elizabeth Teixeira).

Segundo Fátima Silva (2016), foi a aproximação com os movimentos que fez com que o Ministério percebesse a inexistência de políticas de saúde que levassem em conta a pluralidade e as especificidades das populações do campo e da floresta. Os próprios técnicos do ministério desconheciam a realidade em que as populações viviam e ignoravam até então a falta de dados epidemiológicos com recorte para as zonas rurais e o vazio assistencial que existia em praticamente todas as áreas fora dos aglomerados urbanos.

Fátima Silva (2016) destaca também que os movimentos relatavam ter muitas dificuldades de reivindicar localmente o seu direito à saúde e viam na linguagem técnica dos Conselhos uma barreira à sua participação nos espaços do controle

social, sendo necessário que o nível central elaborasse uma política para dar maior visibilidade às necessidades dessas populações e orientasse as gestões municipais a construir ações de saúde a partir das especificidades desses territórios.

Em 2004, a Secretaria Executiva do Ministério assume a condução do grupo que já envolvia 7 movimentos: CONTAG, MST, CPT, CNS, MMC, Marcha das Margaridas, e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) (SILVA, F., 2016).

As discussões começam a avançar e, em 2005, o Grupo é formalmente instituído pela portaria nº 2.460/MS. Nesse momento, a coordenação do Grupo da Terra passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) que se propõe a construir a 'Política de Saúde para a População do Campo' de forma participativa e em constante diálogo com os movimentos sociais.

Segundo Fátima Silva (2016) esse momento inicial do grupo foi repleto de tensionamentos pela diversidade dos sujeitos presentes no espaço. Os técnicos não compreendiam a discussão dos movimentos e esses, em sua grande maioria, desconheciam o funcionamento do SUS e das políticas de saúde. Segundo Elizabeth Teixeira, as dificuldades no diálogo eram constantes não só entre movimentos e técnicos, mas entre os próprios movimentos. Alguns já tinham uma discussão mais consolidada na área, como MST e CONTAG, mas tinham concepções e estratégias muitas vezes divergentes. Já outros movimentos, como a CPT e os pescadores e extrativistas marinhos, ainda não tinham uma discussão de saúde interna ao movimento. Por isso a primeira tarefa na construção da política foi um glossário de termos. Era preciso ter alguns entendimentos gerais para se consensuar e discutir as linhas gerais de uma política tão ampla para povos tão diversos

Tinham algumas divergências de concepção, [tanto que] o grupo da terra a primeira coisa que faz é fazer um glossário de conceitos porque a gente não se entendia, era uma arca de Noé, cada um falava uma coisa. Então quando a gente pactuou um glossário nacional, acho que foi um ano discutindo isso, cada conceito. O que é campo? O que é rural? O que é floresta? O que é florestania? O que é saúde da mulher? Todas aquelas palavras a gente trouxe de gente nossa, da universidade, dos movimentos, para pactuar (Elizabeth Teixeira).

Em 2006 os movimentos realizaram diversos encontros nacionais onde a discussão da Saúde do Campo passou a ser incluída. Desse acúmulo foi sendo gestada as diretrizes e princípios da política que foi sendo pouco a pouco construída a muitas mãos (SILVA, F., 2016).

Também com o objetivo de ampliar o debate sobre a Saúde do Campo, o Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) da SGEF realizou o I Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, entre os dias 1 e 2 de dezembro de 2006, em Brasília. O objetivo do encontro foi socializar o conteúdo da primeira versão da Política, além de alinhar alguns conceitos centrais e discutir a situação de saúde das populações do campo e da floresta (SILVA, F., 2016).

Com a política construída, havia chegado o momento de pactuar a sua aprovação nas diversas instâncias. Essa, porém sofreu um primeiro golpe que foi a retirada do incentivo financeiro diferenciado para a implantação de ações e serviços de saúde voltados às populações do campo. Conforme Souza (2013), a política contava com orçamento próprio tendo em vista que para consolidar o SUS no interior do país, seria oneroso à gestão dos municípios menores, devido às grandes barreiras geográficas e as gigantescas carências e desigualdades locais. Porém, a revelia do posicionamento dos movimentos sociais, esse item da política foi retirado pelo Ministério da Saúde, que alegou falta de recursos.

Sem orçamento a política enfrentou grande resistência na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), pois os gestores entendiam que essa seria apenas mais um fardo para as gestões locais, que já estavam devidamente sobrecarregadas com suas grandes responsabilidades e poucos recursos. Os gestores questionaram também o motivo de se ter uma política específica para essas populações, pois não viam necessidade de reafirmar algo que já estava garantido tanto pela Constituição Federal, quanto em outras políticas nacionais (SILVA, F., 2016).

Os movimentos então se mobilizaram para pressionar os gestores tanto a nível federal quanto nos estados para garantir a aprovação da PNSIPCF. Nesse momento todos os movimentos passaram a inserir em suas mobilizações de massa, como a Marcha das Margaridas, o Abril Vermelho e o Grito da Terra, a pauta da aprovação da 'Política de Saúde do Campo e da Floresta'¹¹.

¹¹ O Termo "águas" só foi incluído na Política depois de sua aprovação, na ocasião do II Encontro Nacional dos Povos do Campo e da Floresta, realizado pelo DAGEP em 2013, onde os movimentos

Em 2011 há uma nova mudança nos quadros do Ministério da Saúde. Com a chegada de técnicos mais próximos e sensíveis à pauta e a pressão exercida pelos movimentos nos últimos anos, as articulações para aprovação da PNSIPCFA foram costuradas, e essa foi finalmente aprovada em 03 dezembro de 2011, pela portaria 2.866/MS.

Após a aprovação da PNSIPCFA é preciso se perguntar qual o sentido que essa possui hoje para a luta dos movimentos sociais do campo na saúde. Apesar de ser inegável que essa seja uma conquista dos movimentos, que sem sua organização, pressão e luta nunca seria concebida pelos quadros do governo – mesmo o mais progressista – temos que refletir também o sentido de sua aprovação dentro da conjuntura em que foi construída. Como colocado anteriormente, o final do segundo mandato do governo FHC, foi marcado pela judicialização da luta pela terra e pela criminalização dos movimentos sociais do campo. Esse processo gerou um importante refluxo na luta dos movimentos camponeses, que apostaram na eleição de um governo à esquerda para reverter o quadro de derrotas dos movimentos sociais (LEHER et al., 2010).

O governo Lula, no entanto, apesar de aumentar o diálogo com os movimentos e abrir portas para que esses construíssem políticas e projeto por dentro do Estado, ao mesmo tempo, ampliou os investimentos no Agronegócio e diminuiu o número de assentamentos. A partir de Gramsci, podemos entender então a construção da PNSIPCFA como uma forma de ‘revolução passiva’ onde o Estado dá um passo a frente – mesmo que empurrado pelos movimentos sociais – para que esses se acomodem em seu lugar e não ampliem o seu processo de luta frente aos crescentes conflitos sociais (COUTINHO, 2003a).

Por esse motivo, a PNSIPCFA deve ser analisada criticamente pelos movimentos, mesmo que tenha sido construída por eles e por um governo que eles identifiquem como aliado. Como alertado por Poulantzas (2000) e Leher et al. (2010) dentro dessa conjuntura e lidando com esse Estado, a construção de políticas públicas pelos movimentos precisa sempre ser acompanhada por uma vigilância para que essas signifiquem uma ampliação das possibilidades de luta e não o seu apaziguamento.

de Pescadores e extrativistas marinhos reivindicaram que os povos que tem seus modos de vida baseados no meio aquático também fossem reconhecidos na nomenclatura da política.

O MST parece ter essa compreensão quando afirma que as políticas públicas são só mais um campo de disputas pela hegemonia, uma possibilidade de abrir novas brechas na luta contra-hegemônica. Elizabeth Teixeira ressalta que o fato de se ter conquistado a PNSIPCFA não resolve os problemas de saúde nos territórios nem garante o acesso aos serviços as populações do campo por si só, mas cria um novo espaço de disputas que permitiu alguns avanços:

Então a política é isso, é uma pequena fissura dentro de um arcabouço de políticas públicas que tem no Estado, mas ela por si só não dá conta e nunca vai dar. E é por isso que temos várias estratégias. [...] Vamos criando algumas estruturas mínimas que possam ser referências, e [fazendo parcerias com] coletivos que pensem próximo do que a gente tem pensado para fortalecer a ideia de que é preciso fazer a transformação - e aí a política é um bom argumento para isso. Em nome da política você consegue abrir essas pequenas brechinhas, muito pequenas, mas consegue. [...] a política ela ajuda a ser um instrumento dentro do Estado para a gente fazer outras ações (Elizabeth Teixeira).

À luz do materialismo histórico, as políticas sociais devem ser compreendidas como instrumentos de manutenção da ordem social dominante, mesmo que apresentem contradições e avanços do ponto de vista das classes subalternas. Falleiros, Castro e Fontes (2011) analisam as políticas públicas nesse sentido, retomando Gramsci ao colocar que o processo da hegemonia

pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas é também indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial (FALLEIROS; CASTRO; FONTES, 2011, p. 101).

Uma evidência desse processo contraditório na construção da PNSIPCFA é o fato dela não ter orçamento próprio, sendo marginalizada dentro do MS e desconhecida pela grande maioria dos gestores locais (ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA, 2014). Alguns estudos já vem demonstrando que mesmo depois de 5 anos de aprovação da PNSIPCFA, a desassistência no campo e na floresta ainda é a regra, o que indica que a política não conseguiu garantir o principal ponto demandado pelos movimentos (SILVA, F., 2016; SOARES, 2014).

Porém, apesar de todos retrocessos, cortes e ajustes que essa sofreu em seu processo de pactuação, podemos ver que a aprovação da PNSIPCFA teve também

avanços. Um deles foi a manutenção do espaço do Grupo da Terra com novas atribuições definidas na Portaria nº 3.071 de 2012, que garantem a participação dos movimentos de forma permanente junto ao Estado na área da saúde (BRASIL, 2012)¹².

Outro avanço se deve ao fato dos movimentos extrapolarem as reuniões formais do Grupo da Terra, utilizando do espaço como canal de articulação entre movimentos. Segundo Elizabeth Teixeira, ao longo dos anos de debates no Grupo da Terra, os movimentos viram a necessidade de construir um espaço autônomo frente ao Estado – o ‘Grupo da Terra Movimentos’. Esse espaço já produziu alguns frutos, como a própria organização do I Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas realizado em 2015, que foi um grande passo na consolidação da organização dos movimentos na área da saúde.

A PNSICPFA tem sido também um importante instrumento de luta dos movimentos do campo, que tem se utilizado do fato de ter um instrumento legal para dar mais visibilidade as suas pautas e demandas, conseguindo algumas conquistas - mesmo que pontuais - nos últimos anos (SILVA, F., 2016).

Através da PNSIPCFA vem sendo implementado diversos projetos de formação de movimentos sociais do campo para o controle social do SUS. Iniciativas como o Projeto de Formação de Lideranças para a Gestão Participativa da PNSIPCFA, que visa formar lideranças dos movimentos sociais do campo e da floresta, profissionais e gestores de saúde, para a gestão estratégica e participativa das políticas, é uma iniciativa fundamental, mesmo que ainda necessite de uma

¹² As atribuições atuais do Grupo da Terra incluem o monitoramento da implementação da PNSIPCFA e a construção de outras ações de saúde voltadas para essas populações, além da integração entre os saberes técnico-políticos provenientes de pesquisas e debates sobre a situação de saúde das Populações do Campo e da Floresta. Sua composição também foi ampliada, incluindo além dos representantes de diversas secretarias, agências e instituições ligadas ao ministério da saúde, um total de 13 representantes de movimentos sociais do campo, floresta e águas. Esses movimentos são: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Atingidos por Barragens/Brasil (MAB); Movimento de Luta pela Terra (MLT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Mulheres Trabalhadoras Rurais - Movimento das Margaridas (MTRMM). Como convidados ainda participam Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas (FEPEAL) (BRASIL, 2012).

avaliação de seus resultados (ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA, 2014; PEREIRA et al., 2014).

O curso de Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais da Fiocruz, criado em 2014 e voltado especificamente para profissionais que atuam na saúde, na educação e nas ciências agrárias, em áreas de reforma agrária e comunidades camponesas, também foi uma conquista fundamental para o fortalecimento da Saúde do Campo e das próprias lideranças dos movimentos que participaram como mestrandos.

Outra iniciativa pioneira, que foi desenvolvida posteriormente à aprovação da PNSIPCFA, é a Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na Saúde das Populações do Campo (RMSFC). Essa tem sido desenvolvida em Pernambuco desde 2015 através da parceria entre MST, Universidade de Pernambuco (UPE), Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Coletivo Grão e Movimento quilombola, tendo como objetivo a formação de trabalhadores de 10 categorias profissionais distintas da saúde para trabalhar com as áreas do campo.

Outra conquista se deve ao fato do Grupo da Terra ter se tornado modelo a gestão participativa de outras políticas que foram construídas depois, sendo considerada um marco no processo de construção de políticas dentro do Ministério da Saúde (SILVA, F., 2016).

Apesar de todos esses avanços, os próximos passos na implementação da PNSIPCFA exigem sobretudo a participação e o protagonismo dos movimentos a nível local, pois são os gestores municipais que podem efetivar a implementação dessa e de outras políticas para o campo (SILVA, F., 2016).

Isso se torna ainda mais desafiador devido ao fato da construção da PNSIPCFA ter se dado a nível nacional, sem uma homogeneidade de discussão e de articulação na base de todos os movimentos, o que dificulta que essa se fortaleça no processo de implementação nos estados e municípios:

a gente começa a nível macro, mas cada movimento tem a tarefa de fazer essa discussão a nível dos seus movimentos, mas é isso, cada movimento está em um estágio diferente de apropriação tanto da temática como da política (Elizabeth Teixeira).

Essa centralização na construção da PNSIPCFA, apesar de ter sido uma política construída de forma participativa, também ficou clara na fala dos outros movimentos sociais, quando demonstraram que a discussão ficou restrita aos

representantes no nível central, tendo pouca apropriação nos estados e menos ainda na base.

Outro agravante é que a PNSIPCFA se insere nos estados através dos Comitês de Promoção da Equidade em Saúde, o que envolve além dos movimentos do campo, floresta e águas, o movimentos negro, cigano, LGBTT, população em situação de rua, entre outros (SILVA, F., 2016).

Em alguns locais onde os movimentos ou os governos estavam mais apropriados das discussões esse processo conseguiu avançar mais, mas tem sido a passos muito lentos. Essa diversidade de movimentos e sujeitos, apesar de poder ser um fator de fortalecimento da participação social, tem dificultado a operacionalização da participação nesses espaços. As diferenças gritantes muitas vezes não conseguem ser superadas no necessário processo de união e construção conjunta que o espaço exige.

Pernambuco reflete bastante esse processo. Ainda não existe o Comitê das políticas de equidade no estado e nem os próprios movimentos do campo tem conseguido se articular para reivindicar a construção desse ou de outros espaços de participação na saúde, o que tem fragilizado sua capacidade de mobilização e de fazer pressão frente a gestão local.

Analisaremos no próximo tópico o processo de construção das ações de saúde dos três movimentos estudados no estado para poder compreender melhor como se dá a sua participação na saúde.

5.2.1 A construção da Saúde do Campo em Pernambuco

A história da Saúde do Campo em Pernambuco é muito pouco conhecida, até pelos próprios militantes que atuam na área.

A CPT não se identifica como um movimento que participa e constrói políticas públicas de saúde no estado, apesar de desenvolver uma série de ações que eles demarcam como sendo de saúde, como já colocado anteriormente. Assim como a nível nacional, suas ações se concentram na disputa de modelo produtivo, fazendo a crítica aos agrotóxicos e promovendo a agroecologia. Como em nenhum momento essa participação envolve a ocupação de espaços institucionalizados ou a política pública de forma direta, eles não se sentem integrados nessa construção da saúde. Apesar de integrarem o núcleo estadual da Campanha Permanente contra o Uso de

Agrotóxicos, diferentemente do nível nacional - onde encontramos um grande número de artigos, notícias e matérias sobre essa questão - a CPT local teve somente uma notícia sobre o assunto, o que indica uma diferença entre a equipe local e nacional no tratamento dessa questão.

Já a FETAPE descreve sua participação na saúde muito vinculada a discussão a nível nacional que a CONTAG impulsionou a partir da discussão do PADRSS. No estado, no entanto a federação se mostrou menos apropriada do assunto, mas parece seguir a linha da nacional, privilegiando a ocupação dos espaços de controle social e desenvolvendo projetos que a CONTAG promove nacionalmente.

Um desses projetos foi uma parceria da CONTAG com o Ministério da Saúde que se chamava “Gênero e Saúde”. Esse foi desenvolvido pelas federações em 19 estados do território nacional e tinha como objetivo a construção participativa da PNSIPCFA através da formação de multiplicadores em gênero, saúde e direitos sexuais e reprodutivos para atuação nos espaços do controle social (VAZQUEZ; SOUZA, 2011). Esse projeto foi citado em diversos documentos da FETAPE, demonstrando ter sido uma experiência importante para o fortalecimento dessa discussão no estado, porém, nenhum dos entrevistados soube falar dessa experiência devido ao fato dela ter ficado sob responsabilidade de outra coordenação – no caso, a Coordenação de Políticas para Mulheres.

Chama a atenção ainda o fato de nenhum dos entrevistados - e tampouco os documentos – mencionarem a participação da FETAPE na construção da “Escuta Itinerante: acesso dos povos do Campo e da Floresta ao SUS” no estado. Esse projeto foi desenvolvido nas cinco regiões do país através de uma parceria entre o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS (DOGES/MS) e a CONTAG, tendo como objetivo a construção de um espaço de escuta qualificada das necessidades e demandas dos usuários do campo e da floresta no SUS além de colaborar com o fortalecimento do controle social e da gestão participativa na saúde.

Segundo os entrevistados, a federação participa das discussões da saúde através dos conselhos e conferências desde o final dos anos 1990, mas somente nos últimos anos esse debate tem sido feito de forma mais qualificada, ainda que restrito a alguns assessores. Segundo João Virgínio da Galiléia, a maior fragilidade da discussão está ainda na base, nos militantes dos sindicatos, mas aponta que a própria diretoria da FETAPE parece ainda não ter incorporado essa discussão:

Então a gente não domina, mas a gente dialoga, debate, aprende...e aprende quando a gente discute juntos CONTAG, FETAPE...os sindicatos ainda têm muita dificuldade, apesar de alguns deles participarem de conselhos, mas vão muito mais no propósito de assinar a ata, para preencher a lista, o assunto eles ainda não dominam. [...] temos dificuldades na base, temos dificuldades aqui na [FETAPE], que o conjunto todo compreenda o tema. Não só de conhecer, mas de dialogar, de debater, de construir. Infelizmente tem isso.

Marinalva Manoel faz uma análise parecida, apontando que o tema não foi devidamente apropriado pelo movimento sindical, estando ainda bastante centrado na CONTAG:

O movimento já discute essa questão da saúde de uns 11, 12, 13 anos pra cá, mas é um tema que ainda não está aprofundado dentro do próprio movimento. Isso é uma coisa que é meio louca e contraditória porque os trabalhadores e trabalhadoras do campo são 100% usuários do SUS. Existe uma política que foi discutida e pensada a partir da realidade do campo que é a Política de Saúde Integral da População do Campo, Floresta e Águas que o próprio Movimento desconhece. A CONTAG conhece, tem uma diretoria de políticas sociais que já discute.

Os entrevistados, porém nos apontaram alguns passos que foram dados pela CONTAG no sentido das federações incorporarem a luta pela saúde de forma mais central, identificando que a participação da CONTAG na presidência do Conselho Nacional de Saúde na última gestão foi decisiva para dar mais centralidade a luta pela saúde por dentro do movimento sindical:

Antigamente era uma coisa que estava assim...aconteciam, a gente sabia da importância, mas a gente precisava brigar pelo crédito, pela reforma agrária, pelas questões dos assentados e essas outras políticas ficavam tangenciadas. Ficavam...”depois a gente vê”, entendeu? [...] [Foi a CONTAG que pautou] muito esse tema, especialmente por conta da história da conferência, porque a Socorro era a presidente [do Conselho Nacional de Saúde] em um assento da CONTAG, então isso foi muito bom, [pois] fez com que esse tema da saúde ficasse mais aprofundado [...] a CONTAG tem sido [mais do que] parceira, a gente tem tido um diálogo muito próximo. A saúde pública agora se apresenta como mais uma frente de luta que o Movimento do campo se agrega, com muito mais força e propriedade do que antes (Marinalva Manoel).

Um desdobramento desse processo foi a mobilização da CONTAG para a participação na 15ª Conferência Nacional de Saúde, em 2015, que envolveu todas as federações e sindicatos para se somar nas discussões das conferências. É interessante notar que apesar de citarem a conferência, tanto nas entrevistas quanto nos documentos, a FETAPE não citou a organização do I Encontro Nacional de

Saúde das Populações do Campo, o que demonstra a centralidade da participação institucionalizada frente às formas autônomas de organização dos movimentos.

Outro dado importante se refere ao fato da FETAPE ter sido o movimento que mais noticiou a construção e aprovação da PNSIPCFA em seus documentos, porém, quando discutia essa temática o fazia de forma superficial, quase sempre reproduzindo as notícias da CONTAG sobre tema, o que só reforça a dependência que a federação tem nesse assunto de sua instância nacional. Nas entrevistas, também ficou clara a ausência de formulação no estado sobre o tema da saúde. As poucas ações que a FETAPE vem realizando - restritas à inclusão do tema da saúde em suas formações - se devem ao fato de alguns representantes terem participado do curso de formação de multiplicadores da PNSIPCFA, o que também explica o motivo da discussão ainda estar centralizada em poucas pessoas.

Da mesma forma que a nível nacional, no estado é o MST que possui uma trajetória mais consolidada na área. A nível estadual, porém as discussões parecem mais pragmáticas, preocupadas com o desenvolvimento de ações mais pontuais, sem se preocupar tanto com o processo de construção de políticas públicas municipais ou estadual.

O MST situou o início da construção da saúde no estado pela mesma via que a nacional, priorizando o cuidado às famílias dos acampamentos e assentamentos que se espalhavam pelo estado no fim dos anos 1990. A militante mais antiga do coletivo estadual de saúde do MST, Maria Bonita, descreve como foi a sua inserção no coletivo de saúde nesse contexto:

quando eu entrei no movimento eu acompanhava o setor de saúde no Sertão e os trabalhos que eram realizados eram a organização das famílias para construção de hortas nas áreas. Aí a gente fazia toda a organização dos grupos, a construção das hortas nas áreas e fazíamos trabalhos com os acampados, os assentados na construção de medicamentos, de sabonetes. Manipulava os fitoterápicos, né? Aí sempre levava pessoas que tinham um entendimento maior de plantas para explicar para eles, como se manipulava cada planta, para que servissem e tudo. Com esse trabalho, viram a necessidade de formar pessoas para fazer esses acompanhamentos nas áreas, aí teve a parceria com a UPE na formação da primeira turma de técnico de enfermagem na qual eu fiz parte em 2002/2003. O trabalho vinha sendo feito antes, mas quando eu entrei no movimento e me inseri mais nas atividades do coletivo de saúde, foi no final de 2001.

Como coloca Maria Bonita, o trabalho com o cuidado do coletivo através das plantas medicinais demonstrou a necessidade de uma maior formação dos militantes na área da saúde, o que levou o MST a realizar uma parceria com a UPE na

elaboração do curso técnico de enfermagem para militantes do movimento. O curso contou com duas turmas, a primeira em 2002 e a segunda em 2004 e foi muito importante para a formação de militantes para o coletivo estadual de saúde, que até hoje militam ou pelo menos atuam na área.

A parceria com a Universidade, apesar de ter continuado em outros projetos, se afrouxou depois de 2007 e o curso não passou da segunda turma. Houveram ainda muitas tentativas de construção de um curso de enfermagem junto a UPE e depois junto a UNIVASF, mas que nunca conseguiram operacionalizar.

Uma das dificuldades apontadas pelas entrevistadas foi que os técnicos formados pela UPE tiveram dificuldades de se inserir nos serviços localizados em áreas rurais, pois eram poucas as USF que cobriam as áreas e os municípios não entendiam a importância de ter os militantes atuando em seus territórios. Muitos acabaram indo para a cidade, trabalhar em hospitais ou mesmo abandonaram a área da saúde pela necessidade de garantir o seu sustento.

Os que continuaram militando no coletivo foram encarregados de acompanhar os residentes e estagiários que passavam nas áreas de assentamento e acampamento. Esse acompanhamento foi muito importante para a formação do coletivo, na medida em que abriu um novo leque de ações que poderiam ser entendidas como de saúde, sem ter um perfil técnico necessariamente:

Isso foi enriquecedor também para a gente. A gente começou a fazer horta junto com eles, a gente ia a cada 15 dias, ia na sexta e passava sexta, sábado e domingo, passava esses 3 dias no acampamento. A gente dormia, almoçava, fazia tudo com eles. Aí a gente começou a fazer a horta desde o preparo da terra, ao plantio, a ficar aguçando e a gente foi dando acompanhamento. Eles começaram a sentir uma valorização do trabalho deles muito boa, que não é só o médico que [produz saúde]...eu posso, da minha forma, do meu jeito, no meu cotidiano, produzir saúde e eu faço isso todo dia (Luísa Mahin).

Porém, nesse processo, os militantes começaram a observar que apenas promover o autocuidado numa perspectiva de 'amenizar a falta do serviço' era insuficiente. E foi a partir desse contato do coletivo com os estudantes, que se viu a necessidade de pensar o acesso à saúde e a formação das equipes para trabalhar com as populações do campo.

Esse processo se desdobrou na construção de um projeto denominado "Terra SUS: Trabalho, Educação e Reforma Agrária no Sistema Único de Saúde", desenvolvido em 2010 em Lagoa Grande, no sertão. O objetivo do curso era a

formação das equipes de Atenção Básica do município para que esses pudessem reconhecer e trabalhar a partir das especificidades das populações do campo. Em parceria com a SES e UNIVASF, o movimento propôs que as equipes do PSF que cobriam as áreas rurais tivessem uma formação específica para compreender a relação entre condição de vida no campo e determinação da saúde. O curso se inspirou na pedagogia da alternância, tendo momentos teóricos e uma vivência nos próprios assentamentos, o que foi muito importante para a sensibilização dos profissionais.

Segundo Luísa Mahin, o projeto surgiu do acúmulo do movimento e da parceria que já tinha com a Universidade, mas também como semente do processo de construção da PNSIPCFA, que apesar de ainda não ter sido homologada, já tinha sido aprovada em 2008:

Já estava sendo discutido a Política de Saúde do Campo, né? Em 2010 já estava no processo quase final, pronto, de ser aprovado porque foi aprovado em 2011. Então já tinha uma sementinha daí, foi proposto pelos movimentos sociais [junto] as universidades porque já tinha essa parceria, né? De sentar junto, de fazer um projeto e aí foi feito esse projeto.

O 'Terra SUS' foi a primeira aproximação do movimento com a formação dos trabalhadores da Atenção Básica no estado. Infelizmente o projeto que era pra ocorrer em três municípios da VIII GERES (Petrolina, Santa Maria e Lagoa Grande) só ocorreu em Lagoa Grande, pelo fato da militante do coletivo de saúde ser do município e acompanhar de perto fazendo pressão para que a gestão realmente realizasse o curso.

Mesmo com as dificuldades de se operacionalizar nos outros municípios, o projeto gerou importantes frutos para a luta dos movimentos do campo na saúde, como a conquista de uma USF dentro de um Assentamento em Lagoa Grande, o que demonstra o quanto uma experiência de formação próxima a base pode ser estratégica para o fortalecimento da luta dos movimentos sociais.

Outra importante ação do coletivo de saúde foi a realização de dois encontros estaduais de agentes comunitários de saúde que atuam em áreas da Reforma Agrária. O primeiro ocorreu em 2004 e o segundo em 2011, ambos com importantes articulações e um rico processo de formação desses profissionais. Apesar da importância desse espaço, muitos gestores não liberaram os profissionais para participar ou não disponibilizaram recursos para o deslocamento, o que dificultou

que mais pessoas se fizessem presentes – o que foi motivo de grande frustração para os organizadores.

Essas articulações a nível estadual eram facilitadas entre 2004 até 2009 pelo fato de existir na Secretaria Estadual de Saúde (SES) uma coordenação específica para atender as populações vulneráveis, que envolviam quilombolas, indígenas e áreas da reforma agrária. Segundo os entrevistados, essa coordenação era bastante inconstante e sofria com a falta de recursos, mas o canal de diálogo com os movimentos propiciou que se conquistassem algumas unidades de saúde nas áreas da Reforma Agrária bem como algumas garantias, como a visita da equipe de saúde da família nas áreas com periodicidade quinzenal.

Apesar de citar alguns avanços, as entrevistadas relataram diversos projetos que foram elaborados mas que não aconteceram por falta de apoio das gestões municipais ou estadual. Mesmo o 'Terra SUS' que chegou a acontecer em uma parceria com a SES, além de ter sido desenvolvido só em um município ele nunca chegou a ser finalizado e o estado nunca garantiu a certificação dos trabalhadores que participaram. Ainda segundo as entrevistadas, a própria secretaria que tratava das populações vulneráveis mudava o tempo todo de quadro técnico até que em 2009 ela foi extinta. Todo esse processo acarretou em um sentimento de frustração frente às reivindicações que dependem do Estado, restringindo as ações a projetos mais pontuais, como comenta Margarida Alves:

A conjuntura muda e influencia muito em um todo, né? Não é fácil. De lá pra cá, a gente continuou com projetos com a Fiocruz, com o Centro Nordestino de [Medicina Popular] com Celerino, coisas muito pontuais porque como o Governo não assume a causa do Campo, da Saúde do Campo, fica muito difícil acompanhar.

Margarida Alves e Maria Bonita apontam que a PNSIPCFA não foi implementada no estado e que grande parte dos municípios não conhece a existência da política e não se interessam por ela, pois não tem recurso próprio. Quando se reúnem com os gestores municipais muitos dizem que a PNSIPCFA não tem nada diferente do que o que a atenção básica já deve fazer, e que por isso não seria necessário realizar nenhuma ação específica para implementá-la:

Quando dizem que conhecem, dizem que isso aí é atenção básica, atenção primária. Então o que tem ali é o que preconiza o Ministério. Então eles dizem que o campo e a cidade tem suas especificidades mas a atenção

básica contempla todas as populações. Então, trabalhar a saúde no campo, na conjuntura que a gente tá hoje, não tá sendo fácil (Margarida Alves).

Apesar da articulação a nível nacional entre os movimentos ter começado em 2003 e estar cada vez mais fortalecida, no estado essa encontra mais dificuldades para sua concretização. Esse fato parece estar relacionado ao menor acúmulo dos movimentos locais na pauta da saúde, perdendo a dimensão estratégica e de construção de um projeto contra-hegemônico que a pauta assumiu nacionalmente. Como colocado anteriormente, é a dimensão da luta política – e não da luta econômico-corporativa – que coloca para os movimentos a necessidade de articulação e construção de um projeto conjunto.

Porém, já foi possível observar alguns sinais de mudança nesse sentido. A nova conjuntura política com todos os seus retrocessos, somada a longa história de frustrações com os governos estaduais em Pernambuco, parece estar demonstrando para as lideranças que o horizonte deve passar pela articulação com outros movimentos, além de um fortalecimento na base.

Essa reorientação para estratégias de articulação ficou clara principalmente nas falas da FETAPE e do MST. Na avaliação do MST o afastamento entre os movimentos é o que tem enfraquecido a discussão da PNSIPCFA a nível de estado:

os outros movimentos nunca se aproximaram da gente. [...] Aí isso enfraquece a pauta da saúde a nível de estado, porque [sem] essa unificação fica sempre o MST pautando sozinho, batendo sozinho. Isso não unifica a luta por saúde no campo em Pernambuco. Então se não tem unificação, para que ter uma política? Só para o MST? Eu acho que eles veem isso. Como é só o MST que briga por essas melhorias no campo, não é viável fazer uma política desse porte só para o MST. Eu faço essa avaliação. A gente tentou várias vezes fazer um comitê a nível de estado com as políticas da equidade, mas não conseguimos (Margarida Alves).

A FETAPE, da mesma forma, reconheceu que uma das fragilidades na sua participação no controle social do estado é o fato de que nenhum outro movimento social do campo participa desse espaço, o que tem enfraquecido e desarticulado a luta das populações do campo pela saúde, por esse ser um espaço importante de articulação.

O MST, por seu lado, alega que um dos entraves à articulação na área da saúde é o fato dos outros movimentos não terem uma organicidade no setor, sendo difícil reconhecer até mesmo quem são as lideranças a frente dessa discussão.

Segundo a avaliação de Margarida Alves isso se deve ao fato dos outros movimentos não priorizarem a pauta da saúde:

a gente não consegue identificar nem qual é o sujeito daquele movimento que coordene ou acompanhe a pauta da saúde. Agora se falar de habitação e produção vem uma enxurrada, mas saúde... saúde para eles não é prioridade.

Frente a esse contexto, Luísa Mahin avalia que uma importante estratégia para o coletivo de saúde do MST seria apoiar os demais movimentos para fortalecer a sua discussão e organização na saúde, pois isso daria condições de que formulassem coletivamente as suas estratégias de como reivindicar as políticas de saúde.

Segundo Elizabeth Teixeira, justamente um dos grandes trunfos da PNSIPCFA foi a aproximação dos movimentos a nível nacional e o estreitamento de suas articulações, o que produziu um novo campo político de luta para além da área da saúde, expresso na união do “campo, floresta e águas”, expressão essa que não existia antes da PNSIPCFA:

essa temática de “população do campo, floresta e águas” é nossa, do Grupo da Terra. E o encontro que teve agora do movimento da luta pela terra se chama de “unitário” de Movimentos Unitários do Campo, Floresta e Águas. E aí na imprensa já ficou “os movimentos do campo e da floresta estão fazendo luta” então quer dizer que está criando um ideário que esses movimentos são articulados para além da saúde, né? Quando eu ouvi eu pensei: “pô, isso é construção nossa, da saúde”, porque ninguém chamava de “campo, floresta e águas”.

O Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas a que Elizabeth Teixeira se referiu, ocorreu em agosto de 2012 em Brasília, tendo sido um importante momento de articulação de diversos movimentos para construção de uma pauta e um horizonte conjunto (ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS, 2012). Em Pernambuco, em novembro do mesmo ano, ocorreu o I Encontro Pernambucano da Unidade Camponesa, em Carpina. Nesse encontro, MST, FETAPE, CPT, entre outros movimentos sociais do estado, reforçaram a importância da construção de unidade na diversidade dos povos camponeses, colocando-se lado a lado na luta contra o mesmo inimigo: o Agronegócio. Na análise dos movimentos presentes nesse importante encontro, só a

união da classe pode dar conta da construção de um projeto contra-hegemônico. Com esse horizonte e estratégia colocados, resta saber como desenvolver essas articulações na luta cotidiana e nas diferentes pautas.

5.3 Relação com o Estado e estratégias de participação

Analisando a PNSIPCFA fica claro que a perspectiva de participação apontada na política é a do controle social institucionalizado. Logo na introdução da Política está colocado que “é fundamental a participação dessas populações nos conselhos de saúde e nas demais instâncias de participação e controle social do SUS, conferindo força política junto aos respectivos gestores e aos responsáveis por sua implementação” (BRASIL, 2013, p. 10). Além disso, um dos objetivos da política é justamente “apoiar a expansão da participação das representações dessas populações nos Conselhos de Saúde estaduais, distrital e municipais e em outros espaços de gestão participativa” (BRASIL, 2013, p. 25).

Mas quando as ações são pensadas, no eixo operativo, a única ação que contempla a questão do controle social se encontra no Eixo 3, referente aos processos de Educação Permanente e Educação Popular, entendendo que é necessário apoiar “o desenvolvimento da educação permanente para o controle social de lideranças sociais do campo e da floresta para o controle social” (BRASIL, 2013, p. 37).

Partindo do pressuposto de que a participação dos movimentos foi decisiva para a construção da Política, podemos concluir que sua implementação também exigirá um protagonismo dos sujeitos do campo, floresta e águas, sendo necessário que se compreenda qual a perspectiva dos movimentos quando tratam das formas de participação junto ao Estado.

Ao longo da pesquisa ficou claro que os movimentos sociais estudados, além de distintas concepções de saúde e de uma compreensão da Saúde do Campo ainda pouco homogênea, possuem análises divergentes sobre as formas de participação na saúde, o que possivelmente tem dificultado que se unifiquem nas suas reivindicações na área da saúde em Pernambuco.

Enquanto a FETAPE tem priorizado os espaços institucionalizados de participação, a CPT não tem apostado nesses como via potente de canalização das demandas das comunidades. Já o MST ao mesmo tempo que defende a importância

de se participar dos espaços institucionalizados, não prioriza essa forma de participação, entendendo que existem outras formas de luta mais efetivas.

Essas divergências entre as formas de participação são produto de divergências também nas concepções de Estado de cada movimento, pois mesmo que os três movimentos partam do pressuposto geral de que o Estado capitalista possui uma natureza de classe, cada movimento tem compreendido diferentemente como transformar esse Estado, o que tem se traduzido em diferentes estratégias para se relacionar com o poder público.

Para a CPT, o Estado é essencialmente capitalista e anti-camponês, o que impõe ao campesinato a tarefa de construir a máxima autonomia possível frente ao Estado. Essa concepção de Estado enquanto espaço das elites e pouco permeável as classes subalternas – próxima de uma visão instrumental do Estado, na conceituação de Poulantzas (2000) – se combina na CPT com uma compreensão do campesinato enquanto classe autônoma, que deve poder reproduzir sua vida de forma completamente independente. A partir dessa concepção, a participação institucional – seja em espaços de controle social ou em disputas eleitorais - é colocada sempre em segundo plano, pois não acreditam na possibilidade de garantir melhorias reais nas condições de vida dos povos do campo através do Estado. Isso não significa que neguem completamente o Estado, mas que o horizonte é a construção de uma vida que possa ser o mais independente possível da ação estatal. Nas palavras de Helder Câmara:

não se pode negar, precisa-se do Estado [...] Precisamos arranhar alguma coisa, a proteção, os direitos, sobretudo a educação, saúde. Mas não confiar em uma luta institucional. Vamos eleger dois vereadores e tá feito, eles vão ajudar... Vão ajudar no que? O povo tem que ser mobilizado, ter sua autonomia, sua liberdade, eu digo sempre isso. Pode trabalhar com a prefeitura, pedir políticas públicas mas devemos trabalhar, nos organizar de forma autônoma como se o Estado não existisse. Claro que existe, e se precisa... mas a nossa opinião aqui é que o camponês é um sujeito autônomo. Quando falamos aqui de camponês, não é o indivíduo, é a família camponesa que tem sua capacidade de reprodução social, de autonomia, que tem seus recursos.

Essa concepção se baseia em experiências de comunidades camponesas latino-americanas que apontam para a possibilidade de uma organização autônoma frente ao Estado e ao mercado, como colocam os entrevistados:

a gente vai beber e tomar como inspiração outras experiências de autonomia camponesa que existe na América Latina, como Chiapas e tantas outras experiências de constituição de processos organizativos mais coletivos que fazem enfrentamentos ao Estado ou que se organizam independente do Estado, né? Muitas experiências na América Latina de camponeses ao longo da história explicitam uma formação de outro Estado, outra forma de organização, outros preceitos, outros pressupostos de organização que não esse do Estado que a gente enxerga aqui. E acabamos nos inspirando muito nessas experiências porque elas apontam, elas consolidaram uma autonomia muito grande do campesinato, uma autonomia que a gente sente muito aqui como um desejo dos camponeses e camponesas. Porque muitas vezes a gente vê o Estado chegando no campesinato para amarrar, para hegemonizar, para deixar as populações totalmente dependentes (Dorothy Stang).

E Helder Câmara complementa:

Tem experiência em outros países onde os camponeses têm seu Banco Campesino. Sua Caixa rural, seu banco, seu crédito. Autonomia completa, política, financeira [...] o camponês é um ser autônomo, senão é um cliente do Estado.

Não nos cabe discutir aqui se o campesinato na atualidade teria essa capacidade de autonomia frente ao Estado e ao mercado, mas é importante ressaltar que a defesa da autonomia do campesinato para a CPT se articula de forma íntima ao horizonte que a pastoral persegue. Esse horizonte compreende a necessidade de uma luta maior pela total transformação da forma de produzir a vida em sociedade, o que não anula a luta por direitos, mas vai muito além dessa:

Não dá pra gente deslegitimar e fingir que o Estado não existe porque a gente precisa da assistência técnica, do posto de saúde para a sobrevivência das famílias, né? Inclusive a gente vai para o Estado para reivindicar esses direitos. Os protestos tem como alvo o próprio Estado muitas vezes. É [preciso] compreender que existe uma luta institucional para conquista de políticas públicas, mas existe uma luta maior, mais ampla que transcende essa luta institucional que é a luta por autonomia mesmo e é essa luta de modelos de sociedade (Dorothy Stang).

Essa compreensão crítica do Estado e da participação institucionalizada faz com que a CPT não priorize a participação nos espaços dos conselhos e conferências. Isso não significa que deslegitimem completamente esses espaços, mas, na visão deles, quem deve participar do controle social não é a CPT e sim as próprias comunidades:

A gente tem contato, a gente recebe convites, participa de um ou outro espaço de formação, mas não participamos diretamente dos conselhos. Algumas equipes, como o agreste, que participa de alguns conselhos -

sobretudo da educação do campo. São mais ou alguns agentes que estão em algumas regiões ou as próprias lideranças das áreas que a CPT acompanha que participam. A gente tem essa compreensão que essas participações nos conselhos devem ser ocupadas pelas próprias comunidades [...] Então quem vai não é a CPT, quem vai são as próprias companheiras assentadas (Dorothy Stang).

Diferentemente da CPT, a FETAPE entende que o Estado, apesar de sua natureza de classe, pode ser transformado pela via institucional. O caminho para transformação da realidade se daria sobretudo pela disputa eleitoral, buscando eleger o máximo de representantes da classe trabalhadora para ocupar os espaços de poder. Essa seria uma condição inclusive para o bom funcionamento dos espaços do controle social, pois segundo Manoel Santos, não basta só participar do conselho se o gestor não for comprometido com a população:

O Movimento Social tem que se pautar na política de eleger candidatos comprometidos com nosso projeto. Esse ano agora foi ano de eleições municipais. [...] nós tivemos 108 candidaturas populares, ligadas ao movimento, oriundas do movimento, que assinaram um termo de compromisso com a educação, com a saúde, com a geração de qualidade de vida. A gente entende que não basta só estar no conselho, precisamos eleger prefeitos, vereadores comprometidos com o nosso projeto. Então já estamos associando a estratégia, [...] não basta só estar ocupando o conselho, mas ocupar os espaços de poder de decisão, com pessoas comprometidas com essa pauta, senão a gente não vence essa disputa de projetos, né? Não é coisa fácil, é um projeto de sociedade que está em disputa.

Segundo os entrevistados, a estratégia prioritária de participação da FETAPE na saúde se dá pela ocupação dos espaços de controle social. Além da Federação possuir assento no Conselho Estadual de Saúde há muitos anos ela se faz presente através dos Sindicatos Rurais em praticamente 100% dos conselhos municipais de saúde de Pernambuco.

Apesar dessa gigantesca capilaridade e da priorização do controle social como estratégia de participação na saúde pelo movimento, as lideranças não tem conseguido vislumbrar a efetividade de sua participação nesses espaços e aparentemente não têm feito um esforço de elaboração sobre o seu papel enquanto conselheiro. As avaliações feitas pelas lideranças é de que o controle social, da forma que está estruturado, não é um espaço de diálogo democrático e sim de disputa política – da pequena política – onde o que impera são as relações clientelistas e personalistas. Como aponta Marinalva Manoel, o conselho:

é um espaço que não avança, é um espaço que a gente vai para dizer que vai. A gente não vai para discutir, porque não se discute. [...] as reuniões do jeito que elas são conformadas, com pautas engessadas, aquilo não faz a gente caminhar para nada e é ilusão achar que está fazendo participação e controle social por meio desse espaço. Do jeito que está não dá.

Porém, ao mesmo tempo que o movimento faz duras críticas aos espaços do controle social, chegando a afirmar que 'do jeito que está não dá', eles tem muita dificuldade em propor estratégias de como modificar essa situação. Por mais que sintam na pele o quanto os conselhos e conferências são espaços insuficientes e restritos, eles não conseguem avançar para a proposição de outras estratégias de participação ou formas de se utilizar estrategicamente desses espaços.

Essa limitação aparece na fala de uma das lideranças que logo após concluir que os conselhos 'não funcionam' afirma que se deve defender esses espaços 'por ser o que a gente tem':

Agora assim, é um espaço que eu vou morrer defendendo, espaços de conselhos, espaços de conferência, porque são os espaços que a gente tem para fazer controle social. É o espaço que a gente tem que garante a participação e o controle (Marinalva Manoel).

Dentro desse contexto, a alternativa que algumas lideranças começam a vislumbrar é a formação de conselheiros para que esses atuem de forma qualificada no espaço. A FETAPE chegou a mencionar algumas iniciativas de formação para conselheiros já realizadas pela gestão, mas identificam que essas são limitadas por serem essencialmente técnicas, sem ir a fundo em uma discussão política, o que só reforça o caráter despolitizado e restrito do espaço.

a gente precisa fazer formação, mas é formação política e não é só para conselheiros. A gente precisa qualificar a sociedade civil como um todo. Hoje eu estou conselheira, mas amanhã pode ser você (Marinalva Manoel).

A defesa de uma ampla formação política, que não seja só para conselheiros, mas para toda a sociedade civil, é um passo fundamental quando se discute o controle social. Porém, essa tarefa não deve se restringir apenas ao controle social em sentido estrito, mas ao verdadeiro 'controle social' que as classes subalternas precisam fazer quando disputam a hegemonia na sociedade civil (CORREIA, 2008). Essa tarefa no entanto não cabe no papel do Estado, pois são os intelectuais orgânicos - os movimentos, sindicatos e partidos políticos - que deveriam realizar o

trabalho de base e de formação política cotidiana junto a sociedade civil, o que não parece ter sido uma prioridade para o movimento nos últimos anos (DURIGUETTO, 2014). Porém, é importante destacar que a FETAPE - mesmo que de forma ainda não homogênea - já compreende que sua participação nos espaços do controle social envolve uma repolitização da sociedade civil, restando a tarefa de formular os meios e estratégias de caminhar na direção desse horizonte.

Já o MST possui uma concepção de Estado um pouco difusa, mas com um horizonte melhor delineado de qual Estado querem construir – o Estado Socialista. Segundo Elizabeth Teixeira, inicialmente o movimento tinha uma concepção de Estado alicerçada no referencial leninista, mas que aos poucos foi se complexificando e amadurecendo.

Severo e Da Ros (2012) também identificaram essa contradição na concepção de Estado do MST, colocando que essa certa imprecisão conceitual tem decorrências para a prática política do movimento junto aos espaços de participação e controle social. Em sua pesquisa, os autores identificaram que parte do Coletivo Nacional de Saúde do MST entendia o Estado como impermeável as classes subalternas, vendo como única saída a derrocada abrupta do Estado, e outra parte que entendia o Estado mais próximo da compreensão gramsciana, e por isso via como estratégica a ocupação dos espaços de participação por dentro do Estado (SEVERO; DA ROS, 2012).

Em nosso estudo não foi possível perceber essa divisão de concepções dentro do setor saúde do movimento, mas observamos que de forma geral a concepção que se tem de Estado é ainda pouco precisa e as vezes ambivalente em relação as formas de participação. Nas falas e documentos ficou claro que a concepção de Estado do movimento parte do pressuposto de que o Estado Capitalista é essencialmente burguês, mas suas estratégias passam pela disputa interna ao Estado, entendendo que sua transformação não se resume a uma derrocada abrupta, como na ‘guerra de movimento’. O Estado precisa ser pressionado pelos movimentos tanto ‘de fora’, nas estratégias de confronto e enfrentamento, mas também seria preciso fazer avançar nas conquistas ‘por dentro’, aprofundando as contradições inerentes desse espaço em permanente disputa.

Os entrevistados afirmaram, porém que essas conquistas ‘por dentro’ - que poderiam ser caracterizadas como de ‘luta reformista’ - não são o objetivo final do movimento. Para o MST, a conquista de um direito ou uma política pública, por mais

avançada que seja, não vai dar conta de resolver os problemas das populações do campo, ou da classe trabalhadora. Essas conquistas são apenas novas brechas para fazer avançar a luta.

O movimento também tem claro que por mais que sejam possíveis algumas conquistas dentro desse Estado, essas não se darão sem a capacidade de pressão e organização das classes subalternas:

se a gente não faz esse processo de luta, que a gente está ali, que a gente tem essa necessidade, que nós enquanto sujeito não buscar, não temos que esperar pelo gestor porque eles não vão fazer (Luísa Mahin).

A partir dessa concepção de Estado, o movimento tem priorizado em suas estratégias o enfrentamento, através de formas de luta como as ocupações de terra e de prédios públicos, acampamentos, marchas, vigílias e manifestações (SEVERO; DA ROS, 2012). Apesar de compreenderem a importância da participação institucionalizada, eles não acreditam que ela seja suficiente para arrancar as conquistas necessárias à classe trabalhadora.

Ainda segundo Severo e Da Ros (2012), o MST tem uma postura vacilante em relação a participação institucionalizada, ora defendendo a importância de ocupar os espaços e ora tratando com descrédito essa forma de participação – o que também foi possível de observar em nosso estudo.

Elizabeth Teixeira, ao tratar desse assunto, ressalta que o movimento não nega os espaços dos conselhos e conferências, porém, a experiência de participação tem sido avaliada negativamente, pois não sentem abertura para fazer as discussões que são essenciais, alegando que o espaço está imerso em práticas clientelistas, sem um mínimo horizonte coletivo.

Quando analisamos a história de participação do movimento no controle social, vemos que no início do setor de saúde do MST era possível observar uma maior priorização desses espaços como forma de garantir conquistas na área da saúde. O primeiro Caderno de Saúde do MST, de 1999, analisou o SUS e o controle social apontando as dificuldades nesses espaços como expressão dos 'setores contrários ao SUS', o que seria solucionado pela participação ativa dos movimentos organizados (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999).

Na Revista de Outubro de 1999, essa concepção está colocada claramente na matéria “Uma alternativa popular para a saúde”, onde se encontra a diretriz de

formar o MST para atuar no controle social. A mesma matéria contém trechos de uma entrevista com Celerino Cariconde, do Centro Nordestino de Medicina Popular, que defende a inclusão do MST no controle social como uma estratégia de 'salvar' o SUS, dando novo fôlego aos mecanismos de participação social institucionalizados (SANTOS, 1999).

No final dos anos 1990, o movimento chegou a tirar como diretriz a participação dos militantes e assentados no controle social, tendo ocupado assento inclusive no Conselho Nacional de Saúde. Porém, com pouco tempo de participação nesses espaços o movimento deixou de priorizar essa estratégia por não ver sua efetividade.

Na análise das entrevistas, percebemos que a atual estratégia do Setor de Saúde do MST tem sido apostar em outras formas de participação, para além do controle social institucionalizado, mesmo reconhecendo que ele tem sua importância:

Nós não apostamos no controle [social] do jeito que está instituído. Eu acho que tem outros espaços de participação que a gente tem que apostar e a gente tem apostado, mas a gente não nega ele. Achemos que é uma estratégia importante (Elizabeth Teixeira).

Elizabeth Teixeira sintetiza as 'outras formas de participação', essas sim eficazes e prioritárias para o movimento, como 'as lutas em si', citando especificamente os grupos de trabalho de construção de políticas (como o Grupo da Terra), além das mobilizações de massa (manifestações, etc):

Eu acho que [a prioridade] são as lutas em si - os movimentos organizativos que tem os grupos de trabalho com as políticas e o próprio enfrentamento que se faz cotidianamente no legislativo, no executivo e na rua - é uma forma de controle [social] e é onde tem sido eficaz [...], não é no conselho. [...] A pauta do conselho se resume muito ao atendimento que faltou na unidade, a fila do hospital... (Elizabeth Teixeira).

A mesma priorização do 'controle social' como participação política para além dos espaços institucionalizados foi encontrada por Severo e Da Ros (2012, p. 180) em seu estudo, que apontaram que 'o controle social' se fazia sobretudo na "luta política fora do âmbito do Estado".

Apesar de concordarmos com a análise do movimento, de que o 'controle social' se faz em espaços que vão muito além dos conselhos e conferências, vemos

com preocupação a pouca elaboração que o movimento tem feito sobre a participação institucionalizada. O próprio Grupo da Terra é uma forma de participação por dentro do Estado e que o movimento entendeu que foi efetiva, definindo-a como uma estratégia prioritária de participação. Qual seriam então os limites e as potencialidades de se participar desses espaços? Como articular a luta por dentro do Estado (em sentido estrito) e na sociedade civil?

O Coletivo estadual também fez uma avaliação negativa sobre os espaços do controle social, mas demonstrou uma elaboração ainda mais superficial sobre formas alternativas de participação na saúde. Segundo Margarida Aves, a participação no controle social é uma diretriz do movimento, porém o coletivo de saúde não tem priorizado a participação nos conselhos por dois motivos distintos: em primeiro lugar, pela não efetividade do espaço e em segundo, pelos militantes do coletivo já estarem sobrecarregados com outras demandas. Apesar de não participar de conselhos, o movimento tem buscado participar das conferências de saúde, chegando inclusive a ir para a etapa nacional:

o MST sempre sugere que a gente esteja [no conselho] porque lá onde são pautadas as coisas, né? Onde são encaminhadas, mas a gente não dá conta de acompanhar os conselhos [...] viver em reunião de conselho eu nem quero nem vou, porque é horrível, eu já participei de muitas reuniões, mas é muito desgastante. É uma briga sem fim entre eles, eu não sei como se chama conselho porque não tem unidade. Agora conferência a gente consegue participar de todas, em todas o MST tem delegados, nos sertões, aqui, na Mata Sul, já tivemos delegados para nacional (Margarida Alves).

Foi possível observar que o movimento no estado realiza outras formas de 'controle social', que vão muito além da participação nos conselhos, principalmente quando conseguem realizar um trabalho de base mais próximo das comunidades:

Apesar de não estar nos conselhos a gente tenta provocar a comunidade, empoderar a comunidade para que eles façam com que os órgãos cumpram seus papéis. Então é um trabalho de formiguinha que a gente tá fazendo no dia-dia com a população que a gente tem trabalhado para que eles entendam como funciona [o Estado]. Em Caruaru por exemplo que a gente tem estado muito frequente lá, em algumas áreas a população já ocupou secretaria, fez atos, para chamar a atenção e pautar aquilo que eles querem, para reivindicar aquilo, então isso eu acho que é mais importante que um conselho (Margarida Alves).

Porem nem sempre o coletivo consegue realizar o trabalho de base junto as comunidades, pelas dificuldades já apontadas. Isso faz com que nos locais onde não

haja formação e mobilização cotidiana junto aos acampados e assentados, a estratégia de participação na saúde fique restrita a algumas reuniões com a gestão, sem real poder de interferência na construção ou gestão das políticas.

A nível de estado, como ainda não existe nenhum espaço formalizado e reconhecido para a construção de políticas, como foi o Grupo da Terra a nível nacional, a participação dos movimentos têm se dado de forma bastante frágil. Geralmente o diálogo é aberto com cada movimento a partir das mobilizações de massa, como o Abril Vermelho do MST ou o Grito da Terra da FETAPE, mas essas negociações tem sido pouco efetivas, segundo os entrevistados.

Manoel Santos da FETAPE esclarece que o diálogo com a gestão tem ocorrido, mas de forma improdutiva, pois os acordos não tem sido efetivados pelo governo estadual, restringindo os pactos a formalidades que nunca se transpõem para realidade:

quando tem discussões de proposições tem sido nas pautas de mobilização de massa, né? [...] a gente fez o Grito da Terra e estivemos dialogando diretamente com a secretaria, mas é um diálogo que fica muito na mesa, no papel, mas você não consegue ter objetivamente algo concreto que foi fruto daquela ação, ainda é muito limitado.

A liderança do MST faz uma crítica similar quando aponta que existe um diálogo com o governo, porém estes não tem se traduzido em ações concretas:

Esse ano a gente se reuniu com o estado duas vezes e as duas vezes que se reuniu as coisas não andaram [...] Sempre que marcamos reunião, eles recebem, mas é uma ou outra pessoa que não tem valor nenhum politicamente para assinar, então eu só gosto de me reunir com quem assina (Margarida Alves).

Essa crítica da 'improdutividade' dos espaços institucionalizados, tanto de negociação direta com a gestão quanto na participação via controle social, nos parece ser reflexo não apenas do aprofundamento da hegemonia da classe dominante, que torna o Estado menos permeável as demandas dos movimentos, mas também um sinal de que os movimentos não tem conseguido produzir novos consensos na sociedade civil.

A ausência de um trabalho de base sistemático combinada - e reforçada - pela esperança nos governos progressistas da última década, produziu uma certa passividade dos movimentos frente ao Estado, que abriu caminho para os setores

dominantes avançarem em seu projeto na primeira oportunidade que conseguiram (IASI, 2014).

Esse quadro é ainda mais grave localmente, pois, diferentemente do nível nacional, onde os movimentos tem fortalecido a sua articulação desde 2003, no estado os movimentos do campo ainda não conseguiram construir espaços comuns para somar forças na área da saúde.

A partir das contribuições de Poulantzas (2000) podemos pensar que a participação das classes subalternas no Estado é um processo contraditório e complexo, pois ao mesmo tempo que o Estado é constituído na luta de classes, e por esse motivo é permeável às reivindicações das classes subalternas, o espaço e o poder político que essas possuem dentro do Estado não está em pé de igualdade com a classe dominante.

Quando os movimentos se relacionam com o Estado numa perspectiva conciliatória, sem um processo de mobilização e conscientização capaz de desequilibrar a hegemonia na relação de forças entre as classes, o Estado 'democrático' responde de forma eficaz aos interesses das classes dominantes: sem negar o diálogo com os movimentos, designa para esse processo representantes com pouco poder real de efetivar qualquer acordo pactuado.

Isso significa que qualquer forma de participação das classes dominadas junto ao Estado deve ser entendida como disputa e não como conciliação, independente de qual governo ou das formas de luta empregadas.

A partir do referencial teórico apresentado, o 'controle social' deve ser entendido como um processo muito maior do que apenas participar dos 'conselhos' e 'conferências', uma vez que implica na disputa pela formação de consensos na sociedade civil em torno de um projeto de classe (CORREIA, 2008; SILVA, L., 2014). A classe que disputa o 'controle social' nesse sentido deve necessariamente ter como estratégia controlar as ações do Estado (em sentido estrito) para que este incorpore seus interesses, mas sobretudo pensar a participação e a mobilização junto sociedade civil. Isso implica que o 'controle social' seja feito a partir de diferentes formas e se utilizando de distintos instrumentos, não somente os institucionalizados.

Poulantzas (2000) nos adverte ainda que o fato das classes populares não terem o domínio dos aparelhos do Estado ou não se fazerem fisicamente presentes em seus espaços, não significa que não interfiram em suas políticas, pois toda ação

dos movimentos na sociedade civil pode desequilibrar as relações de forças e produzir novos consensos sociais. Por esse motivo, participar fisicamente ou não dos espaços estatais deve ser uma decisão tomada com base na estratégia política de cada organização a partir de uma cuidadosa análise da conjuntura, não tendo regra ou caminho certo a ser seguido:

Fazer ou não o jogo do poder, integrar-se ou não ao Estado, depende portanto da estratégia política seguida [...] essa estratégia deve ser fundamentada na autonomia das organizações das massas populares: mas atingir essa autonomia não significa para as organizações sair do terreno estratégico da relação de forças que é o Estado-poder, assim como para outras organizações (sindicais ou qualquer outra) colocar-se fora dos dispositivos de poder correspondentes, como se isso fosse possível (POULANTZAS, 2000, p. 155-156)

Com base nessa análise, Poulantzas (2000) ao discutir a questão da participação das classes dominadas por dentro do Estado, discorda tanto daqueles que se inserem nos espaços estatais a todo custo, correndo o risco de simplesmente reproduzirem e legitimarem a ordem dominante - risco que a FETAPE parece estar correndo - , quanto daqueles que negam a participação nestes espaços sob um pretenso “distanciamento” do poder – postura que a CPT e o MST podem incorrer. Os movimentos que alegam uma postura “libertária” ou completamente autônoma frente ao poder, muitas vezes, agem contra si mesmos ao deixar espaços para o estatismo avançar ainda mais sobre as classes populares.

A partir de Poulantzas (2000), podemos refletir que uma das estratégias mais importantes dos movimentos sociais que pretendem participar dos espaços estatais com o objetivo de construir políticas públicas deveria ser a manutenção de espaços autônomos de organização na base, com cada vez maior capacidade de mobilização social. Só assim a participação pode fazer avançar as conquistas ao mesmo tempo que mantem um horizonte que vai além da política em si mesma. O MST, a CPT e a FETAPE, apesar de suas diferenças, parecem estar indo nessa direção quando reforçam a importância da articulação com os movimentos para além dos espaços institucionalizados e quando colocam na agenda a prioridade do trabalho de base em suas áreas.

A luz dessa perspectiva, refletimos que os movimentos que optarem pela construção de políticas junto ao Estado precisam ter clareza de que não devem participar dos espaços de controle social com o papel que a classe dominante os

reserva, de meros observadores passivos, legitimadores de uma política que já chega definida, onde os conselheiros devem somente apreciar e referendar as propostas e medidas já decididas. Retomando a contribuição de Gramsci, afirmamos que para avançar no processo de participação social numa perspectiva emancipatória é necessário transformar os espaços de controle social do reino da pequena política para mais uma arena - não a única e nem a principal - onde se constrói a grande política. Isso só se faz com intelectuais orgânicos com um horizonte político claro e com profundas relações com as classes subalternas. Passadas as décadas de deslumbre com as possibilidades de uma redemocratização “por cima”, capaz de ‘humanizar’ o Estado capitalista aparando suas arestas e livrando todo o ranço autoritário do regime ditatorial, é preciso encarar que Estado é esse que temos hoje no Brasil, e traçar uma estratégia coerente e de longo prazo que oriente as ações dos movimentos junto as classes dominadas e frente ao Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Por isso, os movimentos que pretendem participar dos espaços institucionalizados devem ter como objetivo, não somente alterar a correlação de forças com a disputa eleitoral, mas sobretudo construir uma nova hegemonia capaz de transformar todo o aparato estatal – o que não será possível sem a luta política para superação desse modo de produção.

5.4 Os próximos passos na luta: perspectivas dos movimentos e suas contribuições para a área da saúde

Quando perguntados sobre os desafios e próximos passos na luta pela Saúde do Campo todos os movimentos foram enfáticos em afirmar que a luta não passa apenas pela implementação da PNSIPCFA ou de qualquer política pública. Os movimentos demonstraram clareza que a luta por uma política, por mais avançada que seja, não é suficiente para realmente modificar as condições de vida das classes subalternas, sendo necessário que todas as lutas façam avançar no rumo da transformação do modelo de sociedade.

Nessa nova conjuntura, de recrudescimento das ações contra as classes subalternas e fortalecimento da hegemonia da classe dominante, os movimentos identificam que o horizonte imediato deve ser o de fortalecer os trabalhos de base, através da formação e da construção de uma consciência de classe. Por isso, a luta

pela implementação da PNSIPCFA, ou de qualquer luta política, deve passar primeiramente pelo fortalecimento na base e pela construção de um horizonte comum a todos os movimentos, horizonte esse que deve ter a forma de um projeto de sociedade que articule todas as lutas:

[É preciso] fazer aquilo que a gente sempre fez, que parece que nesses 13 anos de PT no poder a gente ficou meio 'tranquilo'. Que é fazer fortalecimento de base, entende? Ou a gente volta para a base e para o debate político, inclusive de qualificar a fala da gente, de compreender a dimensão do direito, de a gente tá discutindo que política, que desenvolvimento [...] ou a gente não vai ter alternativa. [...] se a gente perde o norte do que a gente está querendo, do projeto político de país e de sociedade, se a gente perde isso, acabou (Marinalva Manoel).

E os movimentos entendem que esse fortalecimento do projeto coletivo e da construção do trabalho de base se dá sobretudo pela ampliação e aprofundamento dos processos de formação junto às comunidade, buscando sempre expandir as ações para incluir outros setores da sociedade civil, no rumo de um projeto de classe, como coloca Manuel Santos da FETAPE:

[É preciso] não só intensificar a ação de massa porque por si só ela pode gerar um desgaste futuro, mas ampliar a conscientização de classe. Tentar trazer o professor para esse debate, o advogado, o comerciante, feirante, o vigilante, o segurança, o pai de família, para dentro desse debate e a gente puder desencadear de fato uma disputa de projeto. Eu acho que esse é o grande desafio.

Para a CPT, a construção desse projeto implica em um reconhecimento das contribuições que os povos tradicionais e todos os povos do campo trazem para a sociedade, pois como nos disse Helder Câmara são os conhecimentos das comunidades tradicionais que salvarão o planeta: “parece que elas são o atraso mas são o futuro”.

Essa compreensão está assentada no fato de que são essas comunidades que carregam em sua essência um outro modelo de viver nesse mundo, modelo esse que precisa ser levado em conta na construção do projeto que os movimentos elaborarão para orientar suas lutas na superação dessa ordem social:

[as comunidades tradicionais] carregam em sua essência um modelo totalmente diferente desse que a gente vive que é o modelo da destruição, da exploração, da violência, da exploração dos bens naturais, da exploração do homem sobre o homem, do homem sobre a mulher [...] Essa relação de cuidado com a Pachamama, com a mãe terra, ela aponta que as

comunidades tradicionais que estabelecem uma relação de total integração, de cuidado, elas são as comunidades que apontam [o horizonte] né? Mais do que a CPT apontar, a CPT acredita que essas comunidades apontam um novo – que não é novo, que é muito antigo - modo, de estar na terra, de se relacionar uns com os outros. Desse cuidado com a vida. Isso implica na transformação de muitas coisas, desde a forma que a gente se alimenta, da maneira como nos apropriamos de bens naturais, de transformações sociais, das relações de trabalho, enfim tudo isso que a gente considera como doença na nossa sociedade de hoje (Dorothy Stang).

Fontes e Miranda (2014, p. 313-314) também reforçam esse ponto de vista ao tratar das contribuições dos povos do campo, floresta e águas para a construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico:

Já há inúmeros estudos para demonstrar a existência de práticas e de conhecimentos – “saberes” – próprios, ligados a uma outra relação social que envolve lidar com a natureza de maneira diferente desta, predatória, característica do capital. Não são apenas seres humanos (e outros seres vivos) e os conhecimentos que conservaram que desaparecem. Uma grande parcela de nossa própria humanização e das possibilidades de emancipação se esvai. Há uma permanente tendência da vida social sob o capitalismo a apagar, a borrar da história um aprendizado fundamental, o das lutas que enfrentam de múltiplas maneiras a fronteira de expansão do capital. O extermínio de culturas, sociedades e mesmo de grupos sociais é uma maneira de capturar-nos unicamente para as experiências vividas sob o capitalismo, apagando todas as demais formas que nos mostram que existiram, existem e, por isso mesmo, precisam seguir existindo. Outras formas de viver e de ser para além do capital.

Para o MST, esse horizonte que articula conhecimentos tradicionais com integração e preservação do meio ambiente à luta política por outro modelo de sociedade, é o que fundamenta tanto a Agroecologia quanto a Saúde do Campo.

Segundo os entrevistados somente os processos formativos vinculados as lutas cotidianas pode fazer avançar esse horizonte dentro dos movimentos e junto a sociedade civil. Por isso, defendem que para consolidar a construção da Saúde do Campo é preciso fazer o investimento em diversos tipos de formação, pois só assim será possível repensar o modelo de atenção e as práticas de saúde, bem como consolidar um novo consenso social sobre a forma de viver e organizar a vida.

Elizabeth Teixeira aponta como estratégicas nesse sentido a continuidade das experiências pioneiras já iniciadas, como o Curso Técnico em Meio Ambiente, a Residência de Saúde do Campo e o Mestrado em Movimentos Sociais, mas também aponta para a necessidade de criar outras experiências como essas que sejam capazes de capilarizar essas discussões em todo território nacional. Elizabeth

Teixeira aponta ainda a necessidade de se expandir os processos de pesquisa na área da Saúde do Campo, dando mais subsídios teóricos a essa discussão e aumentando a visibilidade desse debate que os movimentos vem fazendo na sociedade.

Vemos ainda que, apesar de insuficientemente elaborado por todos os movimentos, esses trazem uma contribuição fundamental para a área da saúde que é a rediscussão do modelo do controle social do SUS. O fato de todos os movimentos avaliarem esses espaços como negativos e insuficientes é um sinal de que, até mesmo para os movimentos organizados e combativos, participar de conselhos e conferências não tem sido uma estratégia efetiva para a consolidação do SUS e do direito à saúde.

Isso não significa que se deve abandonar esses espaços ou aceitar que eles não funcionam e por isso podem ser extintos - o que seria bastante conveniente para a classe dominante. Fazer a crítica ao controle social da forma que está estruturado deve vir combinada de uma profunda elaboração dos movimentos sobre outras formas de fazer o 'controle social' de classe, capaz de radicalizar a participação e construir a disputa de hegemonia na sociedade civil.

Pensar a participação social não deve ser uma tarefa de apenas ocupar, ou de como ocupar, os espaços já instituídos, mas pensar também em possíveis alternativas e novos formatos ao controle social. Alegar que o cerne de todos os problemas do controle social se encontram enraizados na cultura política hierárquica e clientelista do país pode gerar certo conformismo e tirar do foco a verdadeira preocupação que precisamos ter quando discutimos a participação nesse contexto: a construção de uma contra-hegemonia. A nosso ver, o seguinte questionamento deve orientar nossa reflexão: como criar mecanismos participatórios que realmente deem protagonismo às classes subalternas na tarefa de superar esse modo de produção?

Como já foi colocado anteriormente, somente a participação institucionalizada não dará conta desse processo: é necessário que toda forma de participação esteja enraizada num trabalho de base cotidiano e permanente junto as classes subalternas. Porém, além desse direcionamento podemos também nos perguntar de que forma o controle social institucionalizado poderia se organizar para que as classes subalternas utilizassem desse espaço de forma mais efetiva.

O estudo parece nos apontar que uma dessas possíveis estratégias de fortalecimento da participação passa pela revisão do formato dos conselhos, que atualmente são segmentados por setores: conselho de saúde, de educação, de juventude, etc... Esse formato além de sobrecarregar os movimentos que precisam dar conta de acompanhar diversos espaços ao mesmo tempo, faz com que a própria gestão não dialogue e articule as políticas intersetorialmente. O fato da saúde ser necessariamente intersetorial poderia ser um disparador para se pensar a participação da sociedade civil a partir das necessidades dos territórios e das populações, independente de qual setor ou política corresponde ao assunto. Se seria possível operacionalizar uma proposta como essa de integração da participação – ao menos em nível local – de todas os setores em um mesmo espaço, não sabemos, mas os movimentos do campo parecem apontar para essa necessidade de criar estratégias novas e mais amplas de participação.

Outro ponto central trazido pelos movimentos em sua luta é a necessidade de retomar uma teoria crítica e capaz de orientar a construção de um projeto contra-hegemônico, que na saúde está condensada na teoria da determinação social. Os movimentos, quando propõe uma política baseada na determinação social e na intersetorialidade, trazem essa necessidade de superar as limitações do Estado Capitalista, apontando outro horizonte de funcionamento do poder público e de organização social.

Esse desafio, no entanto, não se supera sozinho, com apenas um movimento, por maior que ele seja. A construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico que vise não apenas ocupar o Estado, mas transformar radicalmente suas estruturas, exige primeiramente que se construa uma aliança de classe, solidamente ancorada na base e no avanço da consciência das classes subalternas.

As reflexões de Fontes e Miranda (2014) também caminham nesse sentido quando colocam que um dos maiores desafios do contexto atual está justamente na formulação de caminhos teóricos que unifiquem os diversos movimentos sociais, tanto do campo como da cidade. Os autores ainda enfatizam que o caminho para delinear estratégias capazes de dar unidade e perenidade à luta dos movimentos em suas diversas dimensões, exige primeiramente que se retome a perspectiva da totalidade social. Sem compreender que todos os problema sociais que afligem os mais diversos povos do campo, da floresta, das águas e *das cidades* são fruto de um mesmo sistema, será difícil avançar na construção desse projeto unitário:

é urgentíssimo compreendermos que existe uma *dinâmica social totalitária*, que engloba a maior parte dos aspectos de nossa vida, ditada pelas exigências de reprodução do capital e divulgada como se fosse “natural”. Ela é totalitária não apenas por romper nossa relação imediata com a produção da existência, não apenas por necessitar incessante e crescentemente valorizar massas crescentes de valor por meio da extorsão do sobretrabalho, não apenas por alterar nossas condições de vida de maneira violenta e permanente. Ela é totalitária por se capilarizar e atingir todos os poros de nosso tempo e de nossas vidas em todos os continentes [...] É totalitária também por nos impingir enormes sofrimentos para, em seguida, lucrar com a venda de paliativos. Ela é totalitária ademais por nos fazer crer que é necessária, inescapável e correspondente a uma qualquer “natureza humana”, esvaziando a humanidade de sua diversidade, de sua historicidade, de suas possibilidades e de suas condições de luta (FONTES, MIRANDA, 2014, p. 311).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de síntese, podemos concluir que a aproximação dos movimentos sociais do campo com a saúde é feita a partir de diferentes caminhos, mas com alguns pontos de partida e chegada em comuns.

Observamos que foram traçados três caminhos principais de aproximação dos movimentos do campo com a pauta da saúde, tanto nacionalmente quanto no estado: 1) a saúde enquanto uma demanda assistencial, que inicialmente deveria ser suprida pelo próprio movimento; 2) a saúde como direito, que deve ser reivindicada ao Estado; e 3) a saúde como elemento estratégico na disputa pela reorientação do modelo produtivo no campo, tendo o debate dos agrotóxicos e dos transgênicos centralidade na disputa com o agronegócio.

Atualmente todas essas discussões foram se aprimorando e se entrelaçando na construção do que os movimentos entendem por Saúde do Campo, o que tem produzido alguns desdobramentos nesses caminhos.

A primeira dimensão tem sido ampliada deixando de ser apenas uma 'assistência' prestada pelo movimento para se traduzir no debate acerca do modelo assistencial que os serviços deveriam construir no contexto do campo, respeitando os conhecimentos populares e o modo de vida e de produção dessas populações.

O segundo elemento tem deixado de ser só uma reivindicação de acesso aos serviços de saúde para se transformar na luta pela Saúde do Campo e em defesa do SUS, abarcando a importância de se retomar o conceito ampliado de saúde, a luta pelo financiamento estatal do sistema, a necessidade de construir políticas intersetoriais e de se pensar em novas formas de participação para além dos espaços de controle social institucionalizados.

Já a terceira via, tem se fortalecido cada vez mais, sendo o elemento que mais facilmente tem sido incorporado pelos movimentos para além do setor ou pessoas responsáveis pela saúde. A discussão da saúde vinculada a reorientação do modelo produtivo tem ganhado força principalmente com o crescimento da Agroecologia e a organização da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, espaço que vem se configurando como um importante instrumento de articulação dos movimentos nessa discussão.

Observamos, porém que os movimentos estudados possuem processos distintos nessa construção. O MST e a FETAPE aparentemente tiveram um caminho

parecido, inicialmente priorizando a primeira dimensão e aos poucos incorporando a dimensão do direito à saúde. Porém, foi possível observar nuances nesse processo. A FETAPE e o Movimento Sindical Rural de uma forma geral, tem priorizado a dimensão do direito, tendo porém menos aprofundamento na discussão do modelo de atenção à saúde e na questão do modelo produtivo, enquanto o MST parece estar combinando todas essas discussões quando propõe a Saúde do Campo.

Já a CPT em sua trajetória, sempre priorizou a terceira dimensão, não tendo enfatizado as discussões do modelo de atenção e da saúde enquanto direito. A CPT no Brasil é um dos movimentos pioneiros no combate aos agrotóxicos e na defesa da agroecologia, sempre se aproximando do debate da saúde nessa perspectiva da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Por isso, quando se aproxima da discussão da Saúde do Campo, tanto nacionalmente quanto no estado, parece priorizar a discussão nesse âmbito mais macro, não tendo desenvolvido em Pernambuco ações que pautassem a saúde de forma específica.

No âmbito das estratégias de participação na saúde, também pudemos observar essas diferenças e divergências de estratégias e concepções. Enquanto a CPT defende a construção de uma autonomia e independência dos movimentos frente ao Estado, não priorizando nenhuma forma de luta institucional, a FETAPE acredita na possibilidade de uma transformação do Estado pela disputa eleitoral, tendo o controle social como principal estratégia de participação na saúde. Já o MST parece combinar duas posições: ao mesmo tempo que defendem a importância de uma estratégia de enfrentamento ao Estado, assumem também que o diálogo institucional pode garantir alguns avanços táticos.

Mesmo com essas diferenças de concepção, esse ponto da participação junto ao Estado nos pareceu ser para todos os movimentos o de maior fragilidade em suas formulações. Apesar dos três movimentos apontarem a insuficiência do controle social da forma como foi instituído, ainda não conseguem apontar claramente os caminhos que podem ser construídos para a superação desses problemas. Entendemos, porém, que o fato de três movimentos organizados e combativos como esses não verem a efetividade de participar de espaços como os conselhos e conferências é um indício suficiente de que esse espaço precisa urgentemente de uma profunda reflexão e recriação. Abrir canais de diálogo junto aos movimentos para repensar os caminhos da participação social na saúde nos

parece uma medida necessária para caminhar no sentido da radicalização do princípio da participação no SUS.

Observamos também que apesar de muitas semelhanças, os caminhos e concepções dos movimentos a nível nacional e estadual possuem diferenças que vão para além do aspecto da especificidade do território. Ficou nítido que existe uma certa hierarquização e centralização nas estruturas organizativas dos movimentos, o que faz com que grande parte dos debates só se acumulem a nível nacional, sendo o local muitas vezes apenas espaço de reprodução de diretrizes e projetos construídos na direção dos movimentos. Esse tipo de funcionamento fragiliza a construção das políticas de saúde em nível local pois dificulta que se construam processos a partir da base. Essa centralização dos movimentos, combinada ao afastamento do trabalho de base nas últimas décadas, gerou um processo de fragmentação e fragilização da organização popular, muito difícil de superar no curto prazo. A construção da PNSIPCFA é um bom exemplo disso. Apesar dos movimentos terem empreendido esforços em construir a política de forma participativa e em diálogo com a base, essa se deu 'por cima', a partir de um processo de negociação e diálogo com a gestão federal, sem conseguir envolver de fato os movimentos na base.

É importante destacar, porém que esse é um reflexo tanto da institucionalização dos movimentos quanto da histórica centralização do sistema de saúde, que mesmo depois de três décadas do nascimento de um sistema único, descentralizado e municipalizado, ainda tem no nível central o grande espaço formulador de políticas.

Apesar das fragilidades apontadas, vemos que os movimentos do campo estudados possuem valiosas contribuições para a área da saúde. A aproximação dos movimentos com o campo da Saúde Coletiva pode ser fundamental não somente por construir políticas orientadas pela equidade e pela garantia do direito à saúde de populações até então invisibilizadas pelo poder público, mas principalmente por trazer a tona debates que foram esquecidos pela grande maioria do movimento sanitário pós conquista do SUS.

Um deles é a centralidade da determinação social da saúde. O debate que os movimentos vem fazendo de entender a saúde de forma intrínseca a discussão do modelo de desenvolvimento e do modo de produção é fundamental para resgatarmos um horizonte estratégico para todos aqueles que acreditam de fato na

consolidação dos princípios do SUS, retomando um horizonte estratégico nas lutas pela saúde aliadas a construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico.

Relacionado a esse primeiro aspecto, está também o desafio de se construir políticas intersetoriais, pois não é possível compreender a saúde de forma ampliada e determinada socialmente, pensando apenas em políticas fragmentadas por setores. Os movimentos em seus documentos e em suas falas fazem essa articulação com uma naturalidade impressionante, tratando de todos os assuntos de forma interligada e sem qualquer fronteira. Diversas vezes nas entrevistas estávamos falando de uma política de saúde e de repente o entrevistado trazia exemplos de ações na educação, na cultura, sobre o modelo produtivo e a geração de renda, sem conseguir estabelecer a separação entre os temas. Algo que trabalhadores e gestores públicos tem muito a aprender!

Vemos que a diversidade das contribuições dos movimentos à discussão da saúde são fundamentais na construção desse amplo campo de disputas que se denomina Saúde do Campo. Porém, mesmo não sendo possível e nem saudável eliminar essas diferenças, para que se avance nessa construção, as pequenas divergências e diferenças organizativas, precisam ser superadas pela construção do projeto coletivo maior. É o horizonte comum da Saúde do Campo, em sua dimensão política e de classe, que precisa ser o 'sul' da atuação dos movimentos, sempre a impulsionar essa construção adiante e numa mesma marcha.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out./dez. 2014.
- ALBUQUERQUE, P. C. de. **Planejamento e participação popular em saúde: o caso de Duque de Caxias**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1994.
- AQUINO, R. S.; MENDES, F. R.; BOUCINHAS, A. D. **Pernambuco em chamas: revolta e revoluções em Pernambuco**. Recife: Massangana, 2014.
- ARCARY, V. Duas teses sobre a situação internacional. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 33-49.
- BARBOSA JUNIOR, S. A. et al. "O Jeca não é assim, ele está assim!": apontamentos sobre a história das políticas de saúde no meio rural do Brasil. **Revista de Ciência Veterinária e Saúde Pública**, Umuarama, v. 2, n. 2, p. 107-121, 2015.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde e Ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.071, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3071_27_12_2012.html>. Acesso em: 5 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 set. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 31 dez. 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BRAGA, J. C. S.; PAULA, S. G. de. **Saúde e Previdência: estudos de política social**. São Paulo: CEBES: HUCITEC, 1981.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 31, supl. 1, p. 13-27, 2013.

CARNEIRO, F. F. **A saúde no campo**: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de “bóias frias” em Unaí, Minas Gerais. 2007. Tese (Doutorado) - Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARNEIRO, F. F. et al. Teias de um Observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. **Tempus**: actas de saúde coletiva, Brasília, v. 8, n. 2, p. 275-293, jun. 2014.

CARNEIRO, F. F.; BÚRIGO, A. C.; DIAS, A. P. Saúde no campo. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 693-699.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. A questão democrática na área da saúde. **Saúde em Debate**, São Paulo, n. 9, p. 11-13, jan./mar. 1980. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/10/Cebes_Sa%C3%BAde-e-Democracia.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986. **Relatório...** Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

CORREIA, M. V. C. Controle social. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 104-110.

CÔRTEZ, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 18-49, 2002.

COUTINHO, C. N. Introdução. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 13-39.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p.193-219.

COUTINHO, C. N. O partido como “intelectual coletivo”. In: _____. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. p. 167-180.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Terra, água e paz**: viver é um direito. Goiânia: Loyola, 1992. (Caderno de Conflitos).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/historico>>. Acesso em: 14 mar. 2017a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Organização**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/organizacao-e-coordenacao>>. Acesso em: 14 mar. 2017b.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II. **A comissão pastoral da terra**. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/index.php/quem-somos/comissao-pastoral-da-terra>>. Acesso em: 14 mar. 2017a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/index.php/quem-somos/historico-da-cpt-nordeste>>. Acesso em: 14 mar. 2017b.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (Brasil). **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**: através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar. Brasília, 1999.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R. de; SILVA, K. N. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2009.

ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA, 2., 2014, Brasília. **Relatório...** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS, 1., 2015, Brasília, DF. **Manifesto de saúde das populações do campo, da floresta e das águas**: “Cuidar, promover, preservar: a saúde se conquista com luta popular!”. Brasília, 2015. Disponível em: <http://issuu.com/comunicacaompa/docs/manifesto_de_sa__de_das_popula____e>. Acesso em: 5 abr. 2017.

ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS, 1., 2012, Brasília, DF. **Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas**: por terra, território e dignidade! Brasília, 2012. Disponível em: <<https://encontrounitario.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SCOREL, S.; TEIXEIRA, L. A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012. p. 279-321.

FALLEIROS, I.; CASTRO, V.; FONTES, V. Ciência e método de trabalho científico – Marx e o marxismo. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. de F. (Org.). **Caminhos para Análise das Políticas de Saúde**. Rio de Janeiro: ENSP: EPSJV: FAPERJ:

IMS, 2011. p. 93-110.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.fetape.org.br/institucional.php>>. Acesso em: 14 mar. 2017a.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **História e luta**. Disponível em: <<http://www.fetape.org.br/historia.php>>. Acesso em: 14 mar. 2017b.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Estrutura da FETAPE**. Disponível em: <<http://www.fetape.org.br/estrutura.php>>. Acesso em: 14 mar. 2017c.

FERNANDES, E. N. S. Formação agrária brasileira e a luta dos movimentos sociais no campo. In: VERAS, E. C.; AMARAL, M. V. B. (Org.) **Capital x trabalho no campo**: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 9-53.

FERNANDES, B. M. Questão agrária conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-237.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, M. J. M.; RIGOTTO, R. M. Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4103-4111, out. 2014.

FERREIRA, R. **O que são terras devolutas**. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>> . Acesso em: 20 mar. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTES, V.; MIRANDA, A. C. de. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. **Tempus**: actas de saúde coletiva, Brasília, v. 8, n. 2, p. 305-316, jun. 2014.

FRANK, A. G. A Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária**: o debate na esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 35-100.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p.107-126, 2011.

GOHN, M. G. M. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

GRAMSCI, A. Estado e sociedade civil. In: COUTINHO, C.N. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 267-289.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, M. C. R. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Revista Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 18-37, 2011.

GUIMARÃES, M. C. R.; GUERRA, E. C. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 63-71, jan./jun. 2013.

IASI, M. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015. p. 50-67.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHER, R. et al. Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. **OSAL**, Buenos Aires, ano 11, n. 28, p. 49-69, nov. 2010.

LEHER, R. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos 'novos' movimentos sociais na educação. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **La Ciudadania Negada**: Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 145-176.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 81-87.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

MACHADO, R. C. V. **MST**: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

MARINI, R. M. Crítica à A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária**: o debate na esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 101-106.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATIELO, E. **Dialogando sobre educação em saúde e ética a partir da experiência do curso técnico em saúde comunitária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MILITÃO, M. S. R. Formação política e movimentos sociais: uma perspectiva gramsciana. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 617-641, jul./dez. 2014.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 14 mar. 2017a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 14 mar. 2017b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa produção**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em: 14 mar. 2017c.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Coletivo Nacional de Saúde. **Lutar por saúde é lutar por vida**. Brasília, 1999. (Caderno de Saúde, n.1).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Coletivo Nacional de Saúde. **Construindo o Conceito de Saúde do MST**. [S.l.], 2000. (Caderno de Saúde, n.5).

MUNHOZ, D. E. N. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-40, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A atualidade das ideias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

NEVES, L. M. W. **Pedagogia da Hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, J. Reformas e reformismo: “democracia progressiva” e políticas sociais (ou “Para uma teoria política da Reforma Sanitária”). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 360-387, out./dez. 1987.

PEREIRA, V. O. de M. et al. Projeto “Formação de Lideranças para a Gestão Participativa da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta”. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE E AMBIENTE, 2., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2014. p. 1-3. Disponível em: <http://www.sibsa.com.br/resources/anais/4/1403908162_ARQUIVO_Resumo-SIBSA_2_.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2017.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.

RIGOTTO, R. M.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 88-96.

RÜCKERT, B. **As práticas de saúde no MST do vale do rio doce, MG**: normas e valores na atividade. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SANTOS, S. A. dos. Uma alternativa popular para a saúde. **Revista Sem Terra**, São Paulo, ano 2, n. 9, p. 42-45, out./dez. 1999.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERO, D. O. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o controle social do SUS**: concepção do Coletivo Nacional de Saúde. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SEVERO, D.; DA ROS, M. A. A Participação no Controle Social do SUS: concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, supl.1, p.177-184, 2012.

SILVA, L. B. da. **Contradições do controle social na realidade brasileira**: o caso do Programa Bolsa Família. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, F. C. C. M. **Saúde das populações do campo, da floresta e das águas: luta, conquista e direito.** 2016. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

SIMIONATTO, I. et al. Estado, sociedade civil e lutas sociais: uma análise gramsciana do Brasil no período de 2003-2010. In: DIPROSUL, 2011, Pelotas, RS. **Anais...** Pelotas: UCPEL, 2011. p. 1-19.

SOARES, R. A. S. **Caracterização da população do campo, floresta e águas: quem são, como vivem e de quê adoecem.** Brasília: UnB, 2014.

SOUZA, M. do S. **Questão agrária e direito à saúde: o lugar da saúde no projeto político do Movimento Sindical de Trabalhadores(as) Rurais.** 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 19-38.

STEDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária: o debate na esquerda.** São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 17-33.

STEDILE, J. P. Questão agrária. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012b. p. 641-646.

VAZQUEZ, P. S.; SOUZA, M. do S. **Controle social e mobilização pelo direito à saúde das populações do campo e floresta.** Brasília: Contag, 2011.

Apêndice A - Quadro-síntese dos documentos analisados

MST		
1. Concepção de Saúde/Saúde do Campo		
Data	Título	Tema abordado
Jornal Mai/ Jun 1998 n. 179	<i>Regional Amazônica define ações na área da saúde</i>	Nota do MST-MA sobre o 3º encontro da regional amazônica onde se encaminhou trabalhos na área de saúde preventiva em todos os assentamentos e acampamentos. O assessor do encontro, frei Klauss Fincan, falou da importância de um novo conceito na saúde que priorize a qualidade de vida e combine os saberes científicos com os populares.
Caderno Saúde Abril 1999 / nº 1	<i>Lutar por saúde é lutar pela vida</i>	O movimento apresenta a construção do setor saúde, destacando o seu papel na luta pela garantia do direito a saúde. Falam do SUS de forma introdutória (histórico, princípios, legislação) e também do controle social. Concluem com a necessidade de lutar pelo SUS e apresentam os princípios de saúde do MST.
Revista Out/Nov/ 1999	<i>Uma alternativa popular par a saúde</i>	Matéria sobre surgimento e a construção do setor saúde do movimento, destacando as ações que estão sendo desenvolvidas. Apresenta ainda trechos de uma entrevista com Celerino Cariconde onde esse avalia a aproximação do MST com a saúde como estratégica para a luta pelo SUS. Celerino destaca que o caminho dessa aproximação se dá com a retomada as práticas tradicionais de saúde e com a formação do movimento para o controle social.
Caderno Saúde Nov/ 1999/ nº 2	<i>Programa Terra e Saúde: das plantas construindo uma nova saúde</i>	O Caderno apresenta a construção do Programa “Terra e Saúde” que visa solucionar os problemas básicos de saúde das áreas através do resgate das práticas populares de saúde, objetivando que se reaprenda a cuidar da saúde sem depender da indústria médica e farmacêutica. O programa propunha a construção de complexos agrofarmacêuticos, constituído de Horta e Laboratório de Fitoterápicos, nos assentamentos, visando o cuidado à saúde e o fortalecimento comunitário.
Jornal Ago 2000 n. 203	<i>A saúde no congresso</i>	Um das partes da matéria sobre o 4º congresso do MST, abordou especificamente o trabalho da equipe de saúde que atendeu os delegados com ervas, massagem, argila entre outras práticas integrativas. O trabalho multidisciplinar foi resolutivo e acolhedor, sendo bem avaliado pelos presentes.
Caderno Saúde Dez/ 2000/ nº 5	<i>Construindo o conceito de saúde do MST</i>	O Caderno nº 5 apresenta as discussões do primeiro de forma expandida e ilustrada. Três temas são abordados centralmente: 1) concepção de saúde do movimento; 2) orientações sobre práticas de saúde no dia-a-dia; e 3) o que é o SUS. Retomam a determinação social da saúde e a necessidade de se organizar para transformar a realidade, destacando a participação no controle social.
Notícia 20/07/2006	<i>Saúde significa realizar a reforma</i>	A notícia traz a entrevista com uma integrante do setor de saúde do MST, que fala do conceito de saúde do movimento a partir da determinação social e da necessidade de mudar o modelo de produção. Coloca que é necessário retomar o SUS como

	<i>agrária</i>	bandeira de luta do povo, pois o Estado – que está a serviço do capital – não colocará em prática o que está na lei. Fala ainda das diversas experiências de formação que o movimento vem fazendo na área da saúde e conclui com a importância da organicidade do setor saúde no movimento.
Jornal Nov/ Dez/ 2007 n. 278	<i>Médicos Sem Terra rompem com lógica elitista</i>	Matéria sobre a atuação dos médicos do MST formados pela ELAM e que agora atuam em comunidades até então excluídas da assistência a saúde (incluindo áreas de assentamentos). Defendem o modelo da medicina humanista de Cuba e criticam a medicina elitista, apresentando as dificuldades para a regularização dos diplomas no Brasil.
Jornal Mar/ 2010 n. 301	<i>Saúde e agroecologia em assentamento no Pará</i>	Notícia relata a experiência de produção agroecológica em assentamento do Pará, apontando a importância dos princípios da agroecologia para efetivar o conceito de saúde do MST. Como exemplos coloca o trabalho humanizado e em equilíbrio com a natureza e a produção de alimentos saudáveis.
Jornal Out/ 2010 n. 307	<i>Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime</i>	Entrevista com representante do Setor Nacional de Saúde traz retrospectiva da saúde no movimento, reafirmando a defesa do SUS e a importância da construção da PNSIPCFA. Defende a estratégia de luta integrada com outros movimentos e com horizonte de superação da sociedade capitalista, aliando a luta por saúde com outras lutas. Coloca a participação e organização como determinante de saúde e apresenta as ações de saúde que o movimento vem desenvolvendo e os próximos desafios do setor.
Notícia 01/12/2014	<i>MST realiza 2º encontro nacional dos médicos para debater saúde pública</i>	O encontro realizado na ENFF contou com a presença de médicos do MST, da Via Campesina e da Consulta Popular com o objetivo de debater sobre a saúde no Brasil e América Latina. Colocam que o desafio dos mais de 100 médicos do movimento formados na ELAM (Cuba e Venezuela) é atuar contra a privatização do SUS e resgatar a determinação social e o conceito ampliado de saúde.
Notícia 26/06/2015	<i>Encontro em Luizânia debate os desafios da saúde do campo</i>	Encontro nacional do setor saúde do MST em Goiás com o objetivo de debater os desafios da saúde do campo. O grande desafio apontado é a união da classe trabalhadora em torno da pauta da saúde, resgatando a determinação social e afirmando a luta pela reorientação do modelo de atenção na saúde a partir das práticas populares.
Notícia 30/11/2015	<i>Cerca de 1000 pessoas devem participar do 1º Encontro Nacional de Saúde do Campo</i>	Notícia sobre a realização do 1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas em Brasília. Segundo avaliação do movimento, a saúde se encontra cada vez mais mercantilizada, e por isso é preciso unir os movimentos sociais do país na luta pelo SUS público e estatal. Os povos do CFA sempre sofreram com a falta de acesso à saúde sendo urgente que participem para combater essa lógica e defender o SUS.
Notícia 01/12/2015	<i>Encontro em Brasília discute os desafios da saúde dos povos</i>	A notícia traz trechos das falas da mesa de abertura do encontro, denunciando a desterritorialização dos povos do campo pelo atual modelo de desenvolvimento e a necessidade de defender o SUS e lutar pela implementação da PNSIPCFA. Fazem ainda uma análise de conjuntura do momento no país e na saúde, apontando que é preciso unidade e formação para uma luta consciente.
Notícia	<i>Posto de</i>	Unidade foi construída com recursos dos próprios Sem Terra em

30/06/2016	<i>saúde é construído com recursos próprios por famílias Sem Terra</i>	acampamento na Bahia. A justificativa foi de que ao mesmo tempo que não se pode desresponsabilizar o Estado por garantir o direito à saúde, a população não pode só esperar e depender de uma estrutura 'burocrática e capitalista'. A gestão da USF será de responsabilidade da prefeitura que garantiu atendimento e coleta de exames no local.
2. Saúde Pública		
Jornal Mai/Jun 1998 n. 179	<i>A saúde da mulher</i>	Nota curta sobre o aumento de HIV entre mulheres no Brasil e a necessidade de se discutir a sexualidade e transformar as relações de gênero, chamando as mulheres para se somar nessa luta. Falam ainda da insuficiência de atenção ao pré-natal, parto e puerpério o que acarreta alta mortalidade materna no país.
Jornal Ago 1998 n. 181	<i>Atendimento odontológico em assentamento</i>	Nota do MST-SP sobre convênio com a UNICAMP que prevê atividades de estágio/extensão dos estudantes de odontologia em um assentamento.
Jornal Out 1998 n. 183	<i>O caos da Saúde</i>	Nota curta de denúncia de um médico sobre o caos do SUS, falando das filas, dos medicamentos falsificados, do fato do dinheiro da CPMF não ir para a saúde e do governo que assiste a tudo sem fazer nada.
Jornal Set/ 2004 n. 244	<i>Saúde é a área de pior desempenho no país</i>	Matéria divulga a classificação da OMS colocando o Brasil em 125º lugar entre 191 países no quesito de atenção à saúde. Fala do descaso dos governos e apresenta as bases do SUS, apontando alguns avanços e colocando a falta de médicos como um dos principais problemas da assistência. Apresentam de forma breve a discussão de saúde que o movimento vem fazendo no setor.
Revista Jan/Fev/2 005	<i>A geopolítica da saúde indígena</i>	Matéria sobre a conjuntura na saúde indígena e os desafios de como garantir universalidade e ao mesmo tempo respeito as diferenças. Reforçam a importância da participação social na construção das políticas em todo o seu ciclo.
Revista 2008 n. 45	<i>20 anos de SUS: conquistas e desafios</i>	Matéria sobre os 20 anos do SUS com resgate histórico da saúde pública no Brasil e a luta do movimento de reforma sanitária. Apresenta os problemas atuais do SUS como frutos do processo de reforma do Estado brasileiro na década de 1990 e coloca como desafios a regionalização, a desprecarização das relações de trabalho, o aumento de recursos e a batalha ideológica.
Jornal Jul/Ago 2014 n. 325	<i>Mais médicos e mais direitos sociais</i>	Matéria de um médico da Rede de Médico(a)s Populares sobre o avanço do Programa Mais Médicos. Traz também os desafios futuros, como a necessidade de aumentar o investimento público no SUS, garantindo melhores condições de trabalho.
Notícia 03/09/2015	<i>"Nunca tivemos tantos médicos no meio do povo com a chegada dos cubanos" afirma médico do MST</i>	Entrevista com médico do MST formado em Cuba e que integra a Rede Nacional de Médico(a)s Populares. Este contextualiza o surgimento da Rede e faz balanço positivo do Mais Médicos, reforçando alguns de seus desafios, como a importância de conseguir reorientar a formação da medicina no Brasil.
Notícia 29/09/2015	<i>Em nota, MST defende saúde pública no Brasil e repudia privatização do</i>	Nota do MST sobre a saída do Ministro Chioro do MS. Reforçam a importância de implementar a PNSIPCFA e fazem a crítica aos retrocessos no início do 2º mandato de Dilma. Concluem que o governo está atuando com um programa para o qual não foi eleito e reafirmam a necessidade de luta política por suas bandeiras.

setor		
3. Formação em Saúde		
Revista Set/ Out/ 2004	<i>MST investe na formação e nos programas de saúde</i>	Matéria divulga o investimento em educação que o movimento vem fazendo na área da saúde. Além dos militantes estudando medicina em Cuba foi criado em 2000 o Curso Técnico de Saúde Comunitária no Iterra em Veranópolis/RS. Apresentam os princípios de saúde do MST e a proposta do programa Terra e Saúde, por fim falam da história e bases legais do SUS e concluem que sem organização do povo o SUS não será colocado em prática.
Jornal Nov/ 2004 n. 246	<i>Começa II Curso Técnico em Enfermagem</i>	Notícia sobre 2ª turma do curso técnico de enfermagem da UPE, construído em parceria com o MST e o INCRA.
Revista Set/Out/ 2005	<i>Estudantes Sem Terra concluem curso de medicina em Cuba</i>	Matéria sobre formação dos primeiros militantes do MST na ELAM, Cuba. Coloca que o novo desafio é a regularização do diploma, apontando que enquanto isso os recém formados deverão atuar nos assentamentos e acampamentos do MST com promoção da saúde. Fazem comparação entre o modelo de medicina brasileiro e cubano, concluindo com a apresentação de outras iniciativas de formação na área que o movimento vem encabeçando.
Jornal Jan/Fev/ 2010 n. 300	<i>MST forma técnicos em saúde ambiental</i>	Notícia sobre a formatura da primeira turma do curso de Especialização técnica em saúde ambiental para as populações do campo, realizado pela EPSJV e MST, apontando que os técnicos colocarão em prática os aprendizados na produção saudável de alimentos, saneamento ecológico e habitação saudável, guiados pelos princípios da agroecologia e permacultura.
Notícia 04/03/2016	<i>Estudantes em saúde participam de vivência nas áreas de Reforma Agrária</i>	Notícia apresenta experiência do VER-SUS na Escola Popular de Agroecologia na Bahia onde 43 estudantes tiveram vivências nos serviços de saúde do município e nas áreas de reforma agrária, discutindo a conjuntura, a reforma sanitária, o projeto popular, a agroecologia e algumas políticas específicas.
4. Plantas medicinais e Fitoterapia		
Jornal Jun 1999 n. 190	<i>Medicamentos sem produtos químicos</i>	Nota do MST-PE sobre parceria com a Fiocruz em um assentamento para produção de Farmácias Vivas.
Jornal Nov 1999 n. 195	<i>Terra e Saúde viva: nossa luta</i>	A matéria traz que o projeto Terra e Saúde é uma alternativa popular de cuidado a saúde frente ao descaso do governo. Retomam conceito de saúde do SUS e apresentam o objetivo do projeto e sua forma de organização, tendo como horizonte a politização e mobilização a partir dos problemas de saúde.
Caderno Saúde 2000/nº 4	<i>Cultivo de plantas medicinais</i>	Primeira cartilha do programa Terra e Saúde – trata de questões mais técnicas do plantio e uso de plantas medicinais.

Jornal Abr/ 2005 n. 250	<i>Assentamento investe na produção de medicamentos fitoterápicos</i>	Notícia de iniciativa em assentamento do Paraná sobre a produção e o uso de plantas medicinais e fitoterapia a partir da construção de um laboratório para a produção dos medicamentos. A notícia aponta que essa é uma estratégia de fazer frente a indústria farmacêutica e que vem reduzindo a procura por atendimentos nas USF da região.
Revista 2007 n. 41	<i>Assentamentos apostam em cultivo de ervas medicinais</i>	Matéria sobre o uso de plantas medicinais no movimento, que denuncia o fato da comercialização dos fitoterápicos não ser permitida por <i>lobby</i> da indústria farmacêutica. Apresentam a luta do movimento para modificar a legislação citam o pequeno passo que foi dado com a aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais.
5. Agrotóxicos e Agroecologia		
Jornal Jun/ 2004 n. 241	<i>Por uma agricultura saudável, sustentável e camponesa</i>	Matéria apresenta as duas propostas de agricultura em disputa: o agronegócio x a agricultura camponesa. Aponta que o governo está dividido entre as duas propostas e a mídia está numa campanha pelo agronegócio. O MST tem feito ações de defesa da agroecologia, propondo uma agricultura sadia e sustentável.
Revista 2010 n. 55	<i>O Censo e os agrotóxicos: o uso seguro é possível?</i>	Matéria de Raquel Rigotto (UFC) sobre a impossibilidade de uso seguro dos agrotóxicos, denunciando que a legislação atual parte de um pressuposto inexistente na realidade. Propõe como solução ao problema dos agrotóxicos a produção agroecológica.
Jornal Jun/ 2010 n. 304	<i>Agrotóxico é problema de saúde pública</i>	Matéria apresenta importantes resultados de pesquisa sobre o uso de agrotóxicos, com impactos na saúde e no meio ambiente. Por isso, os agrotóxicos deixam de ser um mero problema agrícola para se tornarem da “saúde pública”, propondo a criação de uma campanha nacional contra os agrotóxicos.
Jornal Set/ 2010 n. 306	<i>Impactos dos agrotóxicos na Chapada do Apodi</i>	Matéria do Tramas (UFC) com os principais resultados das pesquisas na Chapada do Apodi, CE. Contextualiza os casos de contaminação da água e intoxicação dos trabalhadores a partir da migração das empresas transnacionais de fruticultura para a região e cobra do Estado ação de controle. Defendem ainda a agroecologia e fazem uma chamada aos movimentos sociais para pressionar por políticas públicas na área.
Jornal Jun/Jul 2011 n. 313	<i>Os próximos passos da campanha contra os agrotóxicos</i>	Matéria escrita por membro da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida contextualiza o surgimento dessa em 2011 e os passos já dados. Analisa a pauta dos agrotóxicos como estratégica na luta contra o agronegócio e na ampliação do diálogo da Via Campesina com setores da sociedade que antes não conseguiam atingir. Ao final apresenta a pauta da Campanha e os desafios para sua organização.
Notícia 06/04/201 5	<i>“Virada sem veneno” promove uma semana de atividades pela saúde</i>	Comitê da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos de SP promove semana de discussões sobre agroecologia para comemorar o dia mundial da saúde.
Notícia 04/05/201 5	<i>Seminário discute efeitos do consumo de agrotóxicos na saúde humana</i>	Notícia sobre um seminário realizado em Pontal do Paranapanema (SP) sobre os agrotóxicos de iniciativa do setor de saúde do MST, realizado em parceria com CEREST e Universidade. As discussões enfocaram a relação entre saúde, trabalho e meio ambiente, com apresentação de pesquisas que

		serão sistematizadas em um diagnóstico de saúde regional que deverá dar subsídio às ações de luta pela saúde na região.
Notícia 01/02/2016	<i>Morte por agrotóxicos é grave problema de saúde pública, diz Fiocruz</i>	Matéria do Brasil de Fato sobre a subnotificação de intoxicações e mortes por agrotóxicos, com a apresentação de dados sobre o perfil de mortes por agrotóxicos e informações sobre tipos de intoxicação e as vias de exposição. Finalizam com exemplo de resistência dos movimentos e academia no Ceará, no reconhecimento da justiça de uma morte associada aos agrotóxicos.
Notícia 07/04/2016	<i>Campanha completa 5 anos de luta permanente contra os agrotóxicos e pela vida</i>	Notícia da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos comemorando os 5 anos de existência dessa. Retomam o objetivo da campanha e sua história, reafirmando o modelo da agroecologia como contraponto ao uso de agrotóxicos. Denunciam também o uso de venenos no combate aos vetores nas campanhas de saúde pública. Finalizam com um balanço da luta, apontando dificuldades no ano de 2015 a partir do recrudescimento da bancada ruralista mas com importantes avanços no campo científico e no campo jurídico, concluindo que é preciso ampliar a luta.
6. Alimentação Saudável e Soberania Alimentar		
Jornal Set/Out 2011 n. 315	<i>Feira leva alimentos saudáveis, saúde e cultura</i>	Notícia sobre feira realizada em Maceió, onde se disponibilizou alimentos saudáveis a baixo custo e ainda contou com realização de atividades de educação em saúde e manifestações culturais na Tenda de Educação Popular em Saúde.
Notícia 11/09/2015	<i>MST integra Frente Parlamentar em Defesa da Alimentação Saudável no RS</i>	Formação da frente parlamentar em defesa da alimentação saudável no RS com o objetivo de ampliar o debate sobre o direito a alimentação segura e promover políticas públicas de proteção aos consumidores, meio ambiente e apoio aos produtores. A estratégia principal é informar e conscientizar a população a respeito dos riscos dos agrotóxicos a saúde e ao ambiente.
Notícia 23/10/2015	<i>1ª Feira Nacional da Reforma Agrária chega em SP com alimentos saudáveis a preços acessíveis</i>	Notícia com o intuito de divulgar a 1ª Feira da Reforma Agrária. Destaque para a importância da produção agroecológica para uma alimentação saudável. Papel da feira é trazer a tona os impactos do modelo do agronegócio e promover a reforma agrária, fortalecendo o diálogo campo-cidade.
Notícia 30/05/2016	<i>Semana da alimentação saudável agora é lei no RS</i>	A assembleia legislativa do RS aprovou a criação da Semana da Alimentação Saudável no estado, objetivando reforçar a importância dos alimentos orgânicos e agroecológicos para a saúde e o ambiente. A semana ocorrerá anualmente promovendo eventos de conscientização da população, especialmente nas escolas.

FETAPE		
1. Concepção de Saúde/Saúde do Campo		
Data	Título	Tema abordado
Jornal Nov/ 2006	<i>Resoluções construídas por muitas mãos</i>	A matéria apresenta as resoluções aprovadas no 7º Congresso da Fetape que deverão guiar a diretoria no próximo quadriênio (2006/2010). A saúde possui 9 resoluções que se encontram dentro do eixo “Políticas sociais e terceira idade”. Algumas das resoluções: ampliar o PSF, controle da contaminação por agrotóxicos, prevenção do câncer, saúde da criança, apoio a fitoterapia nos serviços de saúde e aumento de recursos pro SUS.
Jornal Nov/ 2007	<i>Seminários e conferências sobre saúde para a população rural</i>	Matéria sobre a agenda do INSS com a FETAPE para esclarecimento de dúvidas sobre a perícia médica e sobre a participação da FETAPE enquanto membro do CES nas conferências municipais e estadual de saúde, propondo “políticas de saúde para o campo”. Citam ainda os próximos passos da federação na pauta da saúde (oficinas sobre controle social, saúde do trabalhador rural e implantação de hortas medicinais em assentamentos).
Jornal Nov/ 2007	<i>Saúde preventiva para mulheres e homens do campo</i>	Matéria sobre etapa de realização do Projeto Gênero e Saúde, desenvolvido pela Contag/MS, onde foram realizados 8 fóruns municipais intersetoriais para discutir o SUS.
Jornal Mai/ 2009	<i>Povos do campo constroem política de saúde integral</i>	Notícia comemora aprovação da PNSIPCFA, ressaltando que essa é mais uma conquista dos movimentos sociais. Coloca pontos principais da política e chama o movimento sindical rural a reivindicar a sua implementação nos estados e municípios.
Jornal Ago/ 2009	<i>Pesquisa revela as condições de vida e de trabalho das populações do campo</i>	Nota sobre a etapa do diagnóstico realizada pelo projeto “Gênero e Saúde no Campo”, que avaliou as condições de vida e trabalho das populações rurais, como parte da construção da PNSIPCFA.
Jornal Nov/2009	<i>Projeto Saúde e Gênero no campo faz multiplicadores</i>	Nota sobre o encerramento do projeto “Gênero e Saúde” que foi desenvolvido por quase 5 anos no agreste meridional do estado.. Seus frutos são a qualificação e ampliação da participação do sindicalismo rural no controle social do SUS, além da aprovação da PNSIPCFA.
Jornal Ago/ 2012	<i>Luta da Fetape e dos sindicatos garante políticas públicas sociais para o campo</i>	Jornal com 2ª edição especial sobre os 50 anos da FETAPE. Na matéria a vice-presidenta historiciza a discussão sobre as políticas públicas no MSTTR em Pernambuco, criticando o assistencialismo durante a ditadura e colocando a importância de se compreender as políticas como “direito”. Localiza a saúde na estrutura da FETAPE e aponta que o principal objetivo do movimento sindical rural é a conquista da qualidade de vida no campo.
Jornal Abr/ 2013	<i>Trabalhador/a rural olhado/a</i>	Jornal de 2 anos da diretoria da FETAPE que apresentou as principais discussões do planejamento realizado. Nesta sessão

	<i>por inteiro</i>	discutem a previdência, a saúde, a educação do campo e habitação digna. Na saúde citam as dificuldades de acesso das populações rurais e a luta do movimento por um SUS universal no campo. Citam as ações realizadas e apresentam proposta de encontros regionais com conselheiros de saúde para fortalecer o controle social do SUS.
2. Saúde Pública		
Jornal Set/ 2006	<i>Conferências vão permitir controle social do SUS</i>	Nota sobre a realização das conferências de saúde em 2006 chamando a atenção para a participação do movimento sindical nos espaços de controle social do SUS.
Jornal Set/ 2006	<i>Perícia médica ainda dificulta aposentadoria do trabalhador rural</i>	Notícia sobre a idealização do “Seminário de saúde e incapacidade para o trabalhador e trabalhadora rural” que será promovido pela FETAPE em parceria com o INSS.
Jornal Nov/ 2007	Oficinas orientam como evitar acidentes de trabalho	FETAPE, CUT e CERESTs realizaram oficinas sobre saúde e segurança dos trabalhadores rurais centrando nas formas de prevenção de acidentes e promoção de saúde nos ambientes de trabalho.
Notícia 26/05/ 2015	<i>Fetape integra Conselho Estadual de Saúde</i>	Nota sobre a posse da nova gestão do CES, com membro titular da FETAPE (integrante da diretoria da terceira idade).
Artigo 21/09/ 2015	<i>Saúde e Segurança pedem socorro em Pernambuco</i>	O presidente chama a atenção do governo do estado sobre a redução dos atendimentos (principalmente no interior e nas UPAs) e discute a questão da insegurança no campo.
Notícia 24/09/ 2015	<i>CNS manifesta indignação com os ataques aos princípios do SUS no congresso</i>	Nota do Conselho Nacional de Saúde sobre os ataques ao SUS, como a Agenda Brasil, a PEC 451, etc. Discute a ameaça que essas propostas representam ao SUS.
Notícia 28/09/ 2015	<i>Vamos garantir as políticas de saúde para os povos do campo, florestas e água</i>	Nota da CONTAG repudiando o afastamento do Ministro Chioro do MS, ressaltando que as populações do campo estavam sendo valorizadas pelo MS e que são essas pessoas que mais vão sentir com esse retrocesso.
Notícia 06/10/ 2015	<i>Outubro rosa: é a CONTAG e a Fetape na campanha de prevenção ao câncer de mama</i>	Nota da CONTAG sobre a importância da prevenção ao câncer de mama, chamando a atenção para as dificuldades de acesso que as mulheres do campo ainda tem. É papel do movimento sindical cobrar do Estado essa estrutura de saúde.
Notícia 08/10/ 2015	<i>Fetape participa ativamente da 8ª Conferência Estadual de Saúde</i>	Notícia sobre o 1º dia da 8ª Conferência Estadual de Saúde. A FETAPE facilitou uma roda sobre agroecologia e produção de alimentos saudáveis e pautou a implementação da PNSIPCFA no estado e municípios, chamando a atenção sobre as especificidades de saúde dessas populações.
Notícia 01/12/ 2015	<i>Marcha em defesa do SUS marca abertura da 15ª</i>	Notícia da CONTAG sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde e sobre a conjuntura do SUS, enfocando principalmente a questão do financiamento. Apresenta as principais pautas que devem ser reivindicadas na Conferência, tratando centralmente

	<i>Conferência Nacional de Saúde</i>	de questões de financiamento.
5. Agrotóxicos e Agroecologia		
Jornal Ago/ 2009	<i>Audiências públicas sobre combate aos efeitos dos agrotóxicos</i>	FETAPE chama para a participação nas audiências públicas que estão sendo realizadas no estado sobre o combate aos agrotóxicos, anunciando que a Federação irá organizar oficinas de saúde ambiental em todo o estado.
6. Alimentação Saudável e Soberania Alimentar		
Jornal Ago/ 2009	<i>Alimentação saudável: direito não é luxo</i>	Nota sobre o seminário de agroecologia e alimentação saudável que integrava o Projeto Saúde e Gênero no campo.
Artigo 13/07/ 2015	<i>Alimentos industrializados: um risco à segurança alimentar</i>	O presidente da federação discute criticamente o aumento da industrialização dos alimentos, trazendo dados sobre os danos a saúde e propondo a agricultura familiar como contraponto. Aponta para a necessidade de políticas públicas para que o campo tenha mais condições de produzir alimentos saudáveis.

CPT		
2. Saúde Pública		
Jornal 2009 n. 195	<i>AIDS no interior: realidade cada vez mais próxima</i>	Artigo sobre a interiorização da AIDS no Brasil ligada a grandes empreendimentos e a migração de trabalhadores. Chama a atenção para a CPT discutir saúde, gênero e sexualidade.
Notícia 03/05/ 2010	<i>Mapa de conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil</i>	Divulgação do Mapa de conflitos feito pela Fiocruz, FASE e MS com o objetivo de mapear os conflitos socioambientais ocasionados pelo modelo de desenvolvimento insustentável social e ambientalmente.
Notícia 07/01/ 2016	<i>Sem atendimento, mais uma criança morre em Kurusu Ambá, no MS</i>	Notícia do CIMI sobre a morte de mais uma criança indígena que não teve acesso a saúde garantido. A SESAI garante atendimento semanal no acampamento mas negou o atendimento de urgência. A mortalidade infantil tem se mantida elevada e ainda apresentam casos de desnutrição infantil por falta de autonomia alimentar, dependendo de cestas básicas que são insuficientes para alimentar a todos.
4. Plantas medicinais e Fitoterapia		

Jornal 2006 n. 185	<i>O saber popular construindo seu espaço</i>	Rede de movimentos populares de saúde que trabalham com plantas medicinais no RJ. projeto da Rede Fitovida para registro das plantas medicinais como patrimônio imaterial.
Notícia 13/07/ 2011	<i>Assentadas realizam encontro sobre ervas medicinais</i>	Notícia sobre a reunião de formação sobre plantas medicinais organizada pela CPT em Alagoas em um assentamento que eles acompanham.
5. Agrotóxicos e Agroecologia		
Caderno 1991	<i>Agricultura ecológica</i>	Relato de experiência de associações de produtores “ecologistas” na região de Torres (RS) que decidiram produzir sem agrotóxicos por conta dos impactos na saúde dos produtores e consumidores. Desafio de organizar mercados para os produtos e a aposta na aproximação produtor-consumidor.
	<i>Ecologia e Agrotóxicos</i>	Relato de casos de intoxicação aguda por agrotóxicos e aumento de câncer em regiões de alto consumo dos venenos em SC. Citam experiências de “agricultura alternativa” e a dificuldade de fazer frente ao modelo imposto pela Revolução Verde.
Caderno 1993	<i>Iniciativas populares e a participação da sociedade civil: O encontro de Vitória</i>	Matéria dentro do eixo de meio ambiente apresenta as alternativas populares de discussão ecológica frente ao silêncio da Eco-92 em relação aos problemas de terra. Os movimentos organizaram como resposta a sua própria conferência em 92 associando questão agrária, meio ambiente e direitos humanos com um mesmo determinante: o desenvolvimento capitalista. Colocam que é preciso romper com esse modelo e para isso será necessário a unidade de todos os povos do continente.
	<i>O uso de agrotóxicos</i>	A matéria traz diversas consequências do uso de agrotóxicos apontando a insuficiência da Lei de regulação aprovada em 1991, mas que não vem sendo aplicada. Apresenta alternativas na produção agrícola como a crescente “agricultura orgânica” e as iniciativas de associações, sindicatos e cooperativas que buscam novas formas de relação com a natureza.
Jornal 2005 n. 179	<i>Solidariedade e Saúde</i>	Matéria sobre a realização de uma feira agroecológica no RJ apoiada pela CPT para transição agroecológica de assentamentos da região.
Jornal 2007 n. 190	<i>A ameaça dos agrotóxicos</i>	Matéria contextualiza os agrotóxicos, relacionando com o modelo de produção e chamando a atenção para os danos ambientais.
Jornal 2008 n. 193	<i>Projeto Terra Sem Males: produzindo alimentos e preservando a natureza</i>	Matéria sobre o Projeto desenvolvido pela CPT/RO de transição agroecológica na Amazônia, com a produção de alimentos saudáveis e foco na proteção do meio ambiente.
Artigo 30/11/ 2010	<i>Todos os dias o povo come veneno. Quem são os responsáveis?</i>	Artigo de Stedile (MST) sobre os agrotóxicos, contextualizando que desde 2007 o Brasil é o maior consumidor, apontando o agronegócio como culpado e enumerando alguns riscos, como danos ambientais e à saúde. Aponta o horizonte de proibição dos venenos através da pressão da sociedade.
Notícia 24/02/ 2011	<i>Como o Brasil se tornou o maior consumidor</i>	Entrevista com Lia Giraldo reproduzida do site da EPSJV/Fiocruz sobre o motivo do país ter se tornado o maior consumidor de agrotóxicos. Discute ainda a insuficiência das pesquisas

	<i>mundial de agrotóxicos?</i>	experimentais de toxicidade, colocando a importância de pesquisas clínicas e epidemiológicas, para subsidiar as políticas de vigilância e a regulação dos agrotóxicos no país.
Notícia 28/03/ 2011	<i>Seminário no RN sobre Impactos do agronegócio e agrotóxicos na saúde, no trabalho e no ambiente</i>	Notícia sobre o seminário estadual no RN sobre os agrotóxicos, a partir do alerta de expansão da fruticultura irrigada na região do Apodi. O núcleo Tramas junto a CPT e aos sindicatos rurais da região organizaram o seminário como espaço de discussão e de pensar ações, propondo, além de mesas e oficinas, um ato público.
Notícia 29/04/ 2011	<i>Até 13 metais pesados, 13 solventes, 22 agrotóxicos e 6 desinfetantes na água que você bebe</i>	Entrevista do Viomundo com o Prof Pignati (UFMT) sobre os impactos dos agrotóxicos, discutindo os resultados das pesquisas em Lucas do Rio Verde e outras cidades do MT. Discute a importância de uma vigilância participativa, critica a legislação permissiva no Brasil e a aliança do poder público com o agronegócio, criticando ao final o governo federal pelo apoio ao agronegócio, sem garantir as condições dos pequenos produtores.
Artigo 05/05/ 2011	<i>Agrotóxicos: longe dos olhos e dentro dos alimentos que consumimos</i>	Artigo de professor da UENF (RJ) sobre a omissão da mídia em relação a problemática dos agrotóxicos. Cita o lançamento da campanha e a importância da população se informar sobre a contaminação dos alimentos, da água, do leite materno e convoca a todos para combater o modelo do agronegócio.
Jornal 2011 n. 204	<i>Campanha Permanente pelos Agrotóxicos e pela vida</i>	Artigo contextualiza e historiciza o surgimento da Campanha, suas pautas e bandeiras. Chamado para todos se somarem nessa luta.
Jornal 2011 n. 204	<i>Argentina: zona livre de agrotóxicos na província de Santa Fé</i>	Duas notícias sobre vitórias jurídicas na Argentina no controle dos agrotóxicos e no respeito aos territórios indígenas.
Notícia 30/06/ 2011	<i>Agrotóxicos no arroz, no feijão, na batata, no leite materno, no ar, nas chuvas...</i>	Notícia sobre os dados de contaminação dos alimentos inspecionados pela ANVISA em 2009, complementado com resultados de pesquisas da UFMT. Concluem que a mudança do modelo produtivo só será possível com pressão da sociedade, e que os movimentos devem informar as pessoas sobre os danos e riscos e exigir políticas públicas do Estado.
Notícia 11/07/ 2011	<i>Trabalhadoras e trabalhadores rurais denunciam os impactos dos agrotóxicos em Audiência Pública no Recife</i>	Notícia sobre a audiência puxada pela Campanha em Pernambuco com o objetivo de denunciar os impactos dos agrotóxicos no estado e pensar as saídas frente a esse modelo de produção.
Jornal 2011 n. 205	<i>Sílvio Tendler, "o veneno está na mesa"</i>	Notícia sobre o lançamento do documentário "O veneno está na mesa" no RJ.
Jornal 2011 n. 205	<i>Jornada de agroecologia: Reforma Agrária garantirá soberania alimentar</i>	Notícia sobre a jornada de agroecologia que ocorreu em Londrina, PR. Citam os principais pontos da carta final do evento.

Notícia 04/10/ 2011	<i>Pesticidas estão entre os grandes causadores de câncer, afirma médica</i>	Notícia reproduzida da Radioagência. Entrevista com uma médica que aponta os pesticidas como carcinogênicos e alerta para a contaminação da água com metais pesados advindos dos agrotóxicos utilizados na lavoura. É preciso mudar esse modelo que tem causado prejuízos a saúde.
Cadern o 2011	<i>O agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” do Brasil</i>	O artigo de pesquisadores da UFMT (Pignati et al.) relacionam o aumento do uso de agrotóxicos com a expansão do modelo do agronegócio, modelo esse que é insustentável tanto social quanto ambientalmente. Ressalta que todos estão expostos aos riscos e que não existe “uso inseguro”, denunciando que os empresários não se responsabilizam pelos danos. Apresenta resultados das pesquisas no MT e propõe aumento da vigilância com participação e mobilização da sociedade na construção da agroecologia e de uma sociedade socialmente justa.
Notícia 03/10/ 2012	<i>Campanha contra os agrotóxicos e pela vida sai fortalecida de seminário em Brasília</i>	Notícia sobre seminário da Campanha realizado em Brasília que teve objetivo de avançar na organização e definir estratégias para a Campanha nacionalmente. As principais pautas são o banimento dos agrotóxicos mais maléficos, acabar com a pulverização aérea e questionar o incentivo do governo ao agronegócio. As estratégias são criar uma frente parlamentar de agroecologia e fortalecer o debate com a sociedade, avançando na organicidade da Campanha localmente.
Notícia 08/11/ 2012	<i>Empresa de MG processa frei por vídeo que denuncia abuso dos agrotóxicos em feijão</i>	Notícia sobre o mandado de prisão preventiva do Frei Gilvander (assessor CPT-MG) que foi processado por uma empresa de feijão após ele colocar um vídeo que falava dos sinais de contaminação por agrotóxico no feijão dessa marca. Acompanha a notícia o manifesto de apoio ao Frei com os argumentos de defesa da livre manifestação e do fato do Frei estar informando a população sobre os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos.
Cadern o 2012	<i>Agrotóxicos – das injustiças ambientais à dialética da esperança (p. 63)</i>	Matéria de Rigotto et al. sobre os agrotóxicos no Brasil, associando seu uso ao modelo do agronegócio e demonstrando aumento desde 2007 dos casos de notificação (mesmo que ainda subnotificados), denunciando ainda os efeitos crônicos e a contaminação do solo, da água e dos alimentos. São apresentados os planos do MAPA de aumento da produção de soja e cana, o que indica que o problema tende a se agravar nos próximos anos. Ao final apresenta a resistência dos movimentos através da organização da Campanha e suas estratégias de luta.
Notícia 06/05/ 2013	<i>Campanha Contra os Agrotóxicos divulga nota de repúdio a pulverização aérea</i>	Após pulverização de uma escola em Goiás, a Campanha se mobiliza contra a pulverização aérea por meio de nota de repúdio que contextualiza o problema e exige a apuração do ocorrido em GO, uma audiência pública com ministérios (saúde, meio ambiente e agricultura) e a tramitação do projeto de lei que proíbe a pulverização aérea.
Jornal 2013 n. 212	<i>Ato público cobra fim da pulverização aérea de agrotóxicos no país</i>	Notícia do ato público realizado pela Campanha em Goiás pautando o fim da pulverização aérea.
	<i>Avião agrícola sobrevoa escola e intoxica</i>	Matéria sobre as consequências imediatas da intoxicação e impunidade da empresa.

	<i>dezenas de crianças em Goiás.</i>	
	<i>Doença renal misteriosa da América Central pode estar ligada a agrotóxicos</i>	Matéria sobre casos de Doença Renal Crônica de causa desconhecida que está afetando trabalhadores rurais da América Central e Ásia. EUA dificulta investigações, mas existe possível relação com agrotóxicos.
Notícia 25/06/ 2014	<i>Estudo americano aponta relação entre autismo e agrotóxico</i>	Notícia reproduzida da AFP sobre pesquisa realizada nos EUA demonstrando forte associação entre gestantes que geraram crianças autistas e a exposição aos agrotóxicos. Apesar de não afirmarem uma relação de causa e efeito, os pesquisadores apontam que os pesticidas podem interferir no desenvolvimento cerebral do feto.
Notícia 07/07/ 2014	<i>“Natureza beleza, alimento na mesa, alegria no coração é o Casadão”</i>	Notícia sobre trabalho da CPT na região do Araguaia (MT) para transição agroecológica de assentamentos através do modelo de Sistemas Agroflorestais. A notícia traz depoimentos dos agricultores e dados sobre a expansão do agronegócio na região.
Notícia 16/07/ 2014	<i>10ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti, MS, acontecerá de 18 a 20 de julho</i>	Notícia sobre a realização da feira no MS que tem como tema “Cuide da Mãe-Terra que gera a vida”, organizada pela CPT com o objetivo de valorizar os produtos sadios, sem agrotóxicos, e a cultura camponesa.
Artigo 16/10/ 2014	<i>Trabalho envenenado: uso de agrotóxicos afeta diretamente os trabalhadores rurais</i>	Viviane Tavares (EPSJV/Fiocruz) ressalta os riscos para os trabalhadores do campo, especialmente para os agricultores familiares, que utilizam agrotóxicos. Traz dados de pesquisas que apontam crescimento de intoxicações agudas e crônicas e conclui com a impossibilidade de um uso seguro.
Notícia 06/04/ 2015	<i>Por que o Brasil é um mercado fértil para os agrotóxicos proibidos</i>	Matéria da Reuters sobre o aumento das importações de agrotóxicos no Brasil o que o torna um mercado fértil para agrotóxicos banidos em outros países. Demonstra a fragilidade das agências reguladoras e os riscos dos trabalhadores e populações expostas.
Notícia 10/06/ 2015	<i>Contato de risco com agrotóxico</i>	Matéria do Jornal “O Popular” sobre aumento dos casos de gêmeos siameses no Brasil, que poderia ter relação com as contaminações por agrotóxicos.
Artigo 03/08/ 2015	<i>Agrotóxicos: uma discussão inadiável!</i>	Procurador do Trabalho de MT coloca o alerta para as intoxicações agudas e principalmente crônicas do uso de agrotóxicos, além da contaminação ambiental. Apresenta a iniciativa do judiciário do MT de fazer uma série de audiências públicas sobre o impacto dos agrotóxicos e ressalta a importância de se criar medidas de regulação.
Notícia 19/08/ 2015	<i>Monsanto é recebida com protesto em audiência em Pernambuco</i>	Notícia da CPT/NE II de Pernambuco sobre a audiência realizada na Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de PE com a Monsanto, instituições (UFRPE, etc) e movimentos sociais (MST, FETAPE, Levante...) a respeito da tramitação do projeto de proibição do glifosato. Os participantes apresentaram argumentos contrários aos agrotóxicos que foram desqualificados pela

		empresa.
Notícia 25/09/ 2015	<i>Intoxicação por agrotóxico: “os números são suficientemente alarmantes”</i>	Entrevista da UNISINOS com a pesquisadora da USP Larissa Bombardi, que analisou os dados de intoxicação por agrotóxicos, observando que as crianças e adolescentes são uma das faixas mais afetadas. Discute a questão da subnotificação, principalmente na zona rural e finaliza discutindo os modelos de produção, colocando que a Agroecologia é viável, mas não dentro do capitalismo.
Notícia 14/10/ 2015	<i>23ª Feira Camponesa ocupa Maceió com alimentos saudáveis</i>	Notícia da CPT Alagoas sobre a feira agroecológica realizada na Universidade, com programação cultural, restaurante, atividades infantis e atividades educativas sobre plantas medicinais.
Cadern o 2015	<i>Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada</i>	Artigo de Firpo (Fiocruz) enfocando o uso de agrotóxicos como armas químicas pelos fazendeiros na disputa por terras com indígenas, sem terra e pequenos produtores. Analisa os casos de conflito por intoxicações de agrotóxicos registrados pela CPT desde a década de 80, observando aumento de 300% de vítimas. Avalia que a campanha vem conseguindo aumentar a consciência em relação aos riscos, e coloca a importância de se manter articulado e mobilizado permanentemente.
Cadern o 2015	<i>As jornadas de agroecologia na construção de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos</i>	Participantes das Jornadas de Agroecologia do PR contextualizam a sua construção e estratégias, apresentando claramente o horizonte de transformação social da agroecologia, criticando as tentativas de ecologizar ou humanizar o capitalismo. Nesse sentido, apresenta a jornada como importante ato massivo de organização dos camponeses, fortalecendo sua autorganização e formação, o que permitiu os avanços concretos que tiveram no estado nos últimos anos.
Notícia 29/01/ 2016	<i>“Queremos vida para todos e um Araguaia livre de agrotóxicos”</i>	Notícia do CIMI sobre o encontro realizado no MT a respeito dos impactos dos agrotóxicos na saúde e nos modos de vidas das comunidades tradicionais. Apresentam ainda as principais reivindicações tiradas no encontro.
Notícia 05/02/ 2016	<i>Pressão política dificulta redução do uso de agrotóxicos no Brasil</i>	Reportagem da Fiocruz sobre os agrotóxicos, evidenciando a dificuldade de se produzir sem venenos no Brasil pela falta de assistência técnica e apoio aos agricultores familiares. Finaliza denunciando a pressão da bancada ruralista para flexibilização da legislação dos agrotóxicos e o conservadorismo do MAPA que barrou a aprovação do PRONARA, concluindo com a importância de se avançar nas lutas locais nesse cenário de crise do governo federal.
Notícia 02/05/ 2016	<i>MPF/GO ajuíza ação contra empresas que contaminaram cerca de 92 pessoas com uso irregular de agrotóxicos</i>	Notícia do MPF/GO sobre ação civil pública contra a Syngenta pela pulverização aérea realizada em Goiás que intoxicou crianças e professores de uma escola da zona rural. A justiça já tinha feito ação para garantir a assistência a saúde pelo poder público de todas as vítimas porém agora o objetivo é condenar a empresa a pagar indenização que deve ser reinvestida nas ações de saúde do município.
Notícia 01/07/ 2016	<i>Comunidade científica rechaça lei que permite pulverização aérea em zonas</i>	Notícia da ENSP sobre a aprovação da Lei que permite pulverização aérea como controle do <i>Aedes aegypti</i> . Alertam para os riscos a saúde e ao meio ambiente colocando que o projeto é mais uma ação de pressão do agronegócio frente a diminuição das vendas de agrotóxicos no país. Os pesquisadores apontam

	<i>urbanas</i>	que a medida além de perigosa é ineficaz e foi responsável por aumentar a resistência do mosquito, sendo necessário repensar as cidades e avançar em projetos de saneamento e reestruturação dos bairros em conjunto com a população.
Notícia 06/07/ 2016	<i>Agrotóxicos: degradação do Cerrado e incidência de câncer</i>	A notícia é da GIAS (Grupo de Intercambio em Agroecologia do MT da qual a CPT faz parte). A notícia fala da oficina de saúde da mulher realizada pela CPT em um assentamento com o objetivo de discutir o aumento do câncer de mama no cerrado. Associam o aumento do câncer com a intensificação do uso de agrotóxicos e propõe a agroecologia como estratégia de proteger o meio ambiente, promover saúde e empoderar as mulheres.
6. Alimentação Saudável e Soberania Alimentar		
Jornal 2007 n. 188	<i>Mulheres defendem a produção de alimentos saudáveis</i>	Matéria sobre a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis lançada pelo MMC. Contextualiza o surgimento do MMC e a importância das mulheres nessa luta.
Artigo 26/01/ 2011	<i>Nova crise alimentar e produção de alimentos?</i>	Artigo de representante de uma pastoral social do RS sobre o aumento dos preços dos alimentos em 2011, discutindo criticamente a priorização da agricultura para os agrocombustíveis e não para a alimentação. Aponta como saída a defesa da agricultura camponesa e mais investimentos em economia solidária.
Notícia 15/10/ 2015	<i>A alimentação adequada começa com a escolha da semente para plantio</i>	Notícia da ASA-PB sobre os bancos comunitários de sementes e os estudos que realizaram comprovando que as sementes crioulas são mais produtivas e adaptadas ao clima semiárido. As sementes crioulas além de serem mais saudáveis e sustentáveis, garantem a autonomia das famílias camponesas. Falaram ainda da Festa das Sementes na PB e dos atos que fizeram sobre os transgênicos.

Apêndice B - Roteiro da análise documental

1. Identificação e caracterização do documento

- Referência completa
- Movimento(s) social(is) que produziu(ram) o documento
- Contexto em que foi produzido
- Objetivo com que foi produzido
- A quem se destina o documento

2. Descrição do documento

- Tema central
- Conceitos-chave utilizados

3. Análise do documento

Abordagem das seguintes categorias:

- Concepção de saúde do movimento
- Concepção de participação social e relação com o Estado
- Ações realizadas pelo movimento na área da saúde
- Pautas e propostas do movimento para a área da saúde

4. Contribuições do documento para a pesquisa

Registro das reflexões, questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura do documento, bem como na indicação de como podem ser utilizados na elaboração do texto final.

Apêndice C - Roteiro da entrevista guiada

1. Identificação do entrevistado

- Nome:
- Número da entrevista:
- Lugar da entrevista:
- Sexo:
- Idade:
- Nível de escolaridade:
- Ocupação:
- Movimento do qual faz parte:

2. Roteiro guia:

- Inserção do sujeito no movimento social estudado e na sua relação com a pauta da saúde
- Relação do movimento social com a pauta da saúde
- Concepção de saúde do movimento
- Compreensão do movimento sobre a construção da Saúde do Campo
- Concepção de participação social e relação com o Estado
- Ações realizadas pelo movimento na área da saúde
- Pautas e propostas do movimento para a área da saúde
- Perspectivas e desafios atuais dos movimentos sociais do campo na construção das Políticas de Saúde do Campo

Apêndice D - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: “A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas públicas de saúde”

Instituição proponente: Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz Pernambuco (NESC-CPqAM-FIOCRUZ/PE).

Coordenadora do projeto: Luana Maria Rotolo.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas públicas de saúde”. Neste estudo pretendemos analisar a participação dos movimentos sociais do campo de Pernambuco na construção das políticas públicas de saúde.

Sua participação não é obrigatória e sua recusa não lhe trará nenhum constrangimento ou prejuízo em relação aos pesquisadores e com a instituição proponente. A qualquer momento da pesquisa você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento.

Essa pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento da participação dos movimentos sociais do campo na área da saúde, ao refletir sobre suas estratégias de participação e suas concepções e propostas para a área da saúde.

Nessa pesquisa serão feitas entrevistas com lideranças dos movimentos sociais do campo de Pernambuco, além de analisar os documentos que esses movimentos produziram a respeito da saúde e observar momentos em que os movimentos se encontrem para debater a pauta da saúde.

As entrevistas serão feitas individualmente com cada liderança, e com o consentimento do entrevistado, serão gravadas e depois serão ouvidas e escritas. O entrevistado poderá responder da forma que achar melhor, sem se preocupar com certo e errado. Os riscos relacionados com a participação na pesquisa podem ser algum tipo de constrangimento perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, iremos procurar garantir que isso não ocorrerá sob hipótese alguma. As informações obtidas poderão ser utilizadas em eventos

científicos, como congressos, seminários e outras atividades científicas, no entanto, estando resguardada a identidade de cada sujeito envolvido.

O estudo poderá trazer benefícios para a sua participação no movimento, a partir das reflexões sobre as formas de participar na construção das políticas públicas de saúde do campo.

O presente documento consta de duas vias. A primeira ficará em posse do pesquisador responsável e a segunda em posse do participante.

Você poderá deixar de participar a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à sua pessoa. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador responsável assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Qualquer esclarecimento será realizado através do contato com Luana Maria Rotolo, na Rua Coronel Romeu Sobreira, n. 117, casa 8B, Poço – Recife/PE, ou pelos telefones (81) 99810-7282. Endereço eletrônico: luanazeppelin@gmail.com.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas públicas de saúde”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2016.

Nome, Assinatura participante, Data

Nome, Assinatura pesquisador, Data

Nome, Assinatura testemunha, Data.